

GAMA-SAMPAIO



O CONFRONTO SEGUE DENTRO DE MOMENTOS

Debate? Quase não houve. O frente-a-frente televisivo entre os dois candidatos à sucessão de Vítor Constâncio, traiu as expectativas. Jaime Gama e Jorge Sampaio, cautelosos, limitaram-se a repetir as teses que, nas últimas semanas, estrada fora em busca do apoio das bases socialistas, têm servido de linha condutora à sua propaganda eleitoral. No final, e pese embora a arremetida de Gama, um empate nada esclarecedor nem para os militantes do PS, nem para o grande público. Pág. 3



Cinco moções no Congresso

Agora mais do que nunca, a corrida para o Congresso está em contagem decrescente. O «Acção Socialista» de amanhã, segundo apurou o «DL», divulgará já parcialmente o calendário das eleições nas diversas secções, que se prolongarão de sexta-feira até domingo. De acordo com informação recolhida junto da Comissão Organizadora do Congresso, ainda não está decidido se os resultados serão conhecidos à Comunicação Social, à medida que forem conhecidos ou no último dia, em bloco. O mais natural, no entanto, é que se adopte esta última fórmula, para evitar movimentações de última hora. Cinco moções serão analisadas na reunião magna dos socialistas, marcada para 14 e 15 de Janeiro: «Por um PS mais PS», subscrita por Manuel Alegre; «PS, Vencer de Novo», de João Soares; «Um PS para Ganhar», de Jaime Gama; «Mobilizar o PS—Governar Portugal», de Jorge Sampaio; e, ainda, «Desafiar o Futuro», documento da autoria de Hélder Ferreira, militante de Cascais, que já em 1986 apresentou uma moção. A «Moção Regional» — de cuja existência a Comunicação Social chegou a dar notícia — subscrita por um diversificado grupo de socialistas madeirenses, encabeçados por Emanuel Jardim Fernandes, secretário-coordenador da Federação do arquipélago, não foi aceite por ter sido apresentada fora do prazo. Subsiste, no entanto, a hipótese de a Mesa do Congresso, já em Janeiro, admitir a sua apreciação pelos delegados.



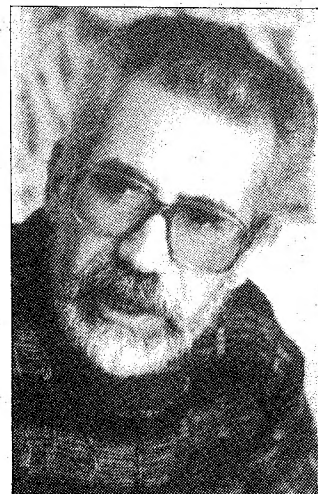
PACOTE LABORAL



UM REGRESSO CONTESTADO

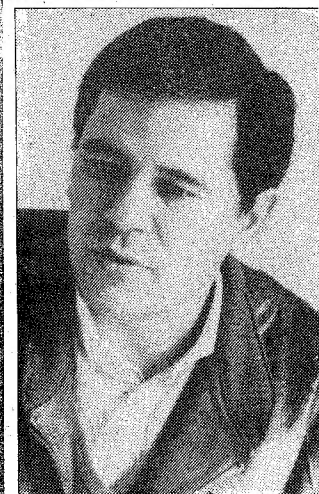
A mais recente versão do «Pacote Laboral», ontem apresentada pelo ministro Silva Peneda, ameaça provocar mais uma onda de agitação nas centrais sindicais. Para já, ambas contestam o método escolhido pelo ministro ao «publicitar» aquele conjunto de diplomas.

**MANUEL
LOPES**
(CGTP)



*Governo não
pretende
dialogar, mas
empatar*

**VITOR HUGO
SEQUEIRA**
(UGT)



*Governo
optou
pelo
sensacionalismo*

Págs. 10 e 11

RTP e RDP avançam com sedes centrais e operacionais na Estrada da Luz

A Câmara Municipal de Lisboa assina esta tarde com a Radiotelevisão Portuguesa e a Radiodifusão Portuguesa um protocolo que viabiliza a instalação conjunta das sedes centrais e operacionais das duas empresas, num terreno com uma área de cerca de dez hectares, situado na Estrada da Luz, com gaveto para a segunda circular.

Continua na pág. 32

HOMENAGEM AO PARLAMENTO NO BERÇO DA DEMOCRACIA

Julio Rodrigues

Enviado especial

A componente institucional prevaleceu sobre a política no segundo dia da visita presidencial de Soares à Grécia. Por mais de uma vez, o Presidente da República aludiu à importância, determinação e vitalidade do Parlamento na defesa das liberdades e na preservação da justiça social. Fê-lo aqui e, como sempre, não foi por acaso: Atenas é o berço da democracia.

No segundo dia da visita presidencial, já não se falou tanto da Comunidade Económica Europeia, senão em discursos de circunstância. Uma viagem oficial deste tipo não dispensa a referência. Isso aconteceu, por exemplo, na cerimónia de recepção na Câmara Municipal, cujo presidente do partido da «Nova Democracia», venceu esse aspecto: o da integração comunitária e dos caminhos a percorrer por ambos os países.

Miltiadis Evert, é este o nome do primeiro autarca ateniense, construiu um discurso que nenhum presidente de esquerda enfeitaria subscrever, apesar da «Nova Democracia» representar a direita parlamentar na Grécia.

«Também conhecemos a ditadura e a tortura», frisou ao evocar situações políticas comuns percorridas por ambos os parceiros da Comunidade, como «a história e o passado marítimo».

Mas se hoje a democracia e o exercício parlamentar unem os dois países, cuja situação geográfica é «um cruzamento de civilizações», sublinhou o presidente do município ateniense, também os ligam questões fundamentais, como o quadro comunitário e a situação internacional. Neste contexto, Miltiadis pôs o acento tónico no problema cipriota, falando em violações sem citar ninguém nem nenhum país, mas de modo a chamar a atenção para um problema, o de Chipre, que é tratado a todos os níveis de poder e para o qual as instâncias helénicas tentaram sensibilizar Soares. O Presidente português, em «troca», apresentou, como já aqui foi referido, a questão de Timor-Leste. Até neste quadro (das liberdades e da independência) há pontos comuns entre os dois países.

Medalha de ouro e cidadão honorário

Miltiadis atribuiu ao Presidente da República portuguesa a medalha de ouro da cidade de Atenas, decisão aprovada por unanimidade pelo Conselho Municipal em 5 deste mês e que outorga a Soares o estatuto de «cidadão honorário».

Em resposta, o PR disse sobre Atenas o que «um verdadeiro democrata europeu», utilizando a expressão do presidente da Câmara, sente: «símbolo da civilização clássica e da democracia», valores de que a Europa moderna é herdeira. Segundo ele, Atenas «preenche no imaginário de todos nós um lugar muito especial». Seja no plano das virtudes e dos direitos políticos, seja no campo dos ideais artísticos, no espírito da pura

especulação filosófica ou até no que respeita ao espírito olímpico das competições desportivas, salientou Soares.

Mas Atenas é, disse ainda o Presidente da República Portuguesa, «a capital moderna de um moderno e jovem Estado comunitário, para o qual a adesão representa «uma opção política de fundo: uma salvaguarda do regime democrático, uma aposta no desenvolvimento e na modernização das nossas terras e das nossas gentes».

A referência às liberdades e sua defesa não se ficou nas intervenções que ontem fez Mário Soares, por aqui, o que no contexto actual grego poderá ter algum significado: este país prepara-se para as eleições legislativas de 1 de Junho e há quem admita que Andreas Papandreu não termine o seu mandato. Parece também ponto assente aqui que as eleições para o Parlamento Europeu coincidem com as legislativas.

Pedra basilar de qualquer democracia

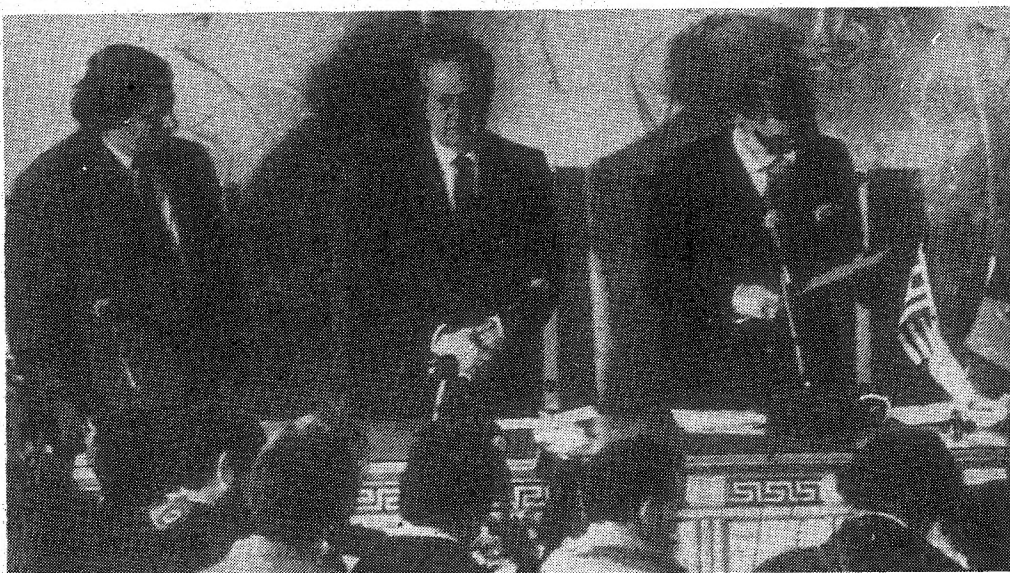
Soares disse sentir-se muito ligado à instituição parlamentar, considerando-a «pedra basilar de qualquer democracia pluralista».

Os parlamentos devem ser, ainda de acordo com o Presidente da República, «instituições altamente dignificadas, uma vez que neles se espelha a vontade soberana de povos livres». Foi neste quadro que o PR português prestou homenagem, no «berço da democracia»,

«a todos aqueles que no dia-a-dia da vida política prestigiam esta instituição vital num momento em que, aliás, por todo o mundo cada vez mais se faz sentir o anseio, hoje universal, pela liberdade».

Foi no almoço que lhe ofereceu o presidente do Parlamento grego que Mário Soares produziu estas afirmações, as quais alargou ao Parlamento Europeu. «No caminho da construção da unidade europeia que os nossos países estão a trilhar com os seus parceiros comunitários, também à instituição parlamentar dos doze — que é o Parlamento Europeu — deve caber um papel primordial na definição dos meios indispensáveis ao objectivo supremo que todos nos propomos: uma Europa mais coesa, mais forte e mais solidária».

O Parlamento Europeu deverá, para tal, dispor de mais poderes, será necessário que os seus poderes sejam reforçados e que seja devidamente escutada a voz dos seus membros.



Passado, presente e futuro

Soares com Papandreu e imigrantes portugueses

Soares recordou, ontem ao condecorar com a Ordem da Liberdade o primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu, tempos de exílio que ambos viveram em Paris. Durante a audiência trocou ideias quanto ao momento actual da Comunidade Económica Europeia e ouviu uma exposição feita pelo chefe do governo helénico que preside à Comissão da CEE, sobre a perspectiva da Europa para 1992. Aliás, na audiência que o Presidente da República Portuguesa concedeu a Papandreu, o próprio Soares teve ocasião de exprimir o seu ponto de vista sobre a construção europeia, na caminhada para o Mercado Único.

Chipre - Grécia - Turquia foi um triângulo, da política e da defesa, que os dois estadistas abordaram, reforçando Soares os contactos realizados em prol do engrandecimento da CEE e da NATO, questões que dominam esta sua deslocação de seis dias à Grécia.

É claro que entre dois homens e estadistas que mergulham as suas raízes democráticas no socialismo, e que nesse percurso se encontraram muitas vezes na Internacional Socialista, as perspectivas eleitorais gregas também estiveram no centro da troca de impressões entre ambos, com o Pasok como referência, havendo ainda tempo para aludir a temas internacionais importantes, tais como o desarmamento e as transformações que se estão a operar no «bloco socialista», bem como a situação na África Austral, em particular em Angola e Moçambique.

O «DL» soube, de fontes da comitiva, que Soares se congratulou pelo facto dos dois primeiros-ministros da Grécia e Turquia (Papandreu e Ozali) se terem recentemente encontrado, muito embora, a hipótese do governo de Ankara aderir à CEE antes do fim do século quase não se coloque. Há, além do problema com a Grécia, outros que travam essa caminhada, designadamente o que respeita aos direitos humanos e a rendimen-



to «per capita» que, na Turquia, é cerca de 1/4 do português, isto é, mil dólares.

Comunidade portuguesa uma associação para 300

São pouco mais de três centenas, na sua maioria mulheres — alguns já da segunda geração e com algumas dificuldades para se exprimirem —, os portu-

ses que aqui vivem. Criaram uma organização própria — a Associação Cultural da Comunidade de Portugal — com vista a estreitarem os contactos entre si e preservarem a nossa língua. Dos seus fundadores fazem parte o director-geral da Império, Libânio Torres (presidente) e duas tradutoras-intérpretes, uma delas com várias obras portuguesas vertidas para grego e que em breve apresentará, em Portugal uma antologia de escri-

Dando uma ideia aos parlamentares gregos do peso da sua comitiva — como o fez mais tar-

de perante a comunidade portuguesa aqui residente — Soares informou que o acompanhavam neste visita representantes do partido do Governo e da oposi-

ção com assento na AR, recomendando que delegações de ambos os Parlamentos acordassem na maneira de intensificar

os contactos entre deputados dos dois países «de modo a garantir um melhor conhecimento

mútuo dos seus problemas — base indispensável para o apro-

fundamento das nossas relações bilaterais a todos os níveis», concluiu.

tores helénicos que incluirá os nomes de Mirivilis, Kondoglo e Venesis, entre outros.

Maria de Jesus Gonçalves Ferreira vai ainda traduzir para grego «A Balada da Praia dos Cães» e «Anjo Acorado», de Cardoso Pires, e já traduziu «Alegria Breve», de Vergílio Ferreira. Casada com um diplomata, que conheceu há cerca de duas décadas de anos na Universidade de Bona — ele era leitor de grego, ela aluna-bolseira —, tem dois filhos, o mais velho dos quais com 19 anos.

Uma outra portuguesa nas mesmas condições, mas com menos 14 anos de Grécia, Maria da Conceição de Castro, de Braga, também intérprete, mas de programas e áreas diferentes, deposita muitas esperanças nesta Associação de Defesa da Língua Portuguesa.

À procura, também, da integração, estão aqui quatro vidreiros da Marinha Grande (Carlos Alberto Rosa, Carlos Marques, Manuel Litos e Aldino Oliveira) e um de Leiria, Fernando Ramos, que abriu o caminho aos outros, trabalhando em vidro de iluminação. «Vale a pena aqui estar e ir duas vezes por ano a Portugal», disse Ramos ao «DL».

A Associação foi agora criada e, no dia do seu acto constitutivo, ficamos a saber que os emigrantes daqui querem votar para as eleições presidenciais e exigem condições para o ensino do português. O «recado» foi dado, mas o Presidente da República reagiu, em resposta às palavras do «pai» da Associação, Libânio Torres, que considerou os portugueses aqui instalados como migrantes.

«Portugal e Grécia são membros da CEE, pelo que os portugueses aqui residentes não são emigrantes. Há que distinguir as duas situações», frisou.

Foi então que apresentou alguns dos elementos da sua comitiva, nomeadamente os deputados e Rosa Mota que ouviu uma prolongada salva de palmas.

J R

Justificação para o anunciado voto contra

PS ACUSA O GOVERNO DE OMITIR RECETTAS E PREPARAR ELEIÇÕES COM O ORÇAMENTO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista expressou, ontem, dúvidas seriíssimas sobre a correspondência das receitas previstas no Orçamento do Estado para 1989 e que serão objecto de votação, hoje e amanhã no plenário da Assembleia da República, e as receitas reais que o Governo espera vir a recolher no próximo ano.

«O Governo está, nitidamente, a omitir receitas», disse João Cravinho em conferência de Imprensa, «para tirar coelhos da cartola, no ano seguinte, mais próximo de eleições».

Em função da matéria subjacente a esta acusação e também devido ao modo como o PSD inviabilizou todas as propostas socialistas na discussão das receitas orçamentais, o PS anunciou já o sentido do seu voto quando, amanhã, a proposta de Orçamento do Estado para 1989 for submetida à votação final global: será, obviamente, contra.

Receitas sub-avaliadas deliberadamente

João Cravinho insurgiu-se contra «as votações automáticas do Grupo Parlamentar do PSD» face a todas as propostas de alteração feitas pelo PS, que visavam, nomeadamente e segundo o porta-voz socialista, «a

educação pré-escolar, o parque escolar básico, as Universidades, os vencimentos dos professores e as bolsas de estudo».

«As propostas dos socialistas foram feitas na base do reconhecimento indiscutível das careências mais gritantes e de um estudo rigoroso das necessidades quantificadas», insistiu o deputado João Cravinho, chocado, por isso mesmo, com o automatismo de rejeição usado pelo PSD.

Os representantes do Grupo Parlamentar Socialista na Comissão de Economia—que discutiu e votou o capítulo das despesas do OE—já tinham insistido com os representantes da Maioria e com o Secretário de Estado do Orçamento para apresentarem um cálculo mais aproximado da receita realmente prevista. Mas o Governo e a Maioria recusaram-se a fazê-lo, não obstante no Orçamento de 88, em execução, se saber já que, por exemplo quanto ao I-VA, as receitas foram muito su-



Para João Cravinho, o OE/89 apetrecha o Governo a «tirar coelhos da cartola antes das eleições»; para António Barreto, dizer-se que a Educação é a prioridade, «não passa de mistificação».

periores às previsões. O mesmo aconteceu, aliás, com outros impostos.

Helena Torres Marques acentuara, na altura, que a diferença entre a previsão das receitas e as receitas reais, para além dos limites ponderados de incerteza, era um efectivo aumento da carga fiscal, não autorizado pela Assembleia da República. Os socialistas acusaram, ontem, o Governo de proceder assim, deliberadamente, de modo a dispor de mais verbas excedentá-

rias, manobráveis às vésperas de eleições, como coelhos tirados da cartola.

João Cravinho também retomou, na conferência de Imprensa de ontem, anteriores acusações de «desorçamentação» de verbas altíssimas como as dos Fundos e Serviços Autónomos, assim como operações activas do Tesouro, que escapam ao controle político da Oposição e à fiscalização da Assembleia da República.



as normas sobre o financiamento da Segurança Social e as privatizações terão de ser revistas, pelas mesmas razões.

Na conferência dada ontem na Assembleia, na sala do seu Grupo Parlamentar, os socialistas manifestaram a opinião de que o modo como o PSD se limitou «a acenar com a negativa, de acordo com as instruções do Governo, às propostas das restantes bancadas para a Educação, sem as discutir», prova não ser verdade que a Educação constitua, de facto, a prioridade para o próximo ano.

«Essa anunciada prioridade da Educação—disse António Barreto, porta-voz socialista para este departamento—não passa de uma mistificação».

Para este deputado socialista, o Executivo adoptou «uma estratégia e uma orientação cada vez mais marcadamente favoráveis ao ensino privado e à comercialização da Educação e da Ciência».

«O Governo—concluiu António Barreto—dispõe-se assim a sacrificar o futuro das actuais jovens gerações, querendo reduzir ou abdicar das responsabilidades do Estado, em tão vital sector para o desenvolvimento da igualdade de oportunidades».

O deputado socialista adiantou, ainda, que «o Governo tem de reafirmar algumas das suas propostas, ou deixar que a Oposição o faça». Isto porque elas estarão feridas de inconstitucionalidade, à luz do recente acórdão do Tribunal Constitucional, sobre erros idênticos contidos no Orçamento de 88.

A «comercialização» da Educação e da Ciência

Para João Cravinho, também



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EDITAL N.º 239/88

Eng.º Joaquim de Matos Manso, Vereador Substituto do Presidente da Câmara Municipal de Sintra.

Faz público que:

No âmbito da legalização e urbanização do Bairro da Xutaria, os proprietários de terrenos localizados neste bairro deverão assinalar numa planta à escala 1/2000 exposta na sede da Associação de Proprietários e Moradores o local e os limites daqueles terrenos, fazendo-se acompanhar de uma cópia comprovativa do documento de posse (escritura, promessa de compra e venda ou outro).

Para o efeito, os proprietários deverão dirigir-se à Sede Provisória da Associação de Proprietários e Moradores do Bairro da Xutaria, Rua do Povo Unido Viv.ª «Alves», até dia 15 do mês de Dezembro, aos sábados das 14 às 19 horas.

A não declaração do terreno sujeita o respectivo proprietário às eventuais sanções previstas no Decreto-Lei n.º 804/76 de 6 de Novembro.

Para constar se publique este edital e outros de igual teor nos lugares públicos do costume.

Paços do Concelho de Sintra, 14 de Novembro de 1988

O VEREADOR SUBSTITUTO DO PRESIDENTE,
Eng.º Joaquim de Matos Manso

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA AMADORA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Nos termos do disposto no Art.º 22.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária a reunir na Sede da Associação, sita na Rua Elias Garcia n.º 121 — AMADORA, no próximo dia 21 do corrente mês de Dezembro, pelas 20.30 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES PARA O BIÊNIO 1989/90

Não havendo o número legal de sócios, fica desde já convocada segunda sessão para o mesmo dia, pelas 21.30 horas, nos termos do § único do Art.º 24.º, sendo então válidas as resoluções que vierem a ser tomadas, seja qual for o número de sócios presentes.

Amadora, 2 de Dezembro de 1988

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

António Vasco Alves Marques

«DL» 14/12/1988

COOPERATIVA DE MORADIAS ECONÓMICAS, C.R.L.

Av.ª Almirante Reis, 121-1.º Dt.º
1100 LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 27.º, dos Estatutos, da Cooperativa de Moradas Económicas, C.R.L., pessoa colectiva n.º 600074852, com sede na Av.ª Almirante Reis, 121-1.º Dt.º, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 327, com o Capital Social de Esc.º 603 100\$00, convoco a Assembleia Geral desta Cooperativa a reunir em sessão ordinária, na sede social, no próximo dia 28 do mês de Dezembro de 1988, pelas 19 horas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- I — Apreiar e votar o Orçamento e o Plano de Actividades para o exercício de 1989;
- II — Deliberar nos termos do artigo 14.º n.º 2, dos Estatutos, sobre a proposta efectuada pela Direcção no sentido da aplicação da pena de exclusão aos cooperadores que se encontram em situação de incumprimento dos deveres que lhe são imputados pelas alíneas e) e p), do artigo 17.º, dos Estatutos;

Não comparecendo o número legal de cooperadores para a Assembleia em 1.ª convocação fica desde já convocada a Assembleia para reunir em 2.ª convocação pelas 20 horas do mesmo dia, no mesmo local, com a mesma Ordem de Trabalhos e qualquer número de cooperadores.

Lisboa

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Manuel António Gonçalves Ramos

COOPERATIVA DE MORADIAS ECONÓMICAS, CRL

Av.ª Almirante Reis, 121-1.º-Dt.º

A V I S O

Pela presente se notifica os cooperadores, Alfredo Soares da Silva, Alfredo Soares de Oliveira, António Barbosa, Eng.º António Fernando da Costa Marques, Dr. António Marques Pereira, Carlos Alves Pereira (Herd.º), Domingos Matutino Correia, João Carvalho Catalão, José Francisco Gonçalves, José Henriques (Herd.º), José Madeiras dos Santos, José Maria M. Cameira, Luísa Maria da Silva Froufe, Maria Angelina Pereira Cardoso, Maria C. Pereira Cardoso, Dr. Manuel Marques Carvalho, Orlando Mascarenhas Coelho e Haul Duarte Aniceto, que face à ausência de resposta à notificação publicada neste jornal em 31/10/88, a sua proposta de exclusão irá ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária a realizar na sede desta Cooperativa, na Av.ª Almirante Reis, 121-1.º-Dt.º, no dia 28/12/88, pelas 19 horas, em 1.ª convocação ou 20 horas, em 2.ª convocação.

A publicação do presente anúncio deve-se ao facto de apesar de os cooperadores em referência terem sido notificados por via postal das respectivas infracções, terem as missivas sido devolvidas por serem desconhecidos nas moradas constantes dos arquivos desta Cooperativa.

O Presidente da Mesa
da Assembleia Geral
Manuel António Gonçalves Ramos

SUCESSÃO DE DEMISSÕES ABALA "DN"

O jornal Diário de Notícias está a passar por um processo um tanto ou quanto obscuro, encetado com exoneração, anunciada na segunda-feira, pelo Conselho de Gerência da direcção do jornal. Hoje o «DN» traz no seu cabeçalho o nome de Fernando Pires, editor-chefe do jornal e que agora assumiu o cargo de director interino, por voto unânime do Conselho de Redacção. Mas, isso não impediu que no espaço de dois dias o matutino lisboeta conhecesse momentos agitados. As demissões sucederam-se a uma velocidade vertiginosa...

Fernando Pires foi nomeado após a demissão, ontem à tarde, de Fernando Madrinha do mesmo cargo, no qual tinha sido empossado poucas horas antes por um Conselho de Gerência (CG) ele próprio demissionário.

Não obstante terem pedido a demissão, Antunes da Silva e Rui Soares, respectivamente, presidente do Conselho de Gerência e o vogal daquele órgão, empossaram Fernando Madrinha como director no jornal, na sequência do parecer favorável que lhe fora dado pelo Conselho de Redacção. Ao fim da tarde de ontem, surpreendente-

mente, foi conhecida o afastamento dos gestores.

Antunes da Silva e Rui Soares apresentaram ao Governo a sua demissão (que a aceitou) durante uma reunião com o ministro Couto dos Santos, a quem explicaram as razões que os levaram a exonerar a Direcção do «DN», integrada por Dinis Abreu, Helena Marques e M. Bettencourt Resendes. Nessa reunião, o ministro Adjunto da Juventude terá, no entanto, criticado a decisão do CG.

Por seu turno, face à demissão dos dois gestores, Fernando Madrinha considerou estarem



inviabilizadas as condições para desempenhar o lugar para que fora empossado. O Conselho de Redacção (CR) do jornal também teve uma palavra dizer neste complicado processo, condenando unanimemente a atitude dos gestores numa moção aprovada ontem em reunião.

Segundo a moção, publicada hoje na íntegra no «DN», o Conselho de Gerência «irresponsavelmente, permitiu utilizar um órgão de informação credível para a opinião pública como instrumento de manobra sem objectivo descortinável»; «de um modo indigno, lançou jornalistas contra jornalistas, criando uma situação difícil»; e «levianamente, após dois dos três membros do Conselho de Gerência haverem apresentado o seu pedido de demissão, persistiram em levar os seus propósitos por diante e gerar um clima de manifestamente atentatório dos interesses do Diário de Notícias».

Face a situação de vazio criada na Direcção, o CR, de acordo com a Lei de Imprensa, deu de imediato parecer unânime para que o editor-chefe, Fernando Pires, assumisse interinamente a Direcção do matutino lisboeta até ser nomeada a futura Direcção do jornal.

Fernando Pires justifica hoje que aceitou o cargo por não poder nem dever inviabilizar a solução proposta. «As funções que temos exercido ao longo destes anos, e a confiança e o apoio que nos foi garantido pela redacção do jornal, responsabilizam-nos como garante da linha editorial do jornal», afirma em primeira página o antigo editor-chefe do «DN».

Registe-se que o Conselho de Gerência do «DN» não agiu em todo este processo em conformidade com a Lei de Imprensa. Exonerou a Direcção liderada por Dinis Abreu antes do Conselho de Comunicação Social (CCS) ter emitido qualquer

parecer sobre o assunto. A legislação em vigor determina que a exoneração e a nomeação da direcção dos órgãos de Comunicação Social do sector público, caso do «DN», seja realizada depois de ouvido o CCS.

«O pedido de parecer sobre a exoneração foi entregue na terça-feira no CCS, mas o acto foi anunciado e consumado segunda-feira», disse Artur Portela, presidente do CCS, acrescentando que esta actuação «prejudica o evoluir do processo».

O Conselho de Comunicação Social já entrou em contacto com o Conselho de Gerência, o Conselho de Redacção e o director nomeado, e só depois de os ouvir tomará uma posição sobre o assunto.

Refira-se ainda que, entretanto, chegaram ao «DN» muitas mensagens de solidariedade à Direcção cessante, entre as quais a do antigo director Mário Mesquita, que se congratulou igualmente com a posição assumida pela Redacção do jornal.

N.R. — Devido a um erro de montagem, na página 5 da nossa edição de ontem, sob a notícia «Júri aceitou proposta de venda do «DP» por 704 mil contos», saiu o nome de Dinis Abreu. Tratou-se, como dissemos, de um erro de natureza técnica, a que a Redacção do «DL» é alheia. O nome de Dinis Abreu deveria ter surgido como identificação de uma foto do ex-Director do nosso colega «Diário de Notícias». A foto não coube na página e, por um lamentável capricho de montagem, o que era uma simples legenda acabou por surgir num local em que se prestava a confusão, dado que poderia ser interpretado como a assinatura do responsável pela notícia atrás mencionada. Ao jornalista Dinis Abreu e aos nossos leitores apresentamos as nossas desculpas.

Interpress ganha adjudicação do parque gráfico e dos edifícios do vespertino «Diário Popular»

A Interpress foi a vencedora do concurso público para adjudicação do parque gráfico e dos edifícios da empresa pública do jornal «Diário Popular», pelo quantia de 704 mil contos. Deverá pagar à EDDP 352 mil contos no prazo de sessenta dias, após o acto de adjudicação e o restante no prazo de um ano, em prestações mensais.

A proposta de adjudicação, homologada ontem por Albino Soares, secretário de Estado responsável pela Comunicação Social, resultou, segundo um comunicado do gabinete daquele secretário de Estado, de uma deliberação unânime do júri que presidiu ao concurso público de alienação daqueles bens. O comunicado refere que a Interpress - Sociedade Portuguesa de Revistas foi a única que se candidatou à compra.

Horácio Roque quer o jornal «Record»

O comendador Horácio Roque já anunciou que vai concorrer à compra do trisemanário desportivo «Record», afirmando igualmente estar interessado em adquirir ou tomar posições em outros órgãos de Comunicação Social, em particular num jornal diário, sem especificar qual.

Desde 1987 Horácio Roque é o proprietário do semanário «Século de Joanesburgo», tendo lançado outras duas publicações na África do Sul, ambas em língua inglesa. Relativamente ao «Record», o comendador disse tratar-se de um jornal «com potencial muito grande, bom nome e uma gama de leitores», salientando também que se trata de um jornal já lançado.

O concurso público para alienação da quota da Empresa Pública Diário Popular (EPDP) na Sociedade Editora Record (73,33 por cento) determina a entrega de propostas de compra até 22 deste mês. A base de licitação é de 100 mil contos e a caução para concorrentes é de 10 mil contos, nas condições gerais, e de 5 mil contos, quando se trate de cooperativas de jornalistas.

Neste sentido, a cooperativa formada por 10 jornalistas do «Record» anunciou já a sua intenção de concorrer à compra do jornal, o que, a acontecer, terá direito a cobrir a oferta de montante mais elevado, desde que a proposta não seja inferior em mais de três por cento.

Renovar e modernizar para agradar ao cliente

EDP investirá até 1994 10,7 milhões de contos só na rede de Lisboa

O programa da EDP de modernização e de remodelação da rede eléctrica de Lisboa absorverá, até 1994, investimentos na ordem dos 10,7 milhões de contos, segundo foi anunciado em Lisboa por um administrador da empresa.

Trata-se, conforme referiu Athaide de Carvalhosa, de uma «mudança da política empresarial» da EDP, que até agora «privilegiou essencialmente a produção e o transporte de energia» e que de futuro terá como «primeira preocupação promover a satisfação do cliente».

O investimento anunciado pela EDP para Lisboa, cidade que em 1987 consumiu 8 por cento do total de energia eléctrica de todo o território, compreende a remodelação da rede de média tensão (1320 quilómetros de cabos) e da rede de baixa tensão (2810 quilómetros de cabos), parcialmente já em curso, e ainda a reestruturação ou construção de várias subestações.

As acções a desenvolver em 1989, no âmbito deste programa, implicam um esforço financeiro para a EDP de 1,7 milhões de contos, valor que não consideramos os investimentos realizados a montante da rede.

O programa de investimentos para a cidade de Lisboa, que possui uma rede antiga e com um ritmo de crescimento de consumo médio de 2,7 por cento nos últimos anos, contempla a partir de 1990 cerca de 1,8 milhões de contos anualmente.

Este esforço de manutenção e conservação de uma «rede tão complexa e em franco desenvolvimento», conforme acentuou aquele responsável da EDP, insere-se na linha de «melhorar a qualidade do serviço», embora este, relativamente à cidade de Lisboa, seja prestado «com um bom índice de qualidade».

Conforme assegurou Athaide de Carvalhosa, o plano de reconversão da rede eléctrica de Lisboa será executado «sem interrupção do serviço», sendo a substituição e construção de equipamento efectuada «em tensão» para «menor incómodo dos clientes».

Os problemas com que se de-

bate a distribuição de energia eléctrica à cidade de Lisboa (350 mil consumidores numa área de 82 quilómetros quadrados) foram também abordados no encontro com os jornalistas pelo responsável do respectivo departamento, Albuquerque Coelho.

Expansão rápida e terciarização

Para o director do Centro de Distribuição de Lisboa, a rede eléctrica da cidade sofre as consequências da «expansão provocada pelo rápido crescimento da capital» e pela «terciarização progressiva e acelerada da zona histórica», problemas que «têm exigido da parte da EDP um grande esforço de investimento» devido «a preocupação acrescida no que se refere à conservação e manutenção de todos os equipamentos necessários ao funcionamento das redes».

Alimentada em muito alta tensão por três subestações da rede primária (Sacavém, Carriche e Alto da Mira), é nestes pontos que a energia eléctrica é «injectada» nas 18 estações espalhadas pela cidade, a partir das quais se distribui um intrincado de cabos subterrâneos que se estendem por quatro mil quilómetros e que liga, entre si, os consumidores.

Para assegurar a manutenção, flexibilização e segurança da rede — operações controladas a partir do «cérebro» central do sistema, num edifício em Palhavã —, distribuem-se pela cidade os postos de transformação e seccionamento (2416), os armários de distribuição de baixa tensão (5910) e as portinholas dos candeeiros de iluminação pública (100 mil).

Tendo em vista minimizar o tempo de duração de eventuais interrupções de energia eléctrica, a rede está estruturada de forma a que a falha de um elemento possa ser suprida por qualquer dos restantes, num sistema de vigilância permanente sediada no despacho de distribuição de Palhavã, o órgão operacional de comando e supervisão da rede.

Presidente da Associação de Municípios critica Ministério da Indústria e Energia por «conta» das dívidas autárquicas à EDP

O presidente da Associação Nacional de Municípios acusou o Ministério da Indústria e Energia de «entravar a resolução do problema das dívidas das autarquias à EDP».

Em conferência de Imprensa, Torres Pereira aludia a recentes declarações do ministro Mira Amaral em que afirmava que, se as Câmaras pagassem as suas dívidas à EDP, «os portugueses pagariam menos 20 por cento de energia».

«Isto tem de ser provado por quem o afirmou», disse Torres Pereira, lembrando que as dívidas dos municípios à EDP representam 10 por cento do passivo global desta

empresa pública.

«Os municípios devem 120 milhões de contos à EDP que, por seu turno, tem uma dívida global de mil milhões de contos», salientou Torres Pereira.

O presidente da ANMP lembrou ainda que a EDP, tem igualmente «um calote» para os municípios, referindo concretamente todo o material que fazia parte do património das Câmaras e passou para a EDP «sem ter sido avaliado».

«Esse património representa milhares de contos», afirmou Torres Pereira, para quem «os municípios nunca puseram em causa a dívida e a necessidade de a pagar».

No fim de três dias de paralisação

MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTUDAM POSSIBILIDADE DE GREVE ADMINISTRATIVA

Os magistrados do Ministério Público terminam hoje uma greve de três dias, que contou com uma adesão na ordem dos 95 por cento. No entanto, segundo afirmou ao «DL» António Francisco Cluni, presidente do Sindicato, novas lutas serão estudadas na Assembleia Geral de sábado e, caso se mantenha o silêncio do Governo às suas reivindicações, aqueles profissionais poderão desencadear uma greve administrativa.

«Tem-se registado um aumento crescente de adesões à greve, mesmo nas comarcas onde eram menores», afirmou o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, acrescentando:

«Vários círculos judiciais estiveram parados a 100 por cento, e o nível de adesão nos tribunais superiores foi significativo: 100 por cento nos tribunais Constitucional, de Constas e Supremo Administrativo, e mais de 50 por cento no Supremo tribunal de Justiça».

António Francisco Cluni referiu ainda que se verificaram algumas violações da lei durante os três dias de greve. «Nalguns casos os magistrados foram substituídos por um Ministério Público «ad hoc», ou seja, o juiz nomeou uma pessoa

qualquer para representar o ministério».

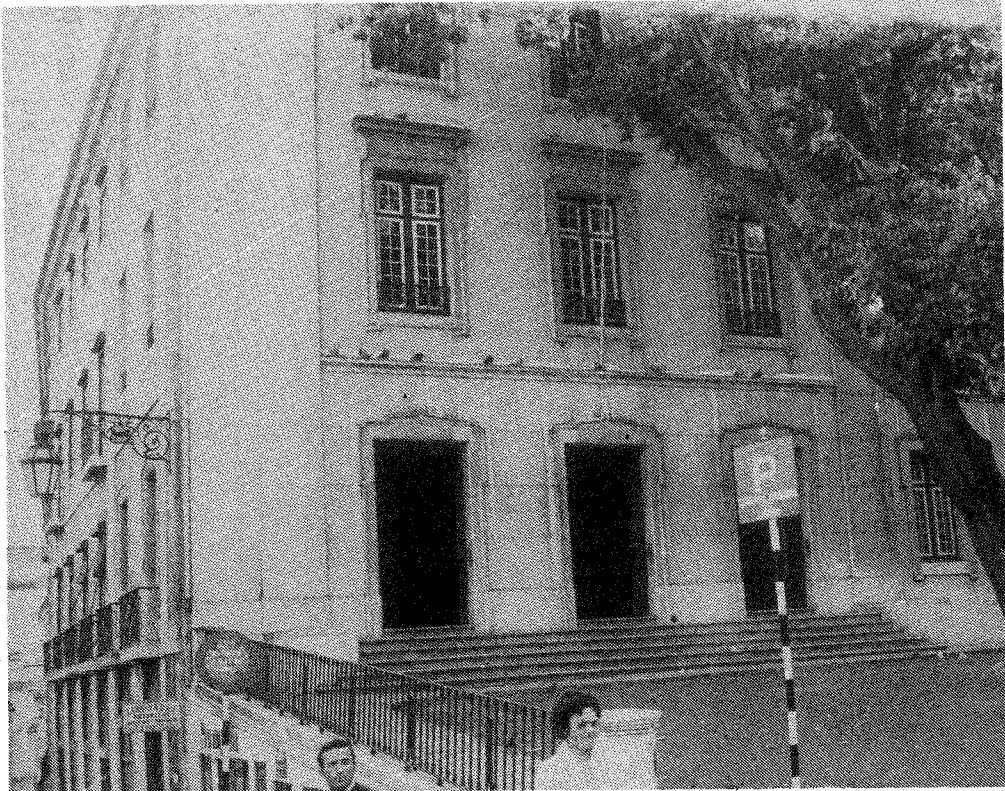
Segundo o sindicalista, trata-se de um processo ilegal, pelo que os magistrados interporão o respectivo recurso, o que levará à anulação do julgamento.

«A jurisprudência considera que a situação leva à anulação dos julgamentos feitos nesses moldes, o que atrai ainda mais os processos», afirmou o dirigente sindical.

Possibilidade de greves administrativas

Os cerca de 700 magistrados do Ministério Público reivindicam a urgente criação de condições materiais para o exercício da profissão, nomeadamente um estatuto socio-profissional condigno, um novo estatuto remuneratório, instalações não degradadas, aumento do número de funcionários e «a consagração constitucional da autonomia do Ministério Público face ao poder político, como acontece em modernas Constituições».

No entanto, «o Governo mantém-se silencioso, o que é estranho. Ao fim de 15 dias de greve dos vários sectores da Justiça, continua sem dar resposta a nenhum deles», comentou António Francisco Cluni, a-



É a greve...

crentando que a situação será analisada na Assembleia Geral do Sindicato, que decorrerá no próximo sábado em Coimbra, onde «serão discutidas novas formas de luta».

Segundo o presidente do sindicato, «algumas dessas formas passarão pela exposição pública dos nossos motivos ao

Presidente da República, Parlamento e Governo».

Mas, caso o Executivo de Cavaco Silva continue sem dar resposta às suas reivindicações, os magistrados do Ministério Público estão dispostos a endurcer a luta. Uma das propostas a ser estudada na Assembleia de sábado diz respeito a novas

formas de paralisação. «Analisaremos a eventualidade de envolver por greves administrativas, que incidirão sobre aspectos não essenciais da nossa função. Não afectam directamente o cidadão, mas o aparelho administrativo e burocrático dos tribunais», explicou António Francisco Cluni.

Dez mil estrangeiros sem autorização de residência

Cerca de 10 mil estrangeiros vivem em Portugal sem autorização de residência — revelou Daniel Sanches, director do Serviço Nacional de Estrangeiros e Fronteiras.

O responsável por aquele serviço, recentemente empossado no cargo, visitou ontem as delegações dos seus serviços na Beira (Castelo Branco, Guarda e Viseu), onde contactou com as estruturas das regiões ligadas aos estrangeiros.

Daniel Sanches observou que muitos estrangeiros entram em Portugal com visto de turista e ficaram no País sem qualquer tipo de licença.

Sobre o facto de brasileiros estarem a radicar-se em Portugal, Daniel Sanches declarou que «não há dupla nacionalidade, mas tão — só existe igualdade de direitos em alguns casos».

O director dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras aludiu ao facto de este organismo ir fiscalizar as fronteiras e considerou que «os serviços não possuem meios humanos para corresponder àquelas tarefas».

Daniel Sanches anunciou que, no primeiro semestre de 1989, vai ser realizado um curso de formação para cerca de 150 a 180 elementos.

Numa primeira fase, o Serviço de Estrangeiros encarregar-se-á da fiscalização das fronteiras em aeroportos e portos e, numa fase posterior, das fronteiras terrestres intercomunitárias, com Espanha.

Na opinião de Daniel Sanches é necessário dar maior operacionalidade às 23 delegações de serviços existentes e, posteriormente, proceder à criação de outras delegações nos principais postos aduaneiros.

A livre circulação de pessoas vai permitir o livre acesso de cidadãos comunitários, o que vai determinar uma responsabilidade acrescida, em termos da segurança dos Estados-membros e da segurança da própria Comunidade, disse.

A informatização dos serviços e a implementação das telecomunicações em 1989, a publicação de uma lei orgânica, que estabeleça qual a estrutura dos serviços e o estatuto de pessoal em conformidade, com as suas novas funções e com o serviço de segurança, foram apontadas por Daniel Sanches como necessidades urgentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Columbófilo português é campeão do Mundo

O campeonato mundial de pombos-correios, que se realizou na Bélgica, com cerca de dois mil participantes, consagrou um português campeão do mundo/1988 na categoria de velocidade — anunciou ontem em Coimbra a Associação Europombo.

Com uma pomba cruzada de raça portuguesa e belga, Vicente de Oliveira, de Cortegaça (Espinho) bateu um holandês, um belga e três ingleses.

A classificação baseou-se nas prestações de pombos individuais durante toda a campanha columbófila e este foi o primeiro ano da participação portuguesa no campeonato mundial de columbófila.

No segundo período

Governo saberá que sem docentes não há Reforma Educativa

A percentagem de adesão dos professores à greve rotativa de três dias baixou ligeiramente em relação às percentagens registadas nas greves nacionais de 28 de Outubro e 18 de Novembro últimos.

Em conferência de imprensa realizada ontem na Federação Nacional dos Professores, o secretário-geral daquela estrutura sindical referiu que as adesões rondaram os 60 a 65 por cento a nível nacional.

Os docentes dispõem-se a prosseguir a luta no próximo período lectivo, sob formas ainda não decididas, mas que incluem a eventualidade de uma greve às avaliações.

«Os professores não vão ser os bem intencionados do costume para resolver os problemas das escolas que o Ministério da Educação não resolve», sublinhou António Teodoro, citando como exemplos dessa boa von-

tade o desembolsar de dinheiro para cobrir despesas necessárias ao funcionamento das escolas. «Também não estarão disponíveis para a realização de experiências relacionadas com a implantação da Reforma Educativa, nomeadamente questões do âmbito da reestruturação curricular», prosseguiu o secretário-geral da Fenprof, comentando que «o Governo saberá que sem os professores não haverá Reforma Educativa».

Os docentes vão estar hoje e amanhã presentes na Assembleia da República para assistir à votação do Orçamento Geral do Estado para 89.

Perante a intenção declarada do Governo e do Ministério da Educação de só negociar a revalorização material da profissão docente no segundo semestre de 89, para fazer efeito em 1990, a Federação Nacional dos Professores propôs ao Go-

verno e a todos os partidos com assento na Assembleia da República, uma medida intercalar que consiste na aplicação a todos os professores da subida de letra decretada para as carreiras técnica e técnica superior da Função Pública em Julho passado e que o estatuto da carreira docente entre em vigor, o mais tardar, em Setembro de 89, de forma a permitir a aposentação de muitos docentes que a guardam antes do início do próximo ano lectivo.

Numa reunião realizada em 22 de Novembro entre a Fenprof e a Comissão Parlamentar de Educação, aquela proposta parecia ter colhido o assentimento unânime dos partidos representados na comissão, incluindo o dos deputados do PSD.

Posteriormente, das discussões realizadas na especialida-

de, parece ser intenção do Governo e do partido maioritário rejeitar a proposta de reajustamento de letra apresentada por vários partidos da oposição.

A Fenprof considera que o objectivo do Governo de remeter para 1990 a aplicação da revisão material da profissão docente tem fins eleitoralistas, mas «os docentes da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário saberão tirar de todo este processo as devidas ilacções», garante a Fenprof em comunicado.

Uma delegação desta federação participa amanhã, dia 15, numa reunião no ME com o secretário de Estado Adjunto do ministro, Alarcão Troni, a subsecretária de Estado para a Modernização Administrativa, um responsável do Ministério das Finanças e a coordenadora do Ministério da Educação para

o estatuto da carreira docente.

«Dado que nessa reunião o Governo pretende apresentar «formalmente» o seu cronograma do protelamento da revalorização material, também «formalmente», e com a força que advém do êxito das greves realizadas, lhe será comunicado que o ME e o Governo poderão passar a contar com a desconfiança activa dos professores de todos os sectores de ensino, de todo o país», conclui a Fenprof no comunicado.

Com vista ao prosseguimento da luta, os órgãos dirigentes dos sindicatos da Fenprof vão analisar todo o processo a fim de definir uma estratégia articulada para o segundo e terceiro períodos, reunindo o secretariado nacional da Federação nos próximos dias 16 e 17, e o seu conselho nacional a 3 e 4 de Janeiro.

Poupança para o progresso de Portugal

1986, 1987, 1988: o triénio em que Portugal apresenta a melhor evolução económica global de todos os países da OCDE. São três anos de progresso.

1989 vai ser o quarto ano consecutivo de progresso.

Mas não há progresso sem investimento, nem investimento sem poupança.
A sua poupança é importante para si e é muito importante para o progresso do País.

Faça render as suas poupanças

Subscriva qualquer das modalidades que temos ao seu dispor:



CERTIFICADOS DE AFORRO

- Destinado às poupanças familiares.
- Juros capitalizados trimestralmente.
- Prémio anual de 0,5% a partir do primeiro ano, até 2% no quarto ano.
- Subscrição na Junta do Crédito Público e Estações dos C. T. T.



OBRIGAÇÕES DO TESOIRO MÉDIO PRAZO

- Destinado a todos os investidores.
- Taxa fixa durante a vida do empréstimo.
- Simplicidade na movimentação.
- Beneficiação de custos reduzidos nas transacções em Bolsa.
- Subscrição nas Instituições de Crédito.



BICENTENÁRIO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

- Destinado a todos os investidores.
- Empréstimo que pode ser expresso em Escudos ou ECU (moeda da CEE).
- Rendimento mais elevado quando comparado com aplicações alternativas.
- Disponibilidade de poder reaver o capital investido após um ano.
- Subscrição na Junta do Crédito Público e Instituições de Crédito.



TESOURO FAMILIAR-BICENTENÁRIO

- Destinado às poupanças familiares.
- Primeiro juro — 13,25%.
- Juros comparáveis com os Depósitos a Prazo.
- Crescimento progressivo — 0,25% a partir do 3º semestre.
- Disponibilidade de poder reaver o capital investido após um ano.
- Subscrição nas Tesourarias da Fazenda Pública.

E ainda como última novidade o Empréstimo CLIPs- Crédito em Sistema de Leilão ao Investimento Público
(Informe-se no seu Banco)

Ministério das Finanças



Outro motorista de táxi assassinado em serviço

Foi ontem assassinado em Mira-Sintra mais um taxista aumentando assim o número dos que têm tombado vítimas de delinquentes que, para furtarem uns escassos milhares de escudos, não respeitam uma vida humana.

José da Costa, tinha 51 anos, era casado e tinha duas filhas, uma de 15 e outra de 24 anos, esta deficiente motora.

Havia pegado ao serviço pelas 17 horas de segunda-feira e viria a ser encontrado pelas oito da manhã de ontem em Mira-Sintra completamente desnudado e com indícios de haver sido estrangulado.

A viatura com que trabalhava, um Mercedes 240 com a matrícula NH-54-46, terá sido levada pelos autores do crime, vindo a ser mais tarde encontrada junto à Praceta Miguel Ângelo em Queluz.

Familiares da vítima admitem que José da Costa tenha sido alvo de vingança por parte de marginais que o atacaram há três anos.

O indivíduo suspeito de no passado dia 4 ter atropelado uma mulher, em Vila Real, que viria a morrer dois dias depois, ainda não foi localizado, disse uma fonte da PSP de Vila Real.

O suspeito, José Albertino Peixoto Aires, 29 anos, casado, emigrante na Suíça, que se encontrava em Portugal de férias desde 26 de Novembro, abandonou o seu automóvel, de matrícula IN-46-88, um quilómetro adiante e jamais apareceu em casa, situada em Arrabães, Vila Real.

Trata-se de um indivíduo que já anteriormente tinha sido detido pela Polícia de Segurança Pública, por conduzir sem a respectiva carta.

O processo, por homicídio involuntário, foi entregue ao delegado do Ministério Público da comarca de Vila Real.

A vítima, Donzília da Conceição dos Santos, 29 anos, casada, residente no Bairro de Sá Carneiro, São Pedro, Vila Real, acabou por morrer no passado dia 6, no Hospital de Santo António, Porto.

Donzília Santos deixou orfãos dois filhos menores e o jovem viúvo é um homem bastante doente, que está limitado a uma cadeira de rodas.

As camadas de geada que hoje de madrugada caíram nas estradas do distrito de Vila Real têm dificultado a circulação dos veículos automóveis, disse uma fonte da Brigada de Trânsito da GNR.

As vias mais afectadas são as estradas nacionais números 15 e 206, de Vila Real a Murça e de Vila Pouca de Aguiar a Padrela, e ainda a via rápida entre Boavista e Alto Espinho, acrescentou a mesma fonte.

Diversas patrulhas da Brigada de Trânsito estão naquelas estradas a regularizar a situação e a aconselhar moderação quanto à velocidade das viaturas.

Uma carrinha «sem travões» abalroou ontem na segunda circular, sentido norte-sul, cinco viaturas impedindo a circulação, sentido norte nos dois sentidos.

O acidente ocorreu no início da tarde.

A carrinha «Nissan», carregada de areia, pertence à empresa Habitação, Saneamento e Urbanismo.

Apenas se verificaram danos materiais elevados.

Sinistralidade em números

No período de vinte e quatro horas que findou ao meio-dia de ontem a Brigada de Trânsito da GNR e a Divisão de Trânsito da PSP registaram nas respectivas áreas de actuação, estradas e zonas urbanas, 189 acidentes de viação de que resultaram cinco mortos e 115 feridos dos quais 27 em estado grave.

Polícia ainda sem pistas

PILOTO DA TAP VÍTIMA DE CARRO ARMADILHADO

Morreu ontem ao princípio da tarde no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, o piloto da TAP Alfredo Francisco Matos Durão, que pelas sete horas da manhã foi vítima da explosão de um engenho armadilhado colocado sob o assento do seu automóvel, quando seguia pela Avenida Norton de Matos.

Alfredo Durão, que actualmente exercia as funções de director do pessoal navegante e técnico dos TAP, chegara pouco antes de Nova Iorque e dirigia-se para a sua casa no Algueirão quando, corridos cerca de três quilómetros, a bomba explodiu provocando-lhe graves lesões: fracturas expostas nas pernas e coxas, praticamente esfaceladas, e outras lesões internas de que viria a sucumbir quando submetido a operações cirúrgicas, por várias equipas médicas do referido hospital.

A vítima era casada e tinha dois filhos.

Era comandante de voo dos aviões Lockheed utilizados nas carreiras para os continentes americano e africano, nomeadamente Estados Unidos, Canadá, Venezuela, Brasil e alguns países de África. No entanto, devido às suas actuais funções, raramente pilotava, segundo informou uma fonte da transportadora aérea nacional.

Era natural de Lourenço Marques e prestara anteriormente serviço na antiga transportadora aérea de Moçambique, a DETA, após ter prestado serviço na Força Aérea como alferes-piloto. Esteve também colocado em Luanda como responsável da TAP no princípio da década de 80, onde terá criado algumas inimizades, segundo revelou um companheiro de trabalho, que terão dado origem a várias ameaças.

Para algumas das pessoas com quem trabalhava, era considerado «duro» e para outras era classificado como pessoa exigente e disciplinadora. Estava actualmente a organizar os serviços a seu cargo e ao que parece estava a conseguir êxito.



O comandante Vieira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação Civil, afirma não haver razão de ordem pessoal ou profissional que expliquem o atentado.

A Polícia Judiciária está a investigar o atentado, tendo a viatura, um Lancia sido rebocada para as instalações da PJ onde está a ser submetida a vários exames por peritos do Laboratório de Polícia Científica, a fim de determinar o tipo de engenho, o seu sistema detonador e explosivo usado, elementos que poderão orientar os investigadores da Secção Central de Combate ao Banditismo da PJ, a quem compete o esclarecimento do caso.

Vários telefonemas, para órgãos de Comunicação Social, têm reivindicado o atentado, dois dos quais referenciados como as

conhecidas «FP-25 de Abril» e as nunca mencionadas «Brigadas Anticapitalistas». Seria desta última a afirmação de que «hoje perpetrámos um atentado contra um capitalista... outros seguirão...»

No entanto os investigadores dão pouco crédito a estas presumíveis reivindicações, tanto mais que não passou despercebido a apenas haverem sido feitas após a divulgação pelas emissoras de rádio do atentado, o que parece inferir que os alegados autores «só tiveram conhecimento do mesmo pela Comunicação Social...»

Fontes próximas da PJ adiantaram ainda que até ao fim da manhã de hoje não havia qualquer pista ou suspeita susceptível de identificar os autores ou determinar o móbil.

Mini selos com LSD dá oito anos de prisão

O alemão-federal acusado de posse de 53 doses da droga alucinógena LSD foi ontem condenado, no tribunal de Portimão, a oito anos de prisão.

O colectivo, presidido pelo juiz Mário Gomes, deu como provado o crime de que o réu Heinz Loechte, de 29 anos, vinha acusado, ou seja, que no dia 2 de Junho um agente da PSP de Lagos encontrou na sua posse determinada quantidade de haxixe, e, na revista à viatura, escondidos no forro do banco traseiro, 53 microselos com LSD, mais haxixe, uma balança de precisão e diversas quantias em escudos, marcos, pesetas e libras.

O juiz Mário Gomes explicou que, independentemente de o réu ter ou não traficado droga, o crime em causa, provado em tribunal e confessado pelo incriminado, era a detenção de estupefacientes, punível pela lei portuguesa com prisão entre seis e doze anos.

O magistrado salientou haver uma gravidade acrescida quanto aos microselos, que dissimulam o LSD em pequenos quadradinhos de papel tipo mata-borrão, por haver a intenção de disfarçar a droga e assim facilitar a sua transacção.

O LSD é produzido sob diversas formas, desde pequenos pin-

gos sólidos até aos rectângulos de papel como os do réu, neste caso decorados com o Gato Garfield, personagem de desenhos animados.

O réu foi ainda condenado à multa de 200 mil escudos, apreensão da viatura e expulsão do País após cumprimento da pena, só podendo regressar ao fim de dez anos.

A acusação esteve a cargo do delegado do procurador da República, Marques Baptista e a defesa do advogado Valter Sampaio.

Assaltantes perseguidos e presos pela GNR

Três jovens cadastrados foram terça-feira detidos pela GNR de Alpendurada, pouco depois de tentarem assaltar um estabelecimento, no lugar de Vista Alegre, a 30 metros do posto daquela força paramilitar, disse uma fonte da corporação.

Os detidos encontram-se já no estabelecimento prisional do Porto, a aguardar julgamento, por determinação do juiz de Instrução Criminal de Marco de Canaveses, acrescentou a mesma fonte.

Os detidos possuem cadastro por furtos qualificados e são Carlos Manuel da Costa, 24 anos, solteiro, chapeiro, Manuel Fortes da Silva, 25 anos, solteiro, operário têxtil, ambos residentes em Santana, Leça do Balio,

Matosinhos, e Paulo Manuel Alves Guimarães, 24 anos, solteiro, empregado de balcão, morador em São Mamede de Infesta, Matosinhos.

Os três cadastrados usaram um automóvel furtado algumas horas antes, em São Mamede de Infesta, um «Fiat 124», de matrícula RT-49-66, para se deslocarem a Alpendurada, freguesia do concelho de Marco de Canaveses.

Os assaltantes foram descobertos quando arrombavam a segunda fechadura do estabelecimento Noiva Número, na Estrada Nacional Chique 108, a cerca de 30 metros da GNR local.

A proprietária do estabelecimento, Margarida Ferreira, que reside no primeiro andar do edifício, deu de imediato o alarme e a GNR perseguiu os assaltantes durante vários quilómetros, pelas estradas circundantes.

Os cadastrados viriam a render-se quando constatarem que andavam em círculo, pois foram ter perto do local onde efectuaram a tentativa de assalto, acrescentou a fonte da GNR.

Actualizado o subsídio de risco dos investigadores da PJ

O subsídio de risco do pessoal de investigação da Polícia Judiciária foi actualizado com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro,

determina um diploma do Ministério da Justiça hoje publicado na folha oficial.

O valor do subsídio agora actualizado é o seguinte:

Pessoal dirigente, 10 625 escudos; inspector-coordenador e inspector, 10 000; subinspector, 9375; agente ou agente-motorista, 8750 e restante pessoal, 6250.

Este subsídio, consignado na lei orgânica da Polícia Judiciária, é fixado anualmente e atribuído, nomeadamente, aos funcionários que têm a seu cargo a prevenção e investigação da criminalidade de alta violência praticada por grupos armados.

Corveta reboca pesqueiro açoriano

A corveta da Armada «João Roby» rebocou ontem para o porto da Praia da Vitória uma embarcação de pesca que se encontrava à deriva ao largo da Terceira — anunciou o Comando Naval dos Açores.

O pesqueiro «Serretinha», registado no porto de Angra do Heroísmo, encontrava-se à deriva a cerca de cinco milhas a noroeste das Lajes.

O salvamento, segundo o Comando Naval, procedeu-se após o lançamento de foguetes de socorro que foram avistados pela corveta.

**GALP
DINAMIC
Gasóleo**

Maior parte das queixas ao provedor são sobre demoras processuais nos tribunais portugueses

"SE TODOS SE QUEIXASSEM AO TRIBUNAL DE ESTRASBURGO O ORÇAMENTO DO ESTADO NÃO DAVA PARA INDEMNIZAÇÕES"

«Se todos os portugueses se queixassem ao Tribunal de Estrasburgo sobre a demora processual nos tribunais, o Orçamento do Estado seria insuficiente para as indemnizações», afirmou no Porto o Provedor de Justiça, Almeida Ribeiro.

Almeida Ribeiro, que falava na conferência sobre «O Provedor de Justiça e os Direitos do Homem», revelou que a maior parte das cerca de 3500 queixas que recebe anualmente estão associadas a demoras processuais nos tribunais portugueses, que motivaram já a condenação de Portugal por três vezes em Estrasburgo.

«A lei confere ao cargo de Provedor de Justiça os mesmos privilégios que concede a qualquer ministro, mas eu não hesitaria em trocar todas as honra-

rias por uma maior rapidez no sistema», comentou.

Segundo Almeida Ribeiro, os cidadãos tendem a trocar o Supremo Tribunal Administrativo por um meio mais informal, barato e simples, apelando ao Provedor de Justiça para todos os problemas relacionados com resultados de concursos, atribuição da reforma, questões sindicais e até de segurança social.

Almeida Ribeiro, advogado há 42 anos e ex-bastonário da Ordem, recordou que o Provedor de Justiça exerce magistratura moral aconselhando o governo e as administrações regionais e locais para eventuais procedimentos.

No entanto, disse que «apenas excepcionalmente os seus pareceres são aceites» pelas entidades competentes.

Referindo-se à Declaração Universal dos Direitos do Homem, Almeida Ribeiro, um dos oito relatores das Nações Unidas, considerou o documento como «um dos mais notáveis redigidos no século vinte e ao qual se deve o facto de não haver guerra na Europa há 43 anos».

organizado pela Associação de Estudantes de Direito da Universidade Católica, o encontro reuniu cerca de meia centena de participantes e inseriu-se nas comemorações do quadragésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

mo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Um caso paradigmático

O volume de processos cíveis e de crime no Tribunal de Odemira ultrapassa um milhão, estando pendentes desse total cerca de 200 há vários anos, disse à Lusa fonte judicial.

Segundo a mesma fonte, foi recentemente resolvido um processo que se arrastava desde 1977, mantendo-se em lista de espera ou-

tros abertos há mais de 10 anos.

Na delegação do procurador da República, onde apenas dois funcionários asseguram o serviço, os processos também se acumulam, sobretudo no Verão, pelo inusitado movimento resultante de acidentes de trabalho, burlas, vendas ilegais de prédios, roubos e apreensão de estupefacientes.

A situação agravou-se desde que, nos termos da nova lei orgânica, os processos deixaram de transitar para o Tribunal de Instrução Criminal de Portimão, ficando sob a alçada do de Odemira, onde os funcionários da justiça chegam a trabalhar mais

de 18 horas diárias, referiu a mesma fonte.

No cartório notarial, que dispõe apenas de dois funcionários, não obstante haver um lugar em aberto há cerca de três anos, a falta de pessoal faz com que muitas escrituras sejam transferidas para os cartórios de Aljezur, Lagos, Sines e Santiago de Cacém.

Segundo a mesma fonte, a cadeia da comarca está desactivada há dois anos, o que obriga à deslocação de presos de Beja para Odemira, num percurso de 200 quilómetros de viagem, para prestarem declarações perante a Justiça.

Sindicatos europeus de polícia reunidos em Congresso

O Congresso Constituinte de Sindicatos Europeus de Polícia começou ontem, em Ávila, para estudar o projecto de um espaço sindical, informaram fontes da organização.

A reunião de dois dias, organizada pelo Sindicato da Polícia Espanhola, assistirão representantes das Polícias de Itália, Grécia e Portugal.

A iniciativa «tem como objectivo reclamar aos países, membros do Conselho da Europa a concessão de um espaço sindical», afirmaram as mesmas fontes.

A organização do congresso

afirmou que, com este projecto, se pretende «dar satisfação não só aos profissionais da Polícia, mas também aos cidadãos da CEE que vêm chegar com frequência o ano de 1992, no qual serão abolidas as fronteiras intercomunitárias».

Os sindicatos policiais estão preocupados «pelo facto de não se fazer uma previsão sobre o ajustamento e adequação na legislação penal, processual e policial, dos diferentes países, com o objectivo de impedir o desenvolvimento da delinquência transnacional», concluiu o porta-voz do sindicato espanhol.

Reclusos pedem indulto natalício

Trezentos e dezoito reclusos, homens e mulheres, portugueses e estrangeiros, pediram indulto natalício ao Presidente da República, Mário Soares, soube-se junto dos Tribunais de Execução de Penas de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora.

Os Tribunais de Execução de Penas de Lisboa, que abrange também o Funchal e Ponta Delgada, receberam um total de 181 pedidos: Porto 70, Coimbra 36, e Évora 31.

Os reclusos ou familiares fizeram o pedido de indulto nos estabelecimentos prisionais, que por sua vez organizaram os processos e os enviaram aos Tribunais de Execução de Penas.

Os pedidos, após apreciação pelos Tribunais de Execução de Penas, foram enviados ao Ministério da Justiça, que directamente os entrega ao Presidente da República.

Caberá ao Chefe do Estado a

decisão final sobre a matéria.

Os indultos abrangem reduções de penas e revogações de Penas acessórias de expulsão do país entre outras.

Nos termos da lei, o indulto natalício é requerido ao ministro da Justiça até 31 de Maio pelo condenado, pelos seus representantes ou familiares, podendo também ser proposto pelo director do estabelecimento prisional respectivamente.

O dia da concessão anual do indulto é de 22 de Dezembro.

Mário Soares concedeu o ano passado indultos a 38 presos por ocasião do Natal dos 329 pedidos apresentados.

Os estabelecimentos prisionais portugueses tinham 8277 reclusos em 30 de Novembro deste ano, em 12 estabelecimentos centrais, 3 especiais menores, mulheres e hospital, 24 regionais e 9 cadeias de apoio.

Informação importante aos investidores

Já sabia que, entrando em vigor a nova legislação fiscal:

- ➔ As mais valias realizadas com **acções** que tenha em carteira até 31 de Dezembro de 1988 não contarão para efeito do IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares).
- ➔ As mais valias realizadas com **acções** compradas depois de 31 de Dezembro de 1988 não serão consideradas para efeito de IRS desde que sejam detidas pelo titular durante mais de 24 meses. Se conservadas por prazo menor, as mais valias serão tributadas à taxa reduzida de 10% ou podem ser englobadas no rendimento sujeito a IRS.
- ➔ Não serão sujeitas a IRS as mais valias realizadas respeitantes a **unidades de participação em fundos de investimento**, nem a **obrigações**.
- ➔ Se a partir de 1 de Janeiro de 1989, investir em **unidades de participação em fundos de investimento mobiliário**, abaterá (até ao limite de 500 contos) 20% daquele valor na matéria colectável do Imposto Complementar, Secção A, respeitante a 1988. A única condição é manter as unidades de participação na sua posse durante, pelo menos, 2 anos.

Esta é uma informação das:



OLHE O PERIGO DE FRENTE!



Na estrada caminhe sempre pelo seu lado esquerdo



CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP
DIRECÇÃO COMERCIAL

ANÚNCIO

Transferência das concessões das
carreiras rodoviárias Porto-Viseu
e Oliveira de Azeméis — Viseu

1. Aceitam-se propostas para a alienação das concessões rodoviárias das carreiras Porto-Viseu e Oliveira de Azeméis-Viseu.
2. As propostas deverão ser entregues até às 17 (dezasete) horas do próximo dia 20 de Dezembro, na Direcção Comercial, na Av. da República n.º 66-7.º - 1000 Lisboa ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, em sobrescrito lacrado.
3. O acto público para a abertura das propostas terá lugar na Direcção Comercial, Av. da República n.º 66-7.º - 1000 Lisboa e realizar-se-á às dez horas do dia 21 de Dezembro.
4. A adjudicação da transferência das concessões será efectuada ao concorrente com proposta de preço mais elevada, acima do preço base de licitação.
5. O Regulamento do Concurso, incluindo as normas a que deverão obedecer as propostas, encontra-se à disposição dos interessados no local indicado em 2.

CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP
O Director Comercial



**Caminhos de Ferro
Portugueses**



DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA

ÉDITOS

Arquivo 7037 Processo 1/1512

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do § 1.º do art.º 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de Junho, e outros, estará patente na DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, n.º 81-3.º andar, tel. 54 88 07, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela EDP - Electricidade de Portugal, EP, Centro de Distribuição Santarém, a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação eléctrica:

Linha de MT a 15 KV para o PT CTX 64 C de João Mateus Sancho Rosa, com 61 m e origem no apoio n.º 2 da linha para o PT CTX 25, na freguesia e concelho do Cartaxo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL, dentro do citado prazo.

Lisboa, 20 de Outubro de 1988

João Manuel F.C. Garcia
Director de Serviços



AOS CONDUTORES

"Junto das paragens de transportes públicos, abrande a marcha, porque a qualquer momento pode surgir uma criança a atravessar, quer pela frente quer pela retaguarda do autocarro."

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

Oito diplomas postos à discussão pública

CGTP E UGT UNÂNIMES NA CRÍTICA: "GOVERNO PRETENDE EMPATAR PARA AGIR" E "UMA FALTA DE ÉTICA LAMENTÁVEL"

Elsa Andrade

A secção de Trabalho do Conselho Permanente de Concertação Social reuniu-se segunda-feira. Confederações sindicais e patronais aproveitaram um dos pontos em agenda para abordar o pacote laboral, mas Silva Peneda, que representava o Governo, não aceitou o tema para discussão. No dia seguinte, o responsável pela pasta do Emprego apresenta em conferência de imprensa as alterações do Executivo à legislação laboral. Em declarações ao «DL», as duas centrais sindicais pronunciaram-se sobre o comportamento do ministro: para Manuel Lopes (CGTP), tal atitude «é grave, e é indiciadora de que o Governo não pretende dialogar, mas empatar os acontecimentos para agir como entender»; Vítor Hugo Sequeira (UGT) considera que se trata de «uma falta de ética lamentável. O Governo optou pelo sensacionalismo».

As duas centrais sindicais, que segunda-feira estiveram reunidas com o ministro do Emprego e Segurança Social no âmbito da comissão especializada de Trabalho do Conselho Permanente de Concertação Social, foram apanhadas de surpresa pela apresentação de um conjunto de oito projectos de decretos-lei governamentais onde se inclui o chamado pacote laboral, feita por Silva Peneda ontem de manhã, em conferência de imprensa.

Na reunião da véspera, o ministro tinha apresentado quatro projectos de diplomas para apreciação - desemprego de longa duração, agências privadas de colocação, trabalho temporário e subsídio de desemprego - precisamente metade dos que ontem foram divulgados aos jornalistas. No entanto, e apesar de tanto as confederações patronais como as centrais sindicais terem abordado a questão da alteração da legislação laboral, Silva Peneda não só não referiu que o Governo tinha ultimado o projecto de revisão das leis do trabalho, como não permitiu a sua discussão.

CGTP: mantém-se razões da greve geral

«Numa primeira apreciação sobre o novo projecto do pacote laboral, entedemos que se mantêm todas as razões que justificaram a luta dos trabalhadores», afirmou ao «DL» Manuel Lopes, da CGTP.

Segundo aquele dirigente sindical, a Inter considera que, no que diz respeito à cessação do contrato individual de trabalho, «o novo projecto mantém a possibilidade da entidade empregadora despedir os trabalhadores a seu bel-prazer, ora por via do despedimento colectivo,

ora por via da extinção do posto de trabalho. Estas intenções estão claras na proposta do Governo».

Para aquele sindicalista, o projecto de alteração apresentado pelo Executivo «contorna a proibição de despedimento sem justa causa chumbada pelo Tribunal Constitucional, retirando a obrigatoriedade do processo disciplinar em empresas com menos de 20 trabalhadores, o que abrange a maioria das empresas portuguesas».

Por outro lado, a nova versão do pacote laboral, segundo Manuel Lopes, «elimina em absoluto a protecção aos representantes dos trabalhadores, o que significa acabar com o direito sindical nas empresas».

Quanto à possibilidade de

uma nova greve geral contra o projecto agora em discussão pública, Manuel Lopes não excluiu a hipótese, afirmando: «Mantêm-se todas as razões que justificaram a luta dos trabalhadores. Analisaremos a situação e encontraremos as formas de luta necessárias para travar a ofensiva do Governo. Desta vez, como da anterior, os trabalhadores oporão grande resistência às alterações que se pretendem introduzir».

Pronunciando-se sobre os restantes diplomas também postos à discussão pública, a CGTP considera que «o Governo não tem competência para legislar sobre essas matérias».

UGT: Governo optou pelo sensacionalismo

Até ao fim da tarde de ontem, segundo afirmou ao «DL» Vítor Hugo Sequeira, do Executivo da UGT, a nova versão do diploma não tinha chegado à central sindical.

«Não fomos informados de que o Governo ia apresentar uma proposta de alteração à legislação sobre cessação do contrato individual de trabalho. Fomos colhidos de surpresa, e tudo o que conhecemos é o teor das declarações do ministro do Emprego, cheias de boas intenções. Mas disso está o mundo cheio».

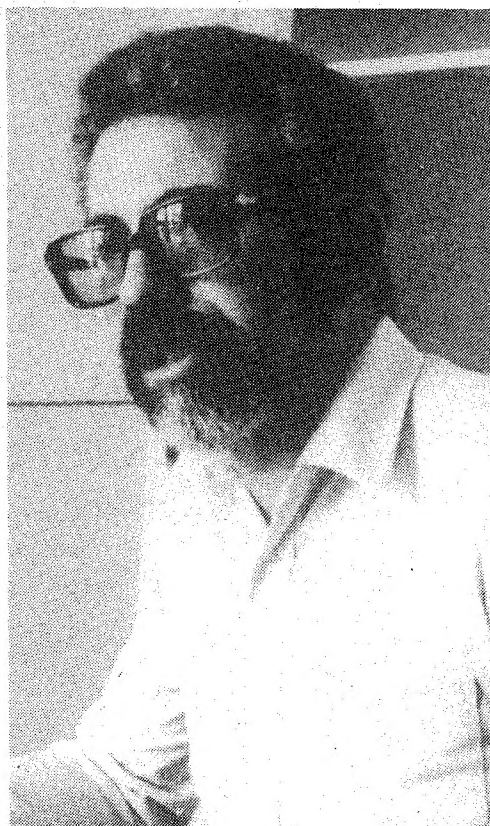
Segundo o sindicalista, a

UGT «coloca a maior reserva quanto a uma legislação que implica a revogação da lei em vigor, pondo em causa a segurança do emprego. Contra isso fizemos uma grande luta a 28 de Março».

Reafirmando não conhecer o novo projecto de diploma, Vítor Hugo Sequeira disse ao «DL» que se ele «não puser em causa a segurança do emprego e combater a precariedade que grassa no país, então estamos na presença de uma reforma positiva» mas, acrescentou, «não há razões para optimismos».

Comentando o facto do ministro do Emprego, em reunião do Conselho Permanente de Concertação Social, não ter apresentado aos parceiros sociais os diplomas que no dia seguinte tornou públicos, o sindicalista da UGT afirmou: «Estamos perante uma falta de ética lamentável. O Governo optou pelo sensacionalismo».

«Podia ter tido a delicadeza política de informar que o Governo tinha ultimado o projecto de revisão laboral. No entanto, preferiu colher de surpresa o país, os demais parceiros sociais, os partidos políticos. Consideramos que não deveria ser essa a forma escolhida, que prejudica as relações do Governo com os restantes membros do Conselho de Concertação Social», concluiu.



Manuel Lopes (CGTP)



Vítor Hugo Sequeira (UGT)

Para o ministro trata-se do processo de conclusão de revisão da legislação

Silva Peneda: não é o regresso do "pacote laboral" ...

Um conjunto de oito diplomas que inclui o chamado «pacote laboral» e a respectiva legislação complementar foi ontem posto à discussão pública por um prazo de 30 dias, anunciou, em conferência de Imprensa, o ministro do Emprego e Segurança Social. O projecto de diploma relativo à cessação do contrato de trabalho - que consubstancia o objecto da autorização legislativa concedida ao Governo - está expurgado das disposições julgadas inconstitucionais pelo acórdão do Tribunal Constitucional de 21 de Junho, garantiu Silva Peneda.

Em conferência de Imprensa, o ministro do Emprego classificou a discussão pública agora iniciada não como um regresso do «pacote laboral», mas «a conclusão de um processo de revisão da legislação do trabalho, integrando matérias consequentes do emprego e segurança social».

«O Governo não está a legislar para despedir, trata-se de promover a dinamização do mercado de trabalho e de reduzir a precaridade de emprego», garantiu o ministro.

na conferência de Imprensa foi distribuído aos jornalistas um documento demonstrando as diferenças existentes entre o projecto de diploma agora apresentado e a proposta de 1985 (Governo do bloco central), entre as quais se destacam a obrigatoriedade da apresentação por escrito do processo disciplinar, a exigência da nota de culpa (anteriormente apenas se «admitia»).

No caso de provada da ilicitude do despedimento, a nova versão baseia-se no «princípio da integração» contra o «princípio da indemnização» no presente no projecto de há três anos.

Por outro lado, as «razões objectivas para a cessação» do contrato de trabalho limitam-se agora à «extinção do posto de trabalho», eliminando-se as tão contestadas «inaptidão» e «inaptidão a modificações tecnológicas».

Os diplomas em análise até meados de Janeiro são os seguintes:

Projecto de decreto-lei sobre o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho e da celebração e caducidade do contrato de trabalho a termo; projecto de decreto-lei que altera as regras processuais do regime de suspensão e redução da prestação de trabalho; projecto de decreto-lei sobre prestações de desemprego; projecto de decreto-lei sobre incentivos à criação de emprego para os desempregados de longa duração; projecto de decreto-lei sobre agências privadas de colocação; projecto de proposta de lei de autorização legislativa para regulamentação do regime jurídico do trabalho temporário; projecto de decreto-lei que isenta de contribuições para a Segurança Social de determinadas situações de realização de trabalho suplementar; e projecto de decreto-lei que altera disposições sobre negociação colectiva das relações de trabalho.

A aprovação pelo Governo desta legislação terá que estar concluída até meados de Março, mês em que termina o período de autorização legislativa concedido pela Assembleia da República a 17 de Setembro.

Expurgadas disposições inconstitucionais

Segundo Silva Peneda, o projecto de diploma relativo à cessação do contrato de trabalho - que consubstancia o objecto da autorização legislativa - encontra-se expurgado das disposições que foram julgadas inconstitucionais pelo acórdão do tribunal Constitucional de 21 de Junho.

Para o titular da pasta do Emprego, «as soluções propostas são constitucionais» e a revisão da legislação do trabalho não pode ser dissociada de três questões de fundo: a redução da precaridade do emprego, a efectiva ocupação funcional do trabalhador e a protecção social compensatória nas situações de risco.

Silva Peneda adiantou também quais as «garantias substantivas e processuais de defesa dos trabalhadores contra actos da identidade de empregadora violadoras dos seus direitos».

O novo projecto de legislação proíbe os despedimentos sem justa causa, estando também tipificadas «taxativamente as formas de cessação do contrato individual de trabalho».

Na rubrica relativa ao despedimento com justa causa promovido pela entidade empregadora, o novo projecto de diploma determina, quanto à regulamentação do processo disciplinar, a proibição, «em qualquer caso, do processo oral».

O direito de defesa do trabalhador está assegurado na nova legislação através, designadamente, da comunicação da intenção de despedimento, da entrega de nota de culpa com descrição circunstanciada dos factos invocados, sendo também garantida a resposta do trabalhador à nota de culpa.

Neste capítulo são ainda garantidas as diligências probatórias, a intervenção da Comissão de Trabalhadores e a exigência de deci-

são escrita, fundamentada e comunicada por cópia ou transcrição.

São igualmente definidas as irregularidades que determinam a ilicitude e nulidade do processo, nomeadamente a faculdade de requerer a suspensão judicial do despedimento; o direito às remunerações vincendas e a garantia de reintegração do trabalhador, sem prejuízo da categoria e antiguidade, cabendo ao trabalhador optar, em alternativa, pela indemnização correspondente à antiguidade.

Relativamente às pequenas empresas, apesar da simplificação do processo disciplinar, a falta de comunicação por escrito da intenção ou decisão de despedimento, bem como a recusa de audição de testemunhas, quando requerida, tornam nulo o processo.

Despedimento colectivo: extinta autorização do Ministério da tutela

Do articulado relativo ao despedimento colectivo sobressai a extinção da actual autorização administrativa concedida pelo Ministério da tutela.

Segundo as novas disposições, para se iniciar um processo de despedimento colectivo é obrigatório comunicar à estrutura representativa dos trabalhadores a intenção da acção, exigindo-se a realização de consultas/negociações entre o empregador e as estruturas representativas dos trabalhadores.

Em todo este processo, o Ministério do Emprego será chamado a participar, com vista a assegurar a regularidade da acção e a promover a conciliação dos interesses das partes. Também neste caso é garantido o direito à reintegração.

Quanto à cessação do contrato de trabalho por extinção de postos de trabalho não abrangida por despedimento colectivo, essa extinção terá que ser justificada por motivos económicos ou de mercado, tecnológicos ou estruturais relativos à empresa.

Mas, para a concretização desta acção, é necessário que os motivos invocados não possam ser imputáveis à culpa do empregador ou do trabalhador e que a subsistência da relação de trabalho seja praticamente impossível.

A legislação agora em discussão pública prevê também uma série de medidas especiais de protecção dos representantes dos trabalhadores, designadamente a obrigatoriedade de a entidade patronal permitir ao trabalhador que seja representante sindical ou membro da Comissão de Trabalhadores - não obstante a suspensão por motivos disciplinares - o acesso aos locais e actividades que compreendam o exercício normal dessas funções.

Desincentivação dos contratos a prazo

A redução da precaridade do emprego é outro dos objectivos deste conjunto de diplomas, segundo afirmou o ministro do Emprego.

Assim, das medidas apontadas destacam-se, entre outras, a desincentivação à celebração de contratos por prazos curtos, limitando-se a duas o número de renovações, não podendo a duração total do contrato exceder três anos consecutivos, e a garantia da conversão em contratos sem termo, quando excedidos os prazos da sua duração.

A protecção social ao trabalho é também garantida e modificada através dos diplomas em discussão.

Segundo a proposta, os prazos da garantia para atribuição do subsídio de desemprego (no diploma em vigor são 36 meses consecutivos de trabalho) são reduzidos a metade (540 dias), com o correspondente registo de remunerações num período de 24 meses anterior à data do desemprego.

Ne que respeita ao subsídio social de desemprego mantêm-se os mesmos prazos, mas eleva-se de 70 para 80 por cento o valor de rendimento «per capita» da condição dos recursos.

Quanto ao subsídio de desemprego, adapta-se como factores de fixação dos valores máximos e mínimos das prestações estabelecidas a referência à remuneração mínima garantida à generalidade dos trabalhadores e não, como na lei actual, ao respectivo sector de actividade.

Outra das alterações diz respeito à redução para 60 anos (actualmente é de 62) a idade de antecipação da pensão por velhice para os beneficiários que esgotem as prestações de desemprego.

A equiparação à situação de desempregado ao trabalhador inválido que em revisão da incapacidade seja considerado apto para o trabalho constitui outra das mudanças deste projecto de regime de prestações de desemprego.

A concluir, Silva Peneda garantiu que «o Governo não está a legislar para despedir, mas sim a promover a dinamização do mercado de trabalho e a precaridade de emprego».

Greve geral espanhola para voos da TAP

A TAP/Air Portugal decidiu cancelar os seus voos de hoje para Espanha devido à greve geral convocada pelos sindicatos espanhóis, disse à agência Lusa uma fonte da empresa.

Os voos (dois para Madrid e um para Barcelona) foram suspensos por a sua realização ser impossível com a maior parte do pessoal de terra espanhol poder aderir à greve, referiu a mesma fonte.

A companhia aérea espanhola «Iberia» já tinha anunciado o cancelamento dos seus três voos marcados para hoje, dois para Lisboa e um para o Porto.

A TAP/Air Portugal manteve em suspenso a decisão até ontem à tarde mas, em função do cancelamento de numerosas reservas e da falta de garantias de serviços de terra prestados pela empresa espanhola, optou pelo cancelamento.

Desta maneira, Madrid e Lisboa durante o dia de hoje só serão ligadas através do comboio nocturno «Lusitânia-Expresso». O comboio diurno «Ter», que une as duas capitais, foi também suspenso, assim como os expressos entre Vilar Formoso e Irun.

Os restantes serviços entre os dois países não serão directamente afectados, apesar de, em alguns sectores, poder haver repercussões devido à paralisação quase total de Espanha.

Nos telefones, por exemplo, os serviços foram reduzidos ao mínimo mas, segundo fontes da companhia, os efeitos da greve serão poucos em matéria de telecomunicações.

Os serviços de fronteira, em que actua a polícia, mantêm-se com normalidade, podendo ser afectados os aduaneiros quanto a despachos.

Torres Couto em Madrid para testemunhar solidariedade com a greve geral

O secretário-geral da UGT, Torres Couto, deslocou-se a Madrid para «testemunhar total solidariedade» à central sindical irmã espanhola, que convocou para hoje uma greve geral.

Torres Couto, acompanhado por Henrique Coelho, participa também na reunião do comité executivo da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), que reúne também hoje na capital espanhola os

principais líderes daquele movimento sindical.

Em telex enviado à UGT espanhola, os dois sindicalistas, em nome da central portuguesa, sublinham que em Portugal se viveram momentos semelhantes no passado dia 28 de Março.

«Este o motivo porque a nossa solidariedade e compreensão são incondicionais», refere ainda a mensagem.

Nos dias 20 e 22

Barcos da CP voltam a parar

Os barcos da CP que ligam Lisboa ao Barreiro voltam a parar nos dias 20 e 22 deste mês, entre as 5 e as 9 horas, devido a novas greves dos trabalhadores da via fluvial.

Em comunicado, aqueles funcionários acusam o Conselho de Gerência da empresa de, «perante os problemas apresentados pelos trabalhadores», manter uma «posição de intransigência, que viola o Acordo de Empresa e as leis vigentes».

Os trabalhadores, reunidos em plenário, decidiram ainda constituir delegações que se desloquem à administração da CP, ao Ministério do Emprego e às chefias intermédias «para tentar resolver o conflito pela

via do diálogo».

No dia 28 realizar-se-á um novo plenário para «fazer o balanço das diligências efectuadas e decidir que medidas tomar».

Os trabalhadores da via fluvial da CP reivindicam o cumprimento por parte do Conselho de Gerência do acordo sobre regulamentos de carreiras assinado em Abril de 1986.

Uma segunda questão também em disputa é a marcação das escalas de serviço, que determina que os trabalhadores façam horas extraordinárias, por vezes com seis meses de antecedência, o que, segundo a Federação dos Ferroviários, «viola nitidamente a lei e o acordo de trabalho da empresa».

Evite o encandeamento.
Vale pela sua segurança e pela dos outros.



circular e viver.

CERTIFICADO NARRATIVAMENTE PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO QUE: — Por escritura de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e oitenta e oito, lavrada de folhas quarenta e nove verso a folhas cinquenta verso do livro de notas para escrituras diversas quinhentos e dezasseis A, do Nono Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da Notária Licenciada Maria Alice Ribeiro Fernandes, foi entre Diogo Pedro Ivens Ferraz Colares Pereira, solteiro, maior, residente na Quinta do Lambert, Rua Amílcar Cabral, lote três, segundo L, em Lisboa; Frederico Cruzeiro Ferreira de Almeida, solteiro, maior, residente no Largo dos Loios, número três, quarto andar, em Lisboa; Ana Paula Ribeiro Tavares, divorciada, residente na Rua Manuel Pinheiro Chagas, número três, terceiro esquerdo, em Oeiras; Maria Margarida Cruzeiro Ferreira de Almeida, divorciada, residente na Quinta da Terrugem, lote sessenta, décimo segundo frente, em Oeiras; Fernando Edalberto Vieira de Matos Silva, casado, residente na Rua Marcos Portugal, número oito, rés-do-chão, em Lisboa; e José Luís Carvalhosa da Costa, residente na Avenida Santo António, número trinta e nove, primeiro andar, em Tercena, Queluz, Oeiras, celebrado um contrato de sociedade comercial por quotas com a firma em epígrafe e que se ficou a reger pelos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

UM. A sociedade adopta a firma de Fábrica de Imagens Audiovisuais e Video, Limitada, e tem a sua sede na Rua da Palmeira, número sete, no concelho de Lisboa, freguesia das Mercês.

DOIS. É da competência da gerência a criação de sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação no território nacional ou estrangeiro.

TRÊS. A sede da sociedade pode ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, mediante simples deliberação da gerência.

ARTIGO SEGUNDO

O objecto da sociedade consiste na criação, produção e realização de filmes, vídeos e audiovisuais em geral, bem como a sua difusão e comercialização, e ainda o aluguer de equipamento de audiovisuais.

ARTIGO TERCEIRO

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

ARTIGO QUARTO

O capital social, integralmente realizado em numerário, é de quatrocentos mil escudos e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de cento e vinte mil escudos pertencente ao sócio Diogo Pedro Ivens Ferraz Colares Pereira, outra de cento e vinte mil escudos pertencente ao sócio Frederico Cruzeiro Ferreira de Almeida, outra de quarenta mil escudos pertencente à sócia Ana Paula Ribeiro Tavares, outra de quarenta mil escudos pertencente à sócia Maria Margarida Cruzeiro Ferreira de Almeida, outra de quarenta mil escudos pertencente ao sócio Fernando Edalberto Vieira de Matos Silva e outra de quarenta mil escudos pertencente ao sócio José Luís Carvalhosa da Costa.

ARTIGO QUINTO

A cessão total ou parcial de quotas depende do prévio consentimento da sociedade.

ARTIGO SEXTO

O capital poderá ser aumentado, uma ou mais vezes, por deliberação favorável de três quartos dos votos correspondentes ao capital social, gozando os sócios de preferência nos aumentos a realizar em dinheiro ou em espécie, na proporção das suas quotas.

ARTIGO SÉTIMO

Podem os sócios efectuar prestações suplementares de capital até ao montante do próprio capital e podem, também, os sócios fazer com a sociedade contratos de suprimento, não só para titular empréstimos de dinheiro como também para titular o diferendo do vencimento de créditos seus sobre ela.

ARTIGO OITAVO

UM. A sociedade tem o direito de amortizar quotas de acordo com o seu titular, no caso de morte de algum sócio ou ainda nos casos em que a quota for arrolada, arretada, penhorada ou incluída em massa falida ou insolvente.

DOIS. Fixa-se o prazo de cento e oitenta dias, a contar do conhecimento dos factos que lhe dão origem, para o exercício deste direito.

ARTIGO NONO

UM. O montante da contrapartida da amortização será correspondente ao que, pelo último balanço aprovado, corresponder ao valor nominal da quota, acrescida da parte proporcional das reservas que não representem compensação dos prejuízos previstos e não liquidados, reduzida ou acrescida a parte proporcional em qualquer diminuição ou aumento que posteriormente ao balanço tenha havido no valor do activo líquido, se mais não for exigido por lei.

DOIS. A amortização torna-se eficaz mediante comunicação dirigida ao sócio por ela afectado e ao juiz do processo no qual a quota tenha sido arrolada, arretada, penhorada, ou incluída em massa falida ou insolvente.

ARTIGO DÉCIMO

UM. Ficam desde já nomeados gerentes os sócios Frederico Cruzeiro Ferreira de Almeida, Diogo Pedro Ivens Ferraz Colares Pereira e Ana Paula Ribeiro Tavares.

DOIS. A sociedade fica vinculada perante terceiros com a assinatura de dois gerentes.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

O exercício da gerência terá a retribuição que a assembleia geral determinar.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

UM. A convocação das assembleias gerais far-se-á por via de correio registado, com quinze dias de antecedência.

DOIS. São dispensadas todas as formalidades referidas no número anterior quando todos os sócios se encontrem presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia delibere sobre determinados assuntos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

As deliberações da assembleia geral, salvo quando a Lei ou o contrato exijam maior número, serão tomadas pela maioria dos votos presentes ou representados.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Os exercícios sociais correspondem aos anos civis.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Os sócios autorizam desde já os gerentes Frederico Cruzeiro Ferreira de Almeida e Diogo Pedro Ivens Ferraz Colares Pereira a efectuarem o levantamento do capital depositado na Caixa Geral de Depósitos, para efeitos de pagamento das despesas com a sua constituição e encargos daí inerentes, bem como para todos os fins necessários à prossecução do objecto social.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

No caso de dissolução da sociedade, os gerentes em exercício ao tempo serão liquidatários, excepto se for outra a deliberação dos sócios na assembleia que a dissolva.

Lisboa, 8 Nono Cartório Notarial, vinte e oito de Novembro de mil novecentos e oitenta e oito.

O Ajudante

(Ass. ilegível)

O ESCOAMENTO DA AMÊNDOA

Luís de Carvalho e Oliveira

Um dos últimos números do «Expresso», trazia um artigo intitulado «Alto Douro: amêndoa sem escoamento». Muitas coisas se passam no domínio da agricultura não organizada, que dificilmente poderão ter explicação. Em Moncorvo, no encontro sobre a cultura da amêndoa, que teve lugar em Setembro último, ouviu-se uma interessante intervenção de Cassiano Costa, um dos sócios de Costa & Irmãos, empresa arrojada e toda atirada para a frente, com fábrica no Vilarouco, São João da Pesqueira, uma das melhores unidades fabris de transformação da amêndoa da Península. Cassiano Costa declarou que a fábrica da sua empresa trabalha desmedidamente pouco, em relação ao seu potencial de fabrico por falta de matéria-prima, levando a concluir que nem a re-

gião nem o País produzem amêndoa suficiente para que uma unidade daquela dimensão e de elevado custo funcione a tempo inteiro, como quem diz toda a roda do ano. Temos Cassiano Costa como homem de negócios, mas sério nas suas declarações. Vem um armazénista de Vila Nova de Foz Côa dizer que está este ano a comprar a amêndoa do ano passado e que ainda lhe não faltaram vendedores porque muitos produtores ficaram com a amêndoa em casa. Agora o «Expresso» com a notícia de que no Alto Douro a amêndoa não tem escoamento.

Somos levados a concluir que, se é verdade o que dizem uns e outros, o que há não é falta de escoamento nem falta de amêndoa. Há sim um evidente desajustamento entre a oferta e a procura. Conhecida a região

almendrícola do Alto Douro não é difícil acreditar que muitos pequenos produtores ou vendem apressadamente porque precisam do dinheiro ou recebem não vender melhor dias depois, ou persistem em não procurar um preço justo de harmonia com os seus interesses e o dos compradores.

Mais uma vez e ali se nota a balbúrdia da nossa produção, a falta de associações de produtores, a falta de tudo quanto se torna cada vez mais indispensável em face do mundo organizado, algum dele na CEE, não havendo o mínimo apoio nem orientação.

Por vezes os produtores, principalmente os pequenos, parecem animais lançados às feras, indefesos, saindo dessa refrega apenas com parte da pele, de resto arranhada e só capaz de continuar por não haver outro caminho e por um aberracional

apego a uma vida medíocre que a ser mantida, nos fará reflectir sobre o fenómeno do despovoamento de algumas regiões.

O «Expresso» anuncia nesse artigo diligências para a formação de uma associação de produtores de amêndoa que possa apresentar-se como «um autêntico parceiro social». Acharmos correcto e desejável que venha a existir qualquer organização da produção nesse sector como em todos os outros. Só organizada a agricultura poderá enfrentar o já tão declamado e proclamado desafio da CEE.

Não queremos ir mais longe ficando apenas o apoio à organização projectada e para intervir o mais rapidamente possível em todas as fases da produção e da comercialização da amêndoa que pode, no Alto Douro, ser uma apreciável fonte de riqueza a par do vinho do Porto e do azeite.

Tabaco e cancro

1. Embora pretenda referir-me especificamente ao importante papel do tabaco no aumento da frequência do cancro, julgo indispensável começar por mencionar, ainda que de forma muito breve, o conjunto das consequências nocivas do fumo de tabaco (sobretudo do de cigarros) sobre a saúde dos seres humanos.

Como foi afirmado, ainda há poucas semanas, no último Congresso Mundial Sobre Tabaco e Saúde, que teve lugar em Tóquio e reuniu cerca de 1000 especialistas na matéria, vindos de todo o Mundo, o tabaco constitui, hoje, a principal causa conhecida (e evitável!) de mortalidade precoce. A nível mundial, segundo o director da Organização Mundial de Saúde, o tabaco é presentemente responsável por cerca de 2,5 milhões de óbitos. Em termos brutais, isto equivale à perda de 20 aviões jumbo (gigantes) por dia, todos os dias do ano — sem qualquer sobrevivente. É de lamentar que tão grande número de mortes prematuras evitáveis não receba a mesma publicidade que seria certamente dada à perda, por desastre, de um único avião jumbo.

2. De todas aquelas mortes prematuras, um número apreciável é devido a tumores malignos, isto é, ao cancro. De todos estes, aquele que representa o risco principal para os fumadores é o cancro do pulmão. Doença rara no princípio do século, a sua frequência tem aumentado a uma velocidade assustadora. Este tumor é já o cancro que mata mais indivíduos, do sexo masculino, num número crescente de países — ocupando já o segundo lugar em Portugal. Como aumentou muito, nos últimos anos, o número de fumadoras, não é de estranhar que a frequência do cancro no pulmão esteja a aumentar, de forma alarmante, também no sexo feminino. (Nos EUA, a frequência do cancro do pulmão já está a ultrapassar o do cancro da mama — até agora o tumor maligno mais frequente no sexo feminino). Tudo leva a crer que em Portugal, dentro de poucos anos, a frequência do cancro do pulmão aumente apreciavelmente, uma vez que um número crescente de mulheres, sobretudo jovens, adquire o hábito de fumar entre nós. (Depois de adquirir todos os direitos — o que é desejável — as mulheres estão a adquirir também «o de morrer como os homens» — o que poderá ser evitado).

O risco de um fumador morrer de cancro do pulmão é de cerca de 20 vezes maior do que um não-fumador. Este risco aumenta progressiva e proporcionalmente com o número de cigarros (ou charutos) fumados por dia, com o número de anos em que se fuma, com a redução da idade do início do hábito, com a inalação do fumo.

3. O fumador de tabaco — incluindo o fumador passivo — isto é aquele que, não sendo fumador, inala, sem querer e sem parar, o fumo dos cigarros dos fumadores em locais fechados, além do cancro do pulmão, corre também riscos

superiores (aos dos não-fumadores) de sofrer e morrer de outros tumores malignos. Destes destacam-se: o cancro do esófago, dos lábios e da boca, da faringe e até de órgãos tão afastados das vias respiratórias como a bexiga, os rins, o pâncreas e até o cérebro.

4. Os riscos dos fumadores, em relação a estes cancros, são muito elevados. Mas, como se disse, os não-fumadores que vivem em ambiente poluído pelo fumo de outros revelam riscos superiores aos dos não-fumadores não expostos (ainda que mais baixos do que os dos fumadores) de sofrer e morrer daqueles cancros, em especial do cancro do pulmão. Esta associação está comprovada cientificamente, e já algumas vítimas desta terrível doença (os seus familiares sobreviventes) conseguiram ganhar, em tribunal, indemnização das companhias de tabaco e/ou dos serviços ou empresas em que trabalham e era permitido fumar. Não nos esqueçamos que bastam dois fumadores para poluírem uma casa!

5. Estes factores que brevemente resumi são reconhecidos cientificamente pela Organização Mundial de Saúde e pelos serviços e associações médicas de todos os países, justificam perfeitamente — direi mesmo, impõem! — o estabelecimento e a vigilância de medidas de luta contra o tabaco.

Tais medidas, entre nós coordenadas pelo Conselho de Prevenção do Tabagismo em boa hora criado por lei aprovada na Assembleia da República, visam essencialmente:

- 1) — impedir que os jovens comecem a fumar, ou a usar tabaco sob qualquer forma;
- 2) — levar a ajudar os fumadores a deixar de fumar;
- 3) — proteger os não-fumadores do fumo dos outros.

Tais medidas, que fazem parte de um plano a médio prazo adoptado por aquele conselho em 1986 e já aprovado pela Secretaria de Estado do Ambiente, só podem ser eficazes e dar resultados significativos, se todos os responsáveis, em qualquer sector de actividade e a qualquer nível, colaborarem activamente nessa luta, que começa naturalmente pelo esclarecimento da população. Direi mesmo mais que para a vitória sobre o hábito do tabaco é precisa a colaboração de todos nós

6. Os países da Comunidade Europeia, de que Portugal faz parte, reconheceram perfeitamente a importância dessa luta para a defesa da saúde dos seus cidadãos, quando, no importante Programa «A Europa Contra o Cancro» apontam como primeira e principal medida a luta contra o tabaco.

7. Tabaco que a OMS considera o «inimigo público n.º 1», conhecido, da saúde da Humanidade.

Luís Cayolla da Motta
(Professor da Escola Nacional da Saúde Pública)

O Projecto Vida fala consigo pela **linha Aberta**

Tel. 57 66 57 de Lisboa e 49 12 12 do Porto
Todos os dias, das 12.00 às 24.00
E pelo Apartado 4294 1507 LISBOA CODEX

Anunciado por Fernando Nogueira em encontro sobre o tema

CLÍNICAS PSIQUIÁTRICAS PARA PRESOS EM CAXIAS E SANTA CRUZ DO BISPO

A criação de uma clínica psiquiátrica para reclusos no hospital prisional de Caxias foi anunciada pelo ministro da Justiça, Fernando Nogueira, no encontro nacional sobre Saúde Mental em Ambiente Prisional, que ontem terminou em Lisboa.

Prevê-se que esta unidade, que se destina ao tratamento de presos responsáveis e não aos considerados inimputáveis, possa começar a funcionar dentro de seis meses.

Uma outra unidade de internamento para reclusos com problemas mentais será criada posteriormente no norte do país, no anexo psiquiátrico da prisão de Santa Cruz do Bispo, que será ampliado em termos de instalações e de corpo clínico.

Estas medidas inserem-se no âmbito do protocolo de cooperação estabelecido em Maio entre a direcção-geral dos Serviços Prisionais e o serviço universitário de Psiquiatria e Saúde mental (SUPSM) da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, ao abrigo do qual se procura a-

profundar os fenómenos reactivos, de adaptação e psicopatológicos ligados ao encarceramento.

Não à psiquiatrização dos serviços prisionais

Para o director-geral dos Serviços Prisionais, Fernando Duarte, não se trata de uma «psiquiatrização» dos serviços prisionais, mas da procura de «uma terapia que há muito se revelava necessário» e que «irá ter reflexos ao nível da formação do pessoal, que ficará mais sensibilizado para os problemas de saúde mental dos presos».

A clínica de Caxias funcionará num pavilhão anexo ao hospital prisional que já se encontra em obras e destina-se ao tratamento psiquiátrico dos reclusos considerados responsáveis que necessitem de apoio psiquiátrico, o que sucede muitas vezes pois são frequentes as depressões entre a população prisional.

Fernando Duarte afirmou que o decreto-lei que cria a nova unidade «está para sair» e que quando isso suceder poderá começar a admitir pessoal. Quanto à unidade psiquiátrica prisional de Santa Cruz do Bispo, ainda não se sabe quando poderá começar a funcionar em novos moldes.

Presos inimputáveis são 200

Os presos que os tribunais consideraram inimputáveis são duzentos em todo o país e encontram-se espalhados por várias instituições: cerca de 50 estão internados nos dois anexos psiquiátricos prisionais existentes no país, em Coimbra e Santa Cruz do Bispo, 20 a 30 estão em cadeias como a penitenciária de Lisboa, e os restantes em estabelecimentos psiquiátricos do estado como os hospitais Miguel Bombarda e Júlio de Matos em Lisboa e Sobral Cid em Coimbra, ou privados como

as casas de saúde de Arnes ou Barcelos.

O protocolo de cooperação existente entre a Direcção-geral de Serviços Prisionais e a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa surgiu na sequência da vaga de suicídios que, em 1987, agitou as prisões portuguesas, dado que nesse ano 21 reclusos puseram termo à vida.

Em 1988, este número diminuiu ligeiramente, não tendo ultrapassado os 16 até ao momento, facto que o professor Eduardo Luís Cortesão, chefe do SUPSM, atribuiu «à aplicação em alguns estabelecimentos prisionais de técnicas de comunicação» inseridas no plano de investigação sobre perícias de comunicação nos estabelecimentos prisionais, intra-muros e com a comunidade.

Este plano está já em curso nas cadeias das Mónicas, Pinheiro da Cruz e Penitenciária de Lisboa e, segundo Eduardo Cortesão, «parece ter quebrado algum isolamento».

População protesta, proprietários exigem mais

Cadeia Regional do Algarve será construída em Portela de Messines

A expropriação dos terrenos na Portela de Messines, no concelho de Silves, onde se prevê a construção do futuro estabelecimento prisional do Algarve, deverá começar até ao fim do ano perante uma onda de protestos da população local.

A projectada construção da Cadeia Regional em 12 hectares de solos agrícolas, perto da Portela de Messines, em pleno barrocal algarvio e numa zona onde predomina a pequena propriedade, tem gerado protestos entre a população e os próprios proprietários.

A localização escolhida, o preço proposto para a expropriação, os critérios de avaliação utilizados, a recusa de negociações por parte das entidades estatais e ainda o facto de o processo ter sido feito «no maior secretismo», são as causas dos protestos.

Na Portela de Messines foi já posto a circular um abaixo-assinado que recolheu a assinatura da maior parte dos habitantes da aldeia e arredores. As pessoas preparam-se agora para «tomar medidas em defesa dos interesses próprios» — disse um dos proprietários.

Entre essas medidas, consta a proposta de uma alternativa de localização da cadeia, «mais longe da gente e numa zona também boa para eles».

Proprietários querem mais

Os proprietários querem também negociar o preço proposto para a expropriação, 100 escudos por metro quadrado, quantia que consideram «ridícula» face ao «valor da terra, a sua aptidão para a actividade agrícola, nomeadamente hortofruticultura e pela própria localização da zona, junto a uma estrada nacional».

Mais prejudicado do que todos, deverá ficar Manuel Anastácio Cabrita, um agricultor que investiu nos seus quatro mil metros de terras «largos milhares de contos em estufas, furos, equipamentos e arranjo de terras».

«Agora querem pagar-me 100 escudos por metro, como se isso compensasse alguma coisa daquilo que eu investi aqui», afirma Manuel Anastácio Cabrita.

«Eu fiz um investimento a médio e longo prazo e agora querem interromper assim, sem me darem sequer a possibilidade de negociar aquilo que é meu, reclama».

Os proprietários queixam-se também que o processo de escolha da Várzea, perto da Portela de Messines, para aí instalar o futuro Estabelecimento Prisional Algarvio, foi conduzido «no maior segredo». «Tudo correu nas nossas costas, só nos disseram o que se passava depois de tudo decidido», afirmam.

Com efeito, o despacho conjunto dos Ministérios da Justiça e Obras Públicas, anunciando a aprovação do programa preliminar das novas instalações da Cadeia Regional, bem como a declaração de «utilidade pública» da área, e o «carácter de urgência», das exposições foi publicada em 28 de Julho deste ano.

Câmara e Junta não se abrem

A primeira carta da Direcção Geral de Edifícios enviada aos proprietários é datada de 13 de Setembro.

Até então ninguém, nem a própria Câmara Municipal de Silves ou a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu de Messines, que tinham conhecimento do processo, disseram uma palavra sobre o que se passava com os 22 proprietários dos doze hectares.

«Calcule-se como eu fiquei admirado quando recebi a carta a dizer que me iam expropriar», refere José Lopes, um dos proprietários. «Eu sou agricultor, vivo do que a terra dá e nesse pedaço de terra já tinha pensado construir daqui a uns anos umas casas para as minhas duas filhas», acrescenta.

Outra das questões que tem provocado protestos, são os critérios de avaliação que foram utilizados para estabelecer o preço de 100 escudos por metro quadrado, critérios que as entidades oficiais envolvidas no processo nunca revelaram.

A Comissão de Avaliação foi constituída por representantes da própria Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, da Direcção-Geral de Património do Estado e ainda por um elemento da Câmara de Silves.

Curiosamente, apesar de se tratar de uma área de solos com aptidão para a agricultura e onde de facto existe actividade agrícola, dessa comissão não fazia parte qualquer elemento da Direcção-Regional de Agricultura do Algarve.

Negociações são a aposta

Já que o desejo de ver a futura cadeia longe da sua aldeia parece difícil realizar-se, os proprietários apostam agora nas negociações.

No entanto, mesmo aqui não parece que as perspectivas de êxito sejam muitas. É que a segunda carta da Direcção-Geral de Edifícios enviada aos proprietários caiu como um balde de água fria ao excluir a possibilidade de negociações.

Assim, segundo se lê no texto da carta, ou há «aquisição amigável pelo preço estabelecido pela Comissão», ou será «requerida a expropriação litigiosa e a posse administrativa do terreno».

«Face à argumentação daquele organismo, os proprietários ficam com pouco espaço de manobra para negociarem», comenta Fernando Serpa, advogado que representa a maioria dos donos dos terrenos.

A vida da pequena aldeia da Portela de Messines, com as suas casas brancas e um cenário de Algarve antigo, vai transformar-se no futuro com a construção da Cadeia Regional.

Na venda da aldeia, onde tudo sabe e tudo se comenta, o tema principal das conversas é agora essa «má vizinhança»...

«Isto, com a prisão, nunca mais vai ser a mesma coisa», diz mesmo muita gente que fala em mudar-se dali.

Advertências nas embalagens com maior destaque

Comunidade Europeia toma medidas antitabágicas

As advertências sobre os perigos do tabaco para a saúde devem ter maior destaque e ser inscritas numa das principais faces das embalagens.

Estas são duas das alterações defendidas no relatório do Parlamento Europeu sobre a proposta de directiva da Comissão Europeia destinada a harmonização da etiquetagem dos produtos de tabaco comercializados na Comunidade.

O relatório, elaborado pelo deputado irlandês Niall Andrews, em nome da Comissão Parlamentar do Ambiente, Saúde Pública e Protecção dos Consumidores, foi ontem à noite debatido no plenário e será votado hoje.

O documento defende que os Estados-membros só deverão poder optar por uma das duas seguintes expressões de aviso: «O tabaco provoca o cancro» ou «O tabaco provoca problemas de coração».

O relatório propõe ainda o aumento da área ocupada pela ad-

vertência, bem como a sua impressão numa das principais faces das embalagens.

A proposta de directiva da comissão faz apenas referência à obrigatoriedade de inscrição dos avisos «numa das faces» das embalagens.

Para Carlos Pimenta (PSD), é importante, no entanto, que as advertências apareçam nas faces maiores das embalagens, por forma a impedir que elas sejam «escondidas nas faces laterais ou mais pequenas ou surjam nas vinhetas fiscais, como acontece frequentemente».

O relatório preconiza ainda que os avisos deverão cobrir, pelo menos, 4 por cento da superfície total das embalagens, nos países com uma língua oficial. Nos Estados-membros onde são utilizadas duas ou três línguas as percentagens mínimas são de 6 e 8 por cento, respectivamente.

O Parlamento pretende ainda clarificar a extensão da obriga-

toriedade das advertências a «todos os produtos do tabaco» (para cachimbo, de mascar, charutos, entre outros) e não apenas aos pacotes de cigarros.

No relatório, é ainda defendida a realização de uma grande campanha de informação na Europa sobre os efeitos nocivos do tabaco para a saúde.

Carlos Pimenta, que foi por duas vezes secretário de Estado do Ambiente em Portugal, salientou a necessidade de a campanha ter como principal objectivo «dissociar o tabaco de uma série de valores positivos a que a publicidade o tem associado ao longo dos anos».

«Dezenas de anos de intoxicação publicitária associaram o tabaco a ideias como a de virilidade, de igualdade e independência das mulheres, de bem-estar, de lazer, de maioridade e até de descanso», frisou o deputado português.

Carlos Pimenta salientou, todavia, a necessidade de se man-

ter o respeito pelos fumadores, sublinhando que as medidas em discussão não são contra eles, mas sim preventivas.

«Embora respeitando os actuais fumadores, é necessário impedir o aparecimento de novos», defendeu Pimenta.

Salientou ainda que Portugal é um dos 6 países da Comunidade onde até agora se foi mais longe na legislação antitabágica.

Em Portugal, já é proibido todo e qualquer tipo de publicidade ao tabaco, exemplificou Carlos Pimenta.

Fonte parlamentar disse que se prevê a adopção pela Comissão Europeia da maioria das alterações à directiva defendida no relatório parlamentar.

Depois da sua entrada em vigor, a directiva não impede que os Estados-membros apliquem medidas ainda mais restritivas.

A directiva visa apenas a harmonização das «condições mínimas» de etiquetagem dos produtos de tabaco na Comunidade.

e que regulamenta a prestação do serviço cívico, revoga ainda um artigo que impunha condições para ausência no estrangeiro e estabelece que uma possível reciclagem passará de um período máximo de um mês para 2 semanas.

Serviço cívico mais fácil para objectores de consciência

As obrigações decorrentes do serviço cívico dos cidadãos com estatuto de objectores de consciência terminam a partir de agora aos 38 anos, ao contrário dos 45 até aqui estipulados.

Um decreto-lei ontem publica-

do no «Diário da República», e que faz algumas alterações ao publicado em Fevereiro do ano passado, estabelece ainda que o tempo de prestação de serviço cívico não ultrapasse o período do serviço militar obrigatório para o Exército.

Com esta alteração estabelece-se mais uma redução já que o anterior decreto-lei permitia que esse período pudesse ter a duração do serviço militar obrigatório para a Marinha e Força Aérea.

O decreto-lei agora publicado



(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS

	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	51\$00	57\$00
ALEMANHA FED. (marco)	81\$90	83\$10
ÁUSTRIA (xelim)	11\$60	11\$80
BÉLGICA (franco)	3\$712	3\$962
BRASIL (cruzado)	\$111	\$211
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	119\$35	121\$85
(notas de 5 a 1000)	119\$85	122\$35
DINAMARCA (coroa)	21\$25	21\$65
ESPAÑA (peseta)	1\$226	1\$346
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	143\$15	146\$65
(notas de 5 a 1000)	143\$65	147\$15
FINLÂNDIA (marka)	34\$70	35\$30
FRANÇA (franco)	23\$95	24\$65
HOLANDA (florim)	72\$50	73\$60
IRLÂNDIA (libra)	220\$15	224\$15
ITÁLIA (lira)	1\$101	1\$116
JAPÃO (ien)	1\$124	1\$179
NORUEGA (coroa)	22\$00	22\$50
REINO UNIDO (libra)	262\$75	267\$25
SUÉCIA (coroa)	23\$60	24\$10
SUIÇA (franco)	97\$15	98\$65
VENEZUELA (bolívar)	3\$251	4\$051

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

RESPONSÁVEL DAS FLORESTAS ASSEGURA QUE HÁ LEGISLAÇÃO BASTANTE PARA PROTECÇÃO CONTRA EUCALITPOS

O subdirector geral das Florestas disse que existe legislação suficiente que impede a plantação exagerada de eucaliptos, espécie que «ocupa apenas 5 por cento do território nacional».

Comentando as queixas recentemente feitas por várias Câmaras Municipais relativamente à intenção do Governo de lhes retirar a capacidade de impedir plantações de eucalipto na área dos seus concelhos, aquele responsável salientou que «a opinião das câmaras não tem uma base técnica».

A Direcção-Geral das Florestas é o órgão vocacionado para

as questões de ordenamento florestal, acrescentou.

Nesse sentido, foi este ano publicada uma lei (Decreto 175/88 de 17 de Maio) que regulamenta a implantação de espécies de rápido crescimento com períodos de exploração curtos e determina ser necessário submeter à aprovação da Direcção-Geral das Florestas qualquer projecto que abranja uma área superior a 50 hectares, acrescentou.

No caso de explorações que abranjam áreas superiores a 350 hectares é necessária a realiza-

ção de um estudo do impacto ambiental e o parecer do município, disse ainda o subdirector geral das Florestas.

De qualquer modo, sublinhou, a área actualmente ocupada pelo eucalipto, cerca de 420 000 hectares, é de apenas 5 por cento do território nacional e de 13 por cento da área florestal portuguesa.

Comentando queixas feitas por alguns autarcas de que a Direcção-Geral de Florestas tem aprovado projectos de floresta com eucaliptos, aquele responsável disse que «esses projectos estavam com certeza

dentro dos limites admitidos».

Afirmando não ser um defensor do eucalipto, o subdirector geral das Florestas salientou ser necessário reconhecer que «é uma espécie que tem muito interesse para o País».

Sublinhou ainda que, em contrapartida, há legislação de protecção ao sobreiro que é demasiado pesada, como acontece no que se refere a incêndios de montados de sobreiro, em que a lei prevê que durante 10 anos naquele terreno não seja possível substituir por qualquer outra cultura.

Exposição ao provedor de Justiça

Ecologistas denunciam impacto negativo da geotermia nos Açores

A associação ecológica Amigos da Terra anunciou a apresentação ao provedor de Justiça de uma exposição sobre um alegado impacto negativo no ambiente dos trabalhos destinados à exploração da energia geotérmica na ilha de S. Miguel.

Segundo os Amigos da Ter-

ra, as perfurações destinadas à obtenção dos fluidos geotérmicos que estão a ser realizadas próximo da lagoa do Fogo põem em causa esta reserva natural de S. Miguel.

Denúncia semelhante foi enviada à Comunidade Europeia, entidade que contribui financeiramente para a execução do projecto.

A contestação ao impacto

negativo no ambiente das perfurações, a que se associou o PCP de S. Miguel que exige o embargo dos trabalhos, foi despoletada com a verificação de que a água para abastecimento público à Ribeira Grande se encontrava contaminada.

A cidade da Ribeira Grande é abastecida com água de nas-

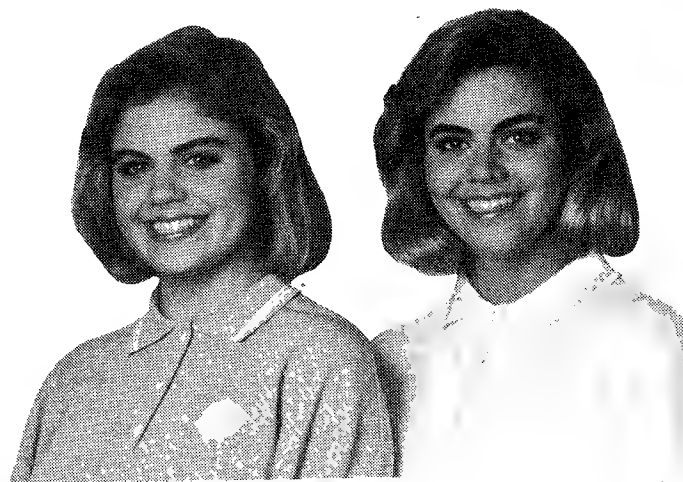
centes implantadas na zona onde decorrem as perfurações.

A Câmara Municipal desta cidade do norte da ilha manifestou-se, também, preocupada com a situação pois tem sido obrigada a esforços suplementares para garantir o abastecimento de água potável à população.

ANTENA BIRD

ESTA SEMANA 2 CONCURSOS 2 OPORTUNIDADES PARA SER MILIONÁRIO!

CONCURSO NORMAL N.º 51/88 CAMPEONATOS NACIONAIS
CONCURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 89/88 TAÇA DE PORTUGAL +
2ª DIVISÃO NACIONAL (14ª jornada)



totobola
MARQUE CERTEIRO, GANHE MUITO DINHEIRO!

VideoCenter
SGO



*Custa menos
do que você imagina...*

O Videocenter é uma nova concepção adoptada em todos os países europeus como maneira mais funcional de integrar aparelhos afins.

A SGO é pioneira em Portugal no lançamento de video centers, tendo criado uma linha especial para o mercado português correspondendo às normas internacionais.

Videocenter SGO, no centro do seu interesse

Televisor * e Videogravador, ligação SCART para melhor imagem, 4 modelos à sua escolha.

* custa menos do que você imagina! e beneficia das condições do Crédito SGO.

Informe-se já nos AGENTES SGO.

* Cinescópios de 51 a 63 cm



ESTADOS UNIDOS E ISRAEL REJEITAM A PAZ PROPOSTA POR ARAFAT

Mario Sampaio
Correspondente «DL»

Para o primeiro-ministro de Israel, Ytzhak Shamir, o discurso de Yasser Arafat foi uma «aldrabice monumental». Segundo o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Charles Redman, o discurso de Genebra continuou a não responder às questões postas por Washington... reacção tanto mais curiosa quanto os Estados Unidos tinham colaborado na preparação do discurso do dirigente palestino.

Os Estados Unidos reagiram negativamente ao discurso proferido ontem perante a Assembleia Geral das Nações Unidas reunida excepcionalmente em Genebra, pelo dirigente palestino Yasser Arafat, alegando que este continuava a não responder às condições postas por Washington para que pudesse dialogar com a organização palestina.

«O discurso contém alguns desenvolvimentos interessantes e positivos», indicou ontem Charles Redman, o porta-voz do Departamento de Estado, mas continua a ser ambíguo no que se refere às questões-chave que deverão ser expressas claramente para que os Estados Unidos abram um diálogo substancial com a Organização de Libertação da Palestina.»

Os Estados Unidos aparecem assim como estando a fazer um número complicado de equilíbrio diplomático, pois ao mesmo tempo que a administração Reagan-Bush continua a cuidar, pelo menos publicamente, dos interesses do seu eleitorado judeu, que é substancial, perfilhando invariavelmente as posições defendidas por Israel, em privado e segundo fontes concordantes, a administração americana teria colaborado na elaboração do discurso de Yasser Arafat. Com efeito, representantes do departamento de Estado ter-se-iam encontrado na semana passada na Suécia com o dirigente palestino, que lhes teria mostrado o rascunho que ele próprio elaborara para o discurso de Genebra. Esse documento teria sido retransmitido a Washington, que teria recomendado ao dirigente palestino a exclusão de certas passagens, e a modificação dos termos doutras. A Suécia

teria desempenhado um papel importante na organização destes contactos secretos, em que o lado americano teria sido dirigido pelo embaixador americano em Israel.

«Uma aldrabice» segundo Jerusalém

«A OLP procura dar uma impressão de moderação mas a verdade é que ela recusa fundamentalmente o direito de Israel a existir, prossegue com os seus actos de terrorismo e encoraja a violência», reagiu imediatamente em Jerusalém o primeiro-ministro israelita, Itzhak Shamir, que classificou de «aldrabice monumental» o discurso do dirigente palestino.

Pouco antes de Yasser Arafat ter começado a discursar em Genebra, o secretário-geral do Partido Trabalhista israelita, Ouzi Baram, declarava em Jerusalém que «um reconhecimento público» de Israel pela OLP «criaria uma situação nova» e que o Estado hebreu «cometera um erro fatal se se limitasse a responder a um eventual discurso moderado de Yasser Arafat por uma recusa de recepção». Mas este ponto de vista reflecte uma posição pacífica com a qual não está de acordo o primeiro-ministro e sabe-se também que este já tinha a sua resposta pronta antes mesmo de o dirigente palestino começar a falar em Genebra.

A paz dos bravos

Será preciso relembrar do discurso do dirigente da OLP o seu apelo vibrante aos israelitas para que aceitem fazer a paz: «Peço aos dirigentes de Israel que venham cá, sob a égide da ONU, para que nós



O secretário-geral da ONU, Pérez de Cuellar quando ontem conferenciava em Genebra com o líder da OLP, Yasser Arafat.

possamos fazer a paz. Eu digo-lhes, eu digo-vos que o nosso povo, que quer a dignidade, a liberdade e a paz para si mesmo e a segurança para o seu Estado, deseja-as igualmente para todos os Estados e partidos implicados no conflito israelo-árabe... venham, façamos a paz. Varram o medo e a intimidação.... Venham, façamos a paz dos bravos.»

Antes, Yasser Arafat tinha precisado, ao apresentar uma «iniciativa palestina de paz» em três pontos, que «os Estados e partes implicadas compreendiam principalmente o Estado da Palestina e Israel».

Os dois primeiros pontos deste plano dizem respeito à reunião dum comité preparatório para uma Conferência Internacional de Paz, ideia proposta já antes por Paris e por Moscovo, e a colocação sob tutela da ONU, temporariamente, dos territórios ocupados. O terceiro ponto reafirma a aceitação pela Organização Palestina das Resoluções 242 e 338 das Nações Unidas como base das negociações, ponto este cuja aceitação já tinha sido decidida durante a reunião em Argel do Conselho Nacional Palestino. A formulação empregue por Yasser Arafat é, contudo, mais precisa no que diz respeito a Israel. «A OLP, declarou em Genebra, procura chegar a uma solução global com todas as partes implicadas no conflito israelo-árabe, compreendendo o Estado da Palestina e Israel, no âmbito duma conferência internacional sobre o Médio Oriente fundada

nas Resoluções 242 e 338, de maneira a garantir a igualdade e o equilíbrio dos interesses, principalmente os direitos do nosso povo à liberdade, à independência nacional e o respeito do direito de existir em paz e em segurança para todos».

Dois estados

Como em Argel, e como em

Estocolmo, Yasser Arafat propõe assim aos israelitas organizar, na Palestina, a coexistência de dois Estados, um palestino e outro judeu. Mas o texto de Argel, se bem que mencionasse a aceitação das Resoluções 242 e 338 como base das negociações, insistia em seguida sobre a necessidade de atingir, através dessas negociações, a garantias

dos direitos unicamente do povo palestino. Em Genebra, o chefe da OLP evocou ao mesmo tempo os direitos dos palestinos e os das outras partes em causa no conflito, «compreendendo o Estado da Palestina e Israel».

No que diz respeito à condenação do terrorismo, ponto sobre o qual os norte-americanos insistiam muito especialmente, o chefe da OLP, após ter lido textualmente a passagem da declaração política adoptada pelo Conselho Nacional Palestino em Argel — que constitui a posição oficial da OLP — acabou por declarar solenemente que «condenava o terrorismo sob todas as suas formas». Em princípio, isto deveria dar satisfação a Washington, mas logo a seguir Yasser Arafat saudou aqueles que nesta Assembleia foram chamados de terroristas pelos colonizadores dos seus respectivos países, em que lutaram para se libertar da colonização, o que acaba por ser uma distinção precisa entre a violência terrorista e a luta de libertação.

Conselho de Segurança da ONU analisa queixa do Líbano contra Israel

O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se hoje para apreciar uma queixa apresentada pelo Líbano contra o ataque israelita de sexta-feira a uma base palestina a sul de Beirute.

O Líbano pediu logo na sexta-feira a realização da reunião, tendo os países-membros iniciado consultas particulares sobre o assunto.

Um projecto de resolução que circulou entre os membros do conselho «lamenta profundamente o recente ataque israelita contra território libanês perpetrado por forças navais, aéreas e do Exército de Israel».

A proposta exige que Israel cesse imediatamente todos os ataques contra território libanês e reafirma a necessidade urgente de implementar as resoluções das Nações Unidas sobre o Líbano, incluindo a que pede a retirada das forças israelitas para as fronteiras reconhecidas internacionalmente.

As tropas israelitas e os seus aliados das milícias do «Exército do Sul do Líbano» patrulham a chamada «zona de segurança» ao longo do lado libanês da fronteira para conter ataques da guerrilha contra o Norte de Israel.





A Polícia de choque polaca intervindo contra manifestantes que ontem protestavam em Varsóvia, por ocasião do 7º aniversário da proclamação da lei marcial no país.

A Irlanda rejeitou um pedido britânico de extradição de um padre católico irlandês que as autoridades londrinas suspeitam de pertencer ao Ira, anunciou o procurador-geral da República, John Murray. Afirmou ter tomado essa decisão por acreditar que a Grã-Bretanha não concederia ao padre Patrick Ryan um julgamento justo. No entanto o padre pode vir a ser julgado no seu país, por alegado envolvimento em atentados do Ira e ao abrigo de uma lei que prevê que crimes cometidos no estrangeiro poderão ser julgados na Irlanda. Num relatório de 16 páginas sobre o caso, o procurador-geral afirma que "a possibilidade de um julgamento justo para o padre Ryan seria irremediavelmente prejudicada pelos relatos dos meios de Comunicação Social britânicos e pelas declarações na Câmara dos Comuns".



Winnie Mandela à sua chegada, para uma visita ao prisão (perto da Cidade do Cabo) para onde o líder Nelson Mandela, foi transferido a semana passada.

Parlamento Europeu analisa cimeira de Rodes

Os resultados da Cimeira de Rodes e o balanço do semestre da presidência grega dominam a sessão de hoje do Parlamento Europeu, reunido em Estrasburgo, França.

Os parlamentares europeus debatem as declarações do Conselho e da Comissão Europeia sobre as conclusões da Cimeira de Líderes dos Doze, que esteve reunida em Rodes, Grécia, a 2 e 3 deste mês. Os chefes de Estado e de governo da CEE recomendaram a aceleração da construção do mercado interno, sem esquecer a sua dimensão social e as questões ambientais e salientaram a necessidade de maiores avanços em matéria de livre circulação de pessoas (Europa dos cidadãos). Adoptaram ainda declarações sobre o papel internacional da Comunidade, o ambiente e o espaço audiovisual, bem como outras sobre cooperação política europeia relativas, nomeadamente, às relações Leste-Oeste e ao Médio Oriente. O Parlamento discutirá uma declaração do presidente em exercício do Conselho das Comunidades sobre o semestre de actividades da presidência grega.

Sakharov regressa a Moscovo após visita ao Ocidente

O defensor dos Direitos Humanos, Andrei Sakharov, regressou ontem a Moscovo depois da sua primeira viagem ao Ocidente desde que foi libertado do exílio interno em Dezembro de 1986. Fontes oficiais disseram que Sakharov e a mulher, Yelena Bonner, deixaram o Aeroporto Charles de Gaulle, em Paris. O casal prolongou a sua estada por 24 horas de modo a visitar a cidade e descansar. Durante a visita de quatro dias a Paris e de cerca de um mês aos Estados Unidos, Sakharov afirmou o seu apoio às reformas do líder soviético, Mikhail Gorbachev, mas pediu que os Direitos Humanos fossem respeitados na Europa de Leste. As autoridades soviéticas não permitiram anteriormente que Sakharov viajasse para o estrangeiro alegando que o físico e Prémio Nobel da Paz possuía segredos de Estado. Ultimamente, Sakharov tem aparecido em actos oficiais em Moscovo e já se encontrou pessoalmente com Gorbachev. Em Paris, Sakharov encontrou-se com o líder da Solidariedade, Lech Walesa, a quem foi permitido deixar a Polónia pela primeira vez desde que o governo suprimiu a União de Comércio Independente em Dezembro de 1981. O presidente francês, François Mitterrand, convidou estas duas personalidades para assistirem ao quadragésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Cimeira franco-africana

Quinze chefes de Estado chegaram ontem a Marrocos para participar na décima quinta cimeira franco-africana, que decorrerá amanhã e sexta-feira em Casablanca. Os presidentes que já se encontram em Casablanca são os da Guiné, Guiné-Bissau, Zaire, Gabão, Mali, República Centro-africana, Libéria, Burkina Fasso, Senegal, Serra Leoa, Níger, Chade, Djibouti, Comores e Costa do Marfim. São ainda esperados os presidentes do Burundi, da Guiné Equatorial, da Mauritânia, de São Tomé e Príncipe e da Somália. O Egipto será representado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Butros Ghali, não se sabendo a que nível a Argélia se fará representar e se a Líbia enviará algum representante à cimeira de Casablanca. Dos países africanos lusófonos apenas chegou o ministro angolano de Estado para a Esfera Produtiva, Pedro de Castro Van Dunem (Loy), que representa o presidente José Eduardo dos Santos.

Quadripartidas sobre Angola e Namíbia: a vitória do diálogo sobre o conflito

ACORDO ASSINADO EM BRAZZAVILLE ABRE CAMINHO PARA A PAZ

O protocolo ontem assinado em Brazzaville constitui uma vitória do diálogo sobre os conflitos que durante décadas ceifaram milhares de vidas na África Austral, para além da desorganização sócio-económica e dos elevadíssimos gastos exigidos pelo esforço de guerra. O acordo conseguido após seis anos de negociações e em que as partes tiveram de fazer cedências, poderá pôr fim ao conflito internacional de 40 anos e com a luta armada há duas décadas na Namíbia, desinternacionalizar o solo angolano (há 11 anos cenário de operações sul-africanas e cubanas).

Pode-se afirmar que nenhuma das partes envolvidas se pode reclamar da vitória ou ser apodada de vinda. Se Angola não conseguiu, como pretendia há alguns anos, um acordo entre Luanda, Pretória e Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano), também a África do Sul não logrou excluir definitivamente da Namíbia esta organi-

zação.

Mas, se é verdade que a África do Sul deve estar preparada para graves problemas internos com a extrema direita civil e militar que pretende a continuação na Namíbia, Pretória, com o acordo a assinar no próximo dia 22, obterá politicamente um certo relacionamento.

A tensão não desaparecerá to-

talmente, mas Pretória poderá dedicar-se a outros sectores da economia fortemente penalizada pelas sanções internacionais e pelas pesadas verbas da defesa que despedia na Namíbia.

Ao abandonar a Namíbia, Pretória obtém algum "benefício da dúvida" por parte da comunidade internacional (e especialmente de vários países africanos) ganhando mais uma vez tempo para proceder a ajustamentos internos. Os seus aliados Ocidentais, como a Primeiro-Ministro britânica, Margaret Thatcher, poderão agora mais facilmente justificar perante os opositoristas a não adopção de medidas drásticas contra o Governo de Botha.

As bases do ANC em Angola deixam de ser uma ameaça, e Pretória não tem que temer na Namíbia um Governo adverso, pois todas as infraestruturas e e-

conomia do país obrigam a que ele continue dependente da África do Sul.

Mas, se Luanda não obteve o êxito que desejava, a Namíbia passa a dever-lhe a independência, por ter aceite a ligação entre a partida dos cubanos e a retirada da África do Sul do Sudoeste Africano.

A retirada das forças cubanas não foi, como pretendia, um assunto meramente interno e Luanda teve de fazer cedências nas negociações para a sua partida. Também não logrou que os EUA retirassem o seu apoio à Unita, embora tenha conseguido que a África do Sul a deixe de apoiar militarmente.

No entanto, conseguiu o afastamento desse "inimigo público número um" (o exército sul-africano e o seu apoio à Unita). Logrou ainda que o novo pro-

Greve geral em Espanha respeita "serviços mínimos"

O governo espanhol e os sindicatos chegaram a um acordo sobre os serviços mínimos, enquanto os estabelecimentos de vendas por grosso bateram o recorde de vendas, na véspera da greve geral que hoje decorre em toda a Espanha.

No congresso de deputados, uma moção do Partido Liberal, minoritário no Parlamento, convidou o governo a convocar, com urgência, sindicatos e patronato «para criar um novo clima de diálogo e concertação». No entanto, esta proposta foi recusada por parte da oposição.

Por seu lado, os deputados parlamentares socialistas, maioritários, propuseram modificações e apelaram ao governo para que «mantenha uma atitude de diálogo e de negociações».

Entretanto, dirigentes da União Geral de Trabalhadores (UGT) e das comissões de trabalhadores incitaram o governo a negociar depois da greve geral.

Anton Saracibar e Manuel de La Parra, secretários da UGT e Comisiones Obreras, respectivamente, anunciaram que a jornada de paralisação de hoje «levou para a rua as reivindicações sociais e os debates políticos». Contudo manifestaram esperanças de que o governo aceite o diálogo com essas centrais sindicais, a partir de amanhã, dia 15.

A greve de hoje aderiram a maior parte dos trabalhadores de 100 dos 120 jornais diários, incluindo todos os de difusão nacional, que por decisão dos

seus directores não serão publicados durante a greve.

A UGT e as comissões de trabalhadores são as centrais sindicais que convocaram inicialmente a greve geral para hoje, em protesto contra a política económica do governo e o Plano de Emprego Juvenil (PEJ).

Entretanto, Nicolas Redondo, secretário-geral da UGT, de tendência socialista, acusou o primeiro-ministro Felipe Gonzalez de «ter uma obsessão doentia» pela central vinculada ao socialismo e insistiu em que «a greve geral é reformista e não revolucionária».

Redondo insistiu em considerar que existem «profundas diferenças entre um governo que se diz de esquerda e privilegia a direita e o conjunto do movimento sindical».

Ao abrigo do tratado

Bélgica completou de mísseis norte-a-

A Bélgica converteu-se no primeiro país europeu a ter os seus próprios mísseis nucleares intermédios, ICBMs, com os seus 16 mísseis «Cruzeiro» norte-americanos da base aérea de Florennes desde Março de 1986. Os mísseis «Cruzeiro» foram transportados para a base aérea de Florennes a sul de Bruxelas, para um traslado norte-americano do Arizona, dentro de semanas.

Nas últimas 2 semanas, foram recebidos na base aérea de Florennes, as respectivas ogivas nucleares. Os 16 mísseis «Cruzeiro» e «Pershing» instalados nomeadamente na RFA, Grã-Bretanha e França, mas sem uma data oficial, foi o coronel norte-americano, o

Para evitar pilhagens e desorganização

URSS impõe recolher obrigatório nas áreas atingidas pelo sismo

As autoridades soviéticas impuseram ontem o recolher obrigatório nocturno em Leninakan, para evitar a pilhagem e a desorganização provocadas pelo terramoto, e agravadas pela afluência de milhares de refugiados vindos de outras áreas afectadas.

O «Pravda» afirma que esta medida foi tomada depois de se terem registado diversos assaltos a residências abandonadas e estabelecimentos comerciais danificados.

Nesta e noutras cidades devastadas pelo sismo de quarta-feira da semana passada, que, segundo as últimas estimativas oficiais provisórias causou cerca de 55 mil mortos (embora ainda não esteja apurado o número de vítimas nas regiões rurais), e 13 mil feridos.

Todavia, citando o ministro soviético da Saúde, Yevgeny Chazov, o advogado britânico Samuel Pizar, envolvido nas operações de socorro na Arménia, declarou:

«(No domingo) Chazov disse-me que, até ao momento, o número de vítimas ultrapassava os 70 000 — provavelmente mais — mas pelo menos 70 000

mortos são dados como certos.»

O porta-voz do Ministério soviético dos Negócios Estrangeiros, Gennady Gerasimov, disse terem já sido recolhidos dos escombros 13 100 pessoas, das quais 5400 vivas.

A chegada em massa de desalojados provenientes das zonas rurais a Erevan e Leninakan tem sido engrossada pelo fluxo de refugiados arménios provenientes da vizinha república do Azerbaijão, fluxo que não foi interrompido pelo sismo.

Auxílios

O Parlamento Europeu vai propor uma ajuda comunitária de 10 milhões de ECU (1,7 milhões de contos) às vítimas do terramoto na Arménia, foi anunciado em Estrasburgo.

A Comissão Parlamentar

dos Orçamentos justifica a proposta por considerar que os 1,5 milhões de ECU já atribuídos pela Comissão Europeia «são insuficientes» para fazer face às necessidades indispensáveis da população da Arménia vitimada pela catástrofe.

O Parlamento Europeu deverá aprovar o projecto de declaração, amanhã, durante a votação do Orçamento da Comunidade para 1989.

Por outro lado, foi anunciado em Londres que as vítimas do sismo vão receber em breve largas quantidades de ovos britânicos e de chá queniano, ofertas que se enquadram no esforço de auxílio da comunidade internacional.

A Fundação Gulbenkian decidiu, por seu turno, atribuir às vítimas do sismo na Arménia um subsídio extraordinário de um milhão de dólares. Uma nota divulgada pela instituição diz que «este auxílio será prestado sob a forma de oferta de medicamentos e material de primeiros socorros, por intermédio de sua santidade o católico de sua Etchmiadzine, patriarca supremo de todos os arménios».



Equipas de socorro norte-americanas procuram vítimas no meio por entre os escombros, em Leninakan. A Tass elogiou o trabalho das equipas de socorro dos EUA.

Não se esperam grandes resultados do diálogo sobre as bases norte-americanas na Grécia

A décima segunda ronda de negociações para a assinatura de um novo acordo sobre as instalações militares dos Estados Unidos na Grécia começaram ontem no Ministério grego dos Negócios Estrangeiros.

As negociações têm como objectivo decidir se as bases norte-americanas na Grécia serão ou não desmanteladas a partir do primeiro de Janeiro de 1989.

O actual acordo greco-norte-americano sobre as quatro bases militares e cerca de 20 instalações termina no próximo dia 21.

Esta ronda de negociações foi afectada pelo receio dos Estados Unidos de que a Grécia não lhe entregue o suposto terrorista palestino Mohammed Rashid, acusado de participar num aten-

tado a bordo de um avião da Pan-Am, em Honolulu, em 1982.

Os receios norte-americanos aumentaram com o precedente em que assentou a decisão da Grécia de deportar o presumível terrorista palestino Al Zomar Osama para a Líbia, em vez de o entregar à Itália, que o acusa de, em 1982, haver participado no atentado a uma sinagoga de Roma.

Apesar de tudo isto, funcionários governamentais em Atenas consideraram «muito positiva e profissional» esta ronda, mas os analistas políticos disseram não esperar grandes resultados.

As mesmas fontes disseram que o diálogo será interrompido até às eleições parlamentares gregas, previstas para Junho de

1989, num ambiente de crise política, económica e institucional.

O primeiro-ministro, Andreas Papandreou, que chegou ao poder em 1981 e prometeu desfazer-se das bases norte-americanas, mas pouco depois assinou um novo acordo defensivo com Washington, declarou há meses que qualquer tipo de novo tratado será submetido a um referendo.

O governo de Atenas denunciou em Julho o termo do acordo e deu aos Estados Unidos 17 meses para desmantelar as suas instalações, e em pouco menos de um mês anunciou o encerramento da base de Helinikon, a 15 quilómetros da capital, próxima do aeroporto internacional.

Queda de Boeing-707 provoca 13 mortos

Um avião de carga das linhas aéreas nigerianas caiu hoje sobre uma aldeia do Alto Egipto devido ao mau tempo e provocou 13 mortos — anunciou a agência noticiosa egípcia Mena. O avião, um Boeing-707, transportava um carregamento de flores de Dares-Salam e dirigia-se para Bruxelas. O piloto tentou por duas vezes aterrar de emergência no aeroporto do Cairo para reabastecimento mas a má visibilidade e a chuva impediram a operação — acrescentou a Mena. O aparelho dirigiu-se então para Luxor, 721 quilómetros a Sul do Cairo, e, uma vez perdido o contacto com a torre de controlo, as autoridades egípcias encetaram buscas para localizar o aparelho. A queda do avião ocorreu sobre a aldeia de Karm Omran, 45 quilómetros a Norte de Luxor, e o acidente provocou a morte dos oito membros da tripulação e de outras cinco pessoas em terra.

Andres Perez encontra-se com George Bush

O presidente eleito da Venezuela, Carlos Andres Perez, e o futuro presidente dos Estados Unidos, George Bush, que ontem se reuniram em Washington, esperam manter boas relações quando formalmente assumirem as suas funções. Bush disse, após um encontro de uma hora com Andres Perez, sentir-se «honrado» em ter recebido o futuro presidente da Venezuela, com quem discutiu «grande variedade» de temas, entre os quais a América Central, África, Venezuela e a dívida externa latino-americana. Carlos Andres Perez disse, por seu turno, que a reunião o deixou «inteiramente satisfeito». «Estou convencido de que teremos uma relação muito franca e frutuosa», sublinhou o presidente eleito da Venezuela.

Aquino diz que não se recandidatará

A presidente filipina, Corazón Aquino, desfez especulações segundo as quais se recandidataria em 1992, dizendo que a situação que a levou a concorrer contra o deposto presidente Ferdinand Marcos era «única».

A presidente falava aos jornalistas depois de o seu irmão, o legislador José Cojuangco, ter afirmado que Corazón Aquino podia ser persuadida a tentar a reeleição se «todos os grandes líderes» lhe pedissem para se recandidatar. Acrescentou que a irmã se recusou de início a concorrer contra Marcos mas foi persuadida a fazê-lo nas eleições antecipadas de 7 de Fevereiro de 1986.

Prisão e trabalhos forçados para ex-genro de Brejnev?

O Ministério Público soviético pediu pena de prisão e trabalhos forçados para Yuri Churbanov, genro do falecido líder do Kremlin, Leonid Brejnev, acusado de corrupção. O delegado do Ministério Público, Alexander Sbojev, disse que Churbanov, primeiro vice-ministro do Interior durante a era Brejnev, deveria cumprir cinco anos de prisão e cinco anos num campo de trabalhos «pelos seus crimes graves». Churbanov, de 52 anos, não manifestou qualquer emoção quando ouviu o pedido de sentença. Ao abrigo do Código Penal soviético, Churbanov poderia ser condenado à pena de morte.

Forte sismo na Grécia

Um tremor de terra com a magnitude de 4,8 graus na escala de Richter abalou ontem Kilini, no Peloponeso, sem provocar vítimas ou danos, segundo as primeiras informações. O Instituto Sismológico ateniense disse que o sismo ocorreu às 13 e 01 (11 h 01 em Lisboa), com epicentro a 220 quilómetros para Leste de Atenas, numa região entre o mar Jónico e a zona de Kilini frequentemente flagelada por sismos.

Nos meses de Setembro, Outubro e Novembro registaram-se sismos de magnitude entre 4 e 4,8 graus da escala de Richter, que destruíram várias povoações desta região, sem provocar vítimas mortais.

Poluição origina suspensão de aulas no México

O Ministério mexicano da Educação informou que as aulas do Ensino Primário e Secundário na capital serão suspensas durante o próximo mês de Janeiro devido aos elevados índices de poluição que se registam na cidade.

Esta medida, que visa proteger os estudantes, vem ao encontro dos pedidos feitos ontem por mais de dois milhões de pais, na Cidade do México, alarmados pelo elevado nível de poluição atmosférica registado neste Inverno.



visita ao marido, à nova casa de o líder histórico do ANC, sada.

LE

que cesso da África Austral se inicie, como pretendia, com a retirada das forças de Pretória, pois, como salientavam os discursos oficiais, elas eram as invasoras, logo quem primeiro deveria dar "o braço a torcer".

Para a Unita, que à primeira vista poderia parecer a grande derrotada das quadripartidas, surgem também algumas vantagens: se perdeu o apoio do exército sul-africano, ganha também com esse afastamento, pois muitos países africanos a criticavam por dialogar com o Governo do apartheid.

Mesmo que mais ninguém lhe volte a dar apoio tão maciço, pode facilmente aguentar-se durante anos na luta contra Luanda, mudando de táticas, experimentando novas alianças, envolvendo-se ainda mais na guerra diplomática.

tratado INF

Letou retirada norte-americanos

no primeiro país a cumprir o tratado médios, INF, ao retirar ontem os últimos norte-americanos, instalados na base Março de 1985. Os últimos oito mísseis transportados a bordo de um avião aérea de Florennes, situada 100 quilómetros para uma base aérea, situada no Es-Arizona, a fim de serem destruídos

, foram retiradas e enviadas para os as nucleares e outros oito mísseis que mísseis «Cruzeiro» que se encontrava de Florennes. Os restantes mísseis instalados em várias bases na Europa, Grã-Bretanha e Itália, «serão retirados uma data determinada», segundo americano, Calvin Chasten.

«R. SANTOS MOREIRA, LIMITADA»

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura de 26 de Setembro do ano em curso, lavrada de folhas 28 verso, a folhas 31 verso, do livro de notas para escrituras diversas número 69-G, do Sexto Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário António André Dinis Porto, foi elevado o capital social da sociedade comercial por quotas com a denominação em epígrafe, com sede em Lisboa, na Avenida de Roma, número 44-A, freguesia de Alvalade, portadora do cartão de pessoa colectiva número 500850593, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 39953, de duzentos mil escudos para DOIS MILHÕES DE ESCUDOS, sendo a importância do aumento, de um milhão e oitocentos mil escudos, inteiramente realizado por incorporação de reservas livres, cabendo, desse montante, ao titular de cada uma das quotas, uma nova quota de duzentos e vinte e cinco mil escudos.

Pela mesma escritura, foi alterado o artigo quarto do pacto social, modificando ainda os artigos primeiro, segundo, quinto, sétimo, oitavo, décimo e décimo primeiro e aditando os parágrafos terceiro, quarto, quinto e sexto ao artigo sexto dos respectivos estatutos, que passam a ter a redacção constante do documento complementar que fotocopiei.

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade mantém a denominação «R. SANTOS MOREIRA, LDA.», e continua a sua duração por tempo indeterminado.

ARTIGO SEGUNDO

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de DOIS MILHÕES DE ESCUDOS, dividido nas seguintes quotas: uma de setecentos e dezassete mil e quinhentos escudos pertencente ao sócio ROGÉRIO DOS SANTOS MOREIRA, uma de quatrocentos e vinte e sete mil e quinhentos escudos pertencente ao sócio ALFREDO ANTÓNIO MOREIRA e três de duzentos e oitenta e cinco mil escudos, cada, pertencentes uma a cada um dos sócios CARLOS DOS SANTOS DUARTE, MARIA TEREZA BELOTO DE ALMEIDA MOREIRA e ANTÓNIO AUGUSTO BARROS DE ALMEIDA, respectivamente.

ARTIGO QUINTO

UM. No caso de falecimento de qualquer sócio, a sociedade pode amortizar, adquirir ou fazer adquirir a respectiva quota por sócio ou terceiro.

DOIS. As faculdades conferidas pelo número um antecedente devem ser efectuadas nos noventa dias subsequentes ao conhecimento da morte do sócio por algum dos gerentes.

TRÊS. A determinação e ao pagamento da contrapartida devida pelo adquirente aplicam-se as correspondentes disposições legais e as cláusulas relativas à amortização, constantes dos números dois e quatro do artigo nono dos presentes estatutos.

ARTIGO SEXTO

PARÁGRAFO TERCEIRO — Compete à gerência deliberar

sobre a alienação ou oneração de bens imóveis, a alienação, oneração e a locação de estabelecimento, a subscrição ou aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração.

PARÁGRAFO QUARTO — Os gerentes podem delegar nalgum ou nalguns deles a competência para determinados negócios ou espécies de negócios, mas mesmo nesses negócios, os gerentes delegados só vinculam a sociedade se a delegação lhes atribuir expressamente tal poder.

PARÁGRAFO QUINTO — A gerência pode nomear mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

PARÁGRAFO SEXTO — Fica desde já consentido aos gerentes o exercício de actividades concorrentes com a sociedade.

ARTIGO SÉTIMO

UM. Na cessão total ou parcial de quotas a pessoas estranhas à sociedade, esta, em primeiro lugar, e os sócios, subsequentemente, gozam de direito de opção.

DOIS. Para efeitos do número anterior, o cedente indicará, por escrito, a pessoa do cessionário à sociedade e a cada um dos restantes sócios, que disporão de trinta dias, a partir da data da recepção daquela indicação, para o exercício do direito de opção.

TRÊS. A opção será exercida pelo valor decorrente da aplicação do critério para a determinação da contrapartida da amortização, previsto no número dois do artigo nono.

QUARTO. No caso de mais de um sócio exercer o direito de opção, este efectuar-se-á, salvo acordo entre eles, na proporção das respectivas quotas.

ARTIGO OITAVO

UM. A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre sócios, mas a favor de cônjuges, ascendentes, descendentes ou outras pessoas, carece do consentimento da sociedade.

DOIS. O consentimento da sociedade é pedido por escrito, em carta dirigida à sociedade e com cópias para cada um dos sócios, com indicação do cessionário e de todas as condições da cessão e a referência ao resultado do cumprimento do disposto no artigo sétimo dos presentes estatutos.

TRÊS. A deliberação de consentimento expresso da sociedade deve ser tomada por maioria absoluta, nos sessenta dias seguintes à recepção do pedido de consentimento.

QUARTO. Se a sociedade recusar o consentimento aplica-se o disposto no artigo duzentos e trinta e um do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO NONO

UM. A amortização de quotas é permitida nos seguintes casos:

- a) por acordo dos sócios;
- b) quando a quota haja sido adquirida por pessoa estranha à sociedade;
- c) quando a quota haja sido dada em penhor, arrestada, pe-

nhorada, incluída em massa falida ou insolvente, ou por qualquer outra forma sujeita a arrematação, adjudicação ou venda judicial;

d) quando, em virtude de partilha judicial ou extrajudicial por divórcio ou separação judicial de pessoas e bens, a quota, ou parte da mesma, não ficar a pertencer ao respectivo titular, e na parte que lhe não for adjudicada;

e) quando, por outra forma, se vier a verificar a transmissão forçada de uma quota;

f) quando ao respectivo titular for imputável violação grave das suas obrigações ou quando for destituído da gerência com fundamento em justa causa decorrente da prática de facto doloso susceptível de causar prejuízo à sociedade.

DOIS. A contrapartida da amortização prevista nas alíneas b), d), e) e f) do número um antecedente será sempre, e somente, o montante correspondente ao valor nominal da quota amortizada, acrescida da respectiva parte nas reservas e nos lucros apurados e não distribuídos, reportados ao sexto mês anterior à data da deliberação; ao valor assim determinado devem adicionar-se os valores resultantes da reavaliação do imobilizado, utilizando os critérios de correcção monetária aplicáveis neste domínio, e ainda os saldos credores, ou deduzir-se os saldos devedores, de quaisquer contas do sócio titular da quota amortizada.

TRÊS. A amortização efectua-se por deliberação dos sócios tomada no prazo de noventa dias, contados do conhecimento por algum gerente da sociedade do facto que permite a amortização.

QUARTO. O pagamento da contrapartida é fraccionado em duas prestações iguais e sucessivas, a efectuar no prazo de seis meses e um ano, respectivamente, após a fixação definitiva da contrapartida.

ARTIGO DÉCIMO

A afectação dos lucros de cada exercício, tal como resultam das contas aprovadas, e exceptuada a parte destinada à reserva legal, é deliberada pelos sócios, por maioria simples, na assembleia que aprova as contas, sem exigência de qualquer distribuição parcial.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

As assembleias gerais devem ser convocadas por qualquer dos gerentes, com a antecedência mínima de quinze dias, por carta registada com aviso de recepção dirigida aos sócios para as suas residências, salvo quando a lei prescrever outras formalidades.

Está conforme.

Lisboa, vinte e um de Novembro de mil novecentos e oitenta e oito.

A Ajudante,

Maria Fernanda J. Marques Damas

ALFREDO ANTÓNIO MOREIRA, LIMITADA

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura de 26 de Setembro do ano em curso, lavrada de folhas 32, a folhas 34, verso, do livro de notas para escrituras diversas número 69-G, do Sexto Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário António André Diniz Porto, foi elevado o capital social da sociedade comercial por quotas com a denominação em epígrafe, com sede em Lisboa, na Rua Ferreira Borges, número 16, freguesia de Santo Condestável, portadora do cartão de pessoa colectiva número 500015287, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 19841, de cem mil escudos, para OITO MILHÕES DE ESCUDOS, sendo a importância do aumento de sete milhões e novecentos mil escudos, inteiramente realizado por incorporação de reservas livres, cabendo desse montante: ao sócio Alfredo António Moreira, a importância de um milhão cento e seis mil escudos; ao sócio Rogério dos Santos Moreira, a importância de dois milhões seiscentos e oitenta e seis mil escudos; à sócia Rita Maria Muller e Sousa de Andrade Delgado, a importância de quatro milhões cento e oito mil escudos.

Que em consequência das operações efectuadas foi alterado o artigo terceiro do pacto social, modificando ainda os artigos quarto, quinto, sexto e sétimo e aditando os artigos oitavo e nono, aos respectivos estatutos, que passam a ter a redacção constante do documento complementar:

ARTIGO TERCEIRO

O capital social é de OITO MILHÕES DE ESCUDOS, encontrando-se integralmente realizado em dinheiro correspondendo à soma das seguintes quotas: uma de QUATRO MILHÕES E OITOCENTOS MIL ESCUDOS pertencente ao sócio ROGÉRIO DOS SANTOS MOREIRA e outra de TRÊS MILHÕES E DUZENTOS MIL ESCUDOS pertencente ao sócio ALFREDO ANTÓNIO MOREIRA.

ARTIGO QUARTO

UM. Na cessão total ou parcial de quotas a pessoas estranhas à sociedade, esta, em primeiro lugar, e os sócios, subsequentemente, gozam do direito de opção.

DOIS. Para os efeitos do número anterior, o cedente indicará, por escrito, a pessoa do cessionário à sociedade e a cada um dos restantes sócios, que disporão de trinta dias, a partir da data da recepção daquela indicação, para o exercício do direito de opção.

TRÊS. A opção será exercida pelo valor decorrente da aplicação do critério para a determinação da contrapartida da amortização, previsto no número dois do artigo sexto.

QUARTO. No caso de mais de um sócio exercer o direito de opção, este efectuar-se-á, salvo acordo entre eles, na proporção das respectivas quotas.

ARTIGO QUINTO

UM. A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre sócios, mas a favor de cônjuges, ascendentes, descendentes ou outras pessoas, carece do consentimento da sociedade.

DOIS. O consentimento da sociedade é pedido por escrito, em carta dirigida à sociedade e com cópias para cada um dos sócios, com indicação do cessionário, de todas as condições da cessão e a referência ao resultado do cumprimento do disposto no artigo quarto dos presentes estatutos.

TRÊS. A deliberação de consentimento expresso da sociedade deve ser tomada por maioria absoluta, nos sessenta dias seguintes à recepção do pedido de consentimento.

QUARTO. Se a sociedade recusar o consentimento aplica-se o disposto no artigo duzentos e trinta e um do código das sociedades comerciais.

ARTIGO SEXTO

UM. A amortização de quotas é permitida nos seguintes casos:

- a) por acordo dos sócios;
- b) quando a quota haja sido adquirida por pessoa estranha à sociedade;
- c) quando a quota haja sido dada em penhor, arrestada, penhorada, incluída em massa falida ou insolvente, ou por qualquer outra forma sujeita a arrematação, adjudicação ou venda judicial;
- d) quando, em virtude de partilha judicial ou extrajudicial por divórcio ou separação judicial de pessoas e bens, a quota, ou parte da mesma, não ficar a pertencer ao respectivo titular, e na parte que lhe não for adjudicada;
- e) quando, por outra forma, se vier a verificar a transmissão forçada de uma quota;
- f) quando ao respectivo titular for imputável violação grave das suas obrigações ou quando for destituído da gerência com fundamento em justa causa decorrente da prática de facto doloso susceptível de causar prejuízo à sociedade.

DOIS. A contrapartida da amortização prevista nas alíneas b), d), e), e f) do número um antecedente será sempre, e somente, o montante correspondente ao valor nominal da quota amortizada, acrescida da respectiva parte nas reservas e nos lucros apurados e não distribuídos, reportados ao sexto mês anterior à data da deliberação; ao valor assim determinado devem adicionar-se os valores resultantes da reavaliação do imobilizado, utilizando os critérios de correcção monetária aplicáveis neste domínio, e ainda os saldos credores, ou deduzir-se os saldos devedores, de quaisquer contas do sócio titular da quota amortizada.

TRÊS. A amortização efectua-se por deliberação dos sócios tomada no prazo de noventa dias, contados do conhecimento por algum gerente da sociedade do facto que permite a amortização.

QUARTO. O pagamento da contrapartida é fraccionado em duas prestações iguais e sucessivas, a efectuar no prazo de seis meses e de um ano, respectivamente, após a fixação da contrapartida.

ARTIGO SÉTIMO

UM. A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não conforme for deliberado em assembleia geral, é exercida por ambos os sócios.

DOIS. Compete à gerência deliberar sobre a alienação ou oneração de bens imóveis, a alienação, a oneração e locação de estabelecimento, a subscrição ou aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração.

TRÊS. A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente.

QUARTO. Fica vedado aos gerentes obrigar validamente a sociedade em quaisquer actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente, fianças, abonações, avales, letras de favor e outros semelhantes.

CINCO. A gerência pode nomear mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

SEIS. Fica desde já consentido aos gerentes o exercício de actividades concorrentes com a sociedade.

ARTIGO OITAVO

A afectação dos lucros de cada exercício, tal como resulta das contas aprovadas, e exceptuada a parte destinada à reserva legal, é deliberada pelos sócios, por maioria simples, na assembleia que aprova as contas, sem exigência de qualquer distribuição parcial.

ARTIGO NONO

As assembleias gerais devem ser convocadas por qualquer dos gerentes, com a antecedência mínima de quinze dias, por carta registada com aviso de recepção dirigida aos sócios para as suas residências, salvo quando a lei prescrever outras formalidades.

Está conforme.

Lisboa, quinze de Novembro de mil novecentos e oitenta e oito.

O Ajudante

Maria Fernanda J. Marques Damas



Goleador do ano: Paulinho Cascavel homenageado por Nenê



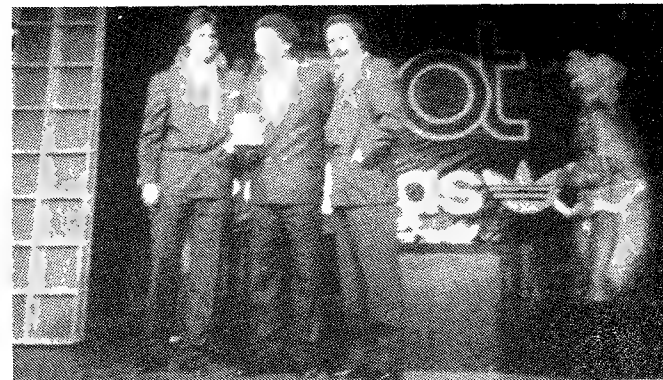
Árbitro do ano: Rosa Santos recebe a distinção das mãos de Pinto de Sousa



Entre Norton de Matos (directór da «Foot» e técnico do Atlético) o melhor jogador estrangeiro: Mozer, que recebeu o troféu «Foot/Adidas» de John Mortimore



Vítor Damas foi escolhido para entregar a Silvino as suas distinções («Troféu Reusch» e «Trevo de Prata»)



Treinador do ano: Carlos Alinho é premiado por Artur Jorge

Acontecimento social da semana desportiva: a revista «Foot» (dirigida pelo antigo futebolista internacional Norton de Matos) e a Adidas (representada no nosso país pelo dr. Luís Feist, árbitro internacional de rúgbi e nosso prezado colaborador) promoveram, no Casino Estoril, a entrega dos seus prémios anuais, que contemplam gente popular no sector do nosso futebol. Uma festa que durou até às tantas e foi óptimo pretexto de confraternização entre técnicos, dirigentes, árbitros, jogadores e jornalistas.

Governo decreta a "promessa"

CLUBES DEVERÃO TER A ESCRITA EM DIA

A questão da tributação dos desportistas volta à ribalta, com a publicação (ontem) do Decreto-Lei n.º 452/88 aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Agosto, promulgado em 29 de Setembro e referendado a 3 de Outubro.

Dado o interesse que o mesmo se reveste, aqui se publica na íntegra:

Tendo em conta a onerosidade da elaboração de uma contabilidade regularmente organizada, o presente diploma introduz um sistema de contabilidade de partidas dobradas para as entidades utilizadoras dos serviços dos agentes desportivos praticantes, ficando sujeitas àquela exigência apenas as entidades de maior rendimento. Para os restantes é tornada obrigatória apenas a inscrição dos livros de registo indispensáveis à gestão das operações que efectuam.

Em conformidade, procede-se à alteração de algumas disposições do Decreto-Lei n.º 413/87, de 31 de Dezembro, nomeadamente quanto aos limites das multas, por forma a adequá-las aos dois níveis de obrigações de natureza escritural ora introduzidas e ainda no sentido de harmonizar as penalidades nelas fixadas com os níveis considerados para idênticas infracções previstas no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Aproveita-se também a oportunidade para definir com maior rigor as entidades abrangidas pelos dois regimes de escrituração, uma vez que a redacção do artigo 3.º daquele diploma era susceptível de levantar algumas dúvidas, ficando com a nova redacção devidamente clarificado que o diploma abrange todas as entidades que se dediquem ao desporto federado, incluindo os organismos da estrutura desportiva federada, caso das associações e federações.

Finalmente, a especificidade dos contratos celebrados entre os agentes desportivos praticantes e as entidades utilizadoras dos seus serviços e demais elementos relevantes para efeitos de tributação, em que a componente confidencial tem um relevo de maior alcance no quadro desportivo, impõe que seja dado o devido peso às rigorosas regras de sigilo a que a administração fiscal está sujeita e que por isso mesmo garantem a privacidade das partes contratantes.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — O n.º 1 do artigo 3.º e os artigos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 413/87, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

Art. 3.º — 1 — As entidades regularmente constituídas que se dediquem à prática do des-

porto federado, incluindo as respectivas associações e federações, ficam obrigadas a possuir:

a) Contabilidade regularmente organizada, se a receita líquida do exercício anterior for igual ou superior a 25 000 000\$;

b) Livros de registo das operações efectuadas, em conformidade com o disposto no número seguinte, no caso de a referida receita não atingir aquele montante.

2 —
3 —

Art. 5.º — As entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º que não arquivarem os livros da sua escrituração e os documentos com ela relacionados ou os não conservarem em boa ordem durante os cinco anos civis subsequentes serão punidas com multa de 100 000\$ a 1 000 000\$ ou de 25 000\$ a 2 500 000\$, consoante se trate de entidades abrangidas pelo disposto nas alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 3.º, respectivamente.

Art. 6.º — Incorrem na multa de 5000\$ a 1 000 000\$ ou de 1250\$ a 250 000\$ as entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º que não derem cumprimento ao estabelecido nas alíneas a) ou b) do mesmo artigo, respectivamente.

Art. 7.º — As entidades mencionadas no n.º 1 do artigo 3.º que deixarem atrasar a sua escrita por tempo superior a 90 ou 45 dias serão punidas com multa de 10 000\$ a 100 000\$ ou de 2500\$ a 25 000\$, consoante se trate, respectivamente, de entidades abrangidas pelas alíneas a) ou b) daquele artigo.

Art. 8.º — Verificado o atraso da escrita e independentemente do procedimento para a aplicação da correspondente multa, o autuante ou o chefe da repartição de finanças, consoante esteja ou não presente o transgressor, notificará ou mandará notificá-lo para regularizar a sua escrita dentro de um prazo a designar entre 30 e 90 dias, com a cominação de que, não o fazendo, ficará sujeito à multa prevista no artigo 9.º do presente diploma.

Art. 9.º — A recusa e exibição da escrita ou dos documentos com ela relacionados ou a sua ocultação, destruição, inutilização, falsificação ou viciação serão punidas com multa de 100 000\$00 a 1 000 000\$00 ou de 25 000\$00 a 2 500 000\$00, consoante se trate de entidades abrangidas, respectivamente pelas alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 3.º, na qual incorrerão solidariamente com as entidades mencionadas no mesmo artigo os membros da direcção e do conselho fiscal responsáveis pela contabilidade ou pela escrita, conforme o caso, sem prejuízo do procedimento criminal que ao caso couber.

Art. 12.º — Poderá, por despacho conjunto do ministro das



Paulo Relógio: «legisladores estavam a dormir»

Finanças e do ministro da Educação, ser suspensa, por um período de dois anos, a concessão de subsídios e de quaisquer outros benefícios oficiais a favor das entidades utilizadoras dos serviços dos agentes desportivos praticantes sempre que as mesmas não cumpram as obrigações impostas pelo Código do Imposto Profissional pelo presente diploma.

Art. 2.º — São aditados ao Decreto-Lei n.º 413/87, de 31 de Dezembro, os novos artigos 2.º-A e 13.º-A, com a seguinte redacção:

Art. 2.º-A — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 11.º do Código do Imposto Profissional, poderão os agentes desportivos praticantes, aquando da apresentação da respectiva declaração de rendimentos, apresentar prova de não haverem auferido as importâncias constantes dos contratos outorgados com os clubes ou outras entidades através de declaração bastante emitida pela correspondente federação desportiva em termos conformes ao previsto no artigo 50.º-A do mesmo código ou outro instrumento au-

tenticado igualmente atendível.

Art. 13.º-A — 1 — As infracções ao disposto no artigo anterior serão punidas com multa de 10 000\$00 a 100 000\$00.

2 — A multa prevista no número precedente será aplicada nos termos do artigo 10.º do presente diploma.

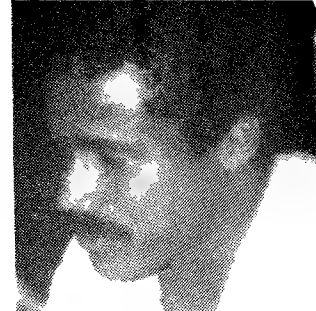
Primeiras reacções

A primeira reacção a esta legislação não se fez esperar com o dr. Paulo Relógio — consultor jurídico do Sindicato de Jogadores Profissionais de Futebol — a criticar com alguma contundência o Ministério das Finanças em entrevista concedida ao matutino «Europeu» considerando que o diploma ora publicado é lesivo para a situação profissional dos jogadores portugueses... o Ministério das Finanças anda acirrado ao bolso dos futebolistas. Disse mais o conhecido jurista: os legisladores elaboraram a dormir quando

Agora resta aguardar pelos próximos capítulos.

Saavedra: Petro de Luanda veio recolher propostas

Conforme o «DL» noticiou, na sua edição de ontem, o futuro do futebolista angolano, Saavedra ainda é desconhecido, com o Benfica e Belenenses a intensificarem as suas influências e a fazer as suas ofertas. Para proceder às negociações, encontra-se em Lisboa o dirigente do Petro e da Sonangol, Jaime Freitas, que recolheu propostas dos clubes lisboetas (o Sporting não estará interessado nesta «unha») o qual regressará ao seu país para que seja decidido o futuro do futebolista. O ponto da situação é este: Jaime Freitas já reuniu as ofer-



Saavedra: que futuro?

tas e o Petro vai decidir em função daquela que se apresenta como mais vantajosa para o clube e para o atleta.

Atletismo em tempo de eleições

A implantação dum modelo orgânico federativo com funções claramente definidas a vários níveis é um dos propósitos de um grupo de reflexão, que pretende candidatar-se aos corpos gerentes da Federação Portuguesa de Atletismo.

«Contributos para uma gestão dinâmica do atletismo nacional», é o nome do segundo texto de um grupo de reflexão que pretende constituir-se como lista aos corpos gerentes da Federação Portuguesa de Atletismo.

Trata-se do segundo texto elaborado em menos de um mês, constando de seis pontos: **modelo orgânico federativo, diálogo Federação-Associações, captação de recursos e apoios, gestão orçamental, instalações administrativas e comunicação e imagem.**

Fernando Mota, director técnico nacional, o antigo dirigente Carlos Manuel Santos, e os técnicos Abreu Matos, António Vilela, Joaquim Neves e Jorge Vieira constituem este grupo de reflexão.

Para os apoiantes deste grupo, a eficácia e dinamismo da gestão do atletismo português depende em grande parte de condições adequadas ao desenvolvimento correcto da modalidade.

Nessa perspectiva, os componentes do grupo defendem a «implantação dum modelo orgânico claramente definidor da delimitação das diferentes áreas de actuação sectorial, níveis de responsabilidade funcional e competências hierárquicas».

Futebol é negócio perigoso

O peruano Teófilo Salinas, que durante vinte anos presidiu à Confederação Sul-Americana de Futebol, afirmou no Uruguai que nos últimos anos «o futebol converteu-se num negócio, o que se torna perigoso».

Salinas que se deslocou a Montevideo para assistir ao encontro particular entre o Uruguai e o Peru referiu que o futebol se converteu num negócio «isto ficou claro com a designação dos EUA como organizador do Mundial de 1994».

«Nesse país o futebol não é conhecido nem entendido, e a organização do Mundial apenas lhe foi concedida para vender o produto», acrescentou o dirigente peruano.

«O processo que o futebol vive actualmente é perigoso, e quando os futebolistas compreenderem que se transformou num negócio vão querer fazer parte dele e vai-se entrar num processo que não se sabe onde irá terminar» referiu Salinas.

O dirigente peruano afirmou que o presidente da FIFA, o brasileiro João Havelange, pressionou os países sul-americanos para que não o voltassem a eleger em 1986.

Segundo Salinas essa pressão deveu-se à sua oposição à decisão da FIFA de não ser mais o Chile o organizador do Mundial Juvenil de 1985 quando era um direito já adquirido.

«Há ingratidões na vida que se perdoam mas não se esquecem», concluiu Salinas.

Com a ajuda de árabes

JUNIORES FUTEBOLISTAS TESTAM O SEU POTENCIAL

Aproveitando a presença de diversos grupos estrangeiros que vieram estagiar no nosso país, uma selecção portuguesa de juniores perdeu com a sua congénere da Arábia Saudita por 2-0, em encontro de fraco nível técnico realizado no Estádio Nacional.

Depois de, ao intervalo, se registar uma igualdade (0-0) Portugal sofreu dois golos no espaço de três minutos, aos 49 e 52, marcados (respectivamente) por Dosari e Saler. No entanto, neste confronto com a formação asiática, que integra o grupo de Portugal no Campeonato do Mundo, o seleccionador Carlos Queirós não apresentou a equipa principal, que mais tarde defrontará a selecção nacional de «esperanças».

Os primeiros 45 minutos foram muito mal jogados pelas duas formações, que proporcionaram um fraquíssimo espectáculo, sem motivos de interesse. Neste período, apenas a selecção portuguesa conseguiu por duas vezes chegar com perigo à baliza contrária: na sequência de um cruzamento da direita, o avançado Gama quase inaugurou o marcador ao rematar ao poste da baliza da guarda-redes árabe.

Na 2.ª parte, as duas turmas melhoraram um pouco a sua produção de jogo e o encontro tornou-se mais movimentado e com outros motivos de interesse. Aos 49 minutos, a Arábia Saudita inaugurou o marcador através de um vistoso pontapé de bicicleta de Dosari, na se-

quência de um cruzamento da direita. Três minutos depois, numa jogada aparentemente inofensiva (no centro do meio-campo português) Saler centrou por alto mas com muita força e o guarda-redes Bizarro, pensando que a bola ia para fora, deixou-a entrar pelo canto superior direito da baliza.

Portugal tentou reagir à desvantagem no marcador e, aos 66 minutos, António Augusto desperdiçou uma boa oportunidade: o seu remate saiu ao lado do poste. A três minutos do fim os juniores árabes quase dilataram a sua vantagem quando dois dos seus jogadores surgiram isolados frente a Bizarro mas, por excesso de preciosismos, acabaram por permitir a intercepção de uma defesa portuguesa.

Este encontro foi presenciado pelo seleccionador brasileiro René Simões, que à noite seguiu para o Brasil e hoje anuncia a constituição da selecção brasileira para o Campeonato do Mundo.

Árbitro: Fernando Costa (Lisboa). As equipas:

Portugal: Vítor Baía (Bizarro, 2.ª parte); Tozé (Hélio, 48), Paulo (Oliveira, 87); Paulo Madeira, Bilro e Armando; Paulo Oliveira (Agosto, 48); Sousa, Pedro Martins e Melo; Xavier e Gama.

Arábia Saudita: Hasson; Mus-sac, Rhoomy, Adnan e Mansour; Fuad, Khalid, Dosari (Mudawa, 69) e Saler; Waleed (Mohammed, 46) e Ruwehi.

No outro embate, processado à tarde (também no Jamor) o téc-

nico Carlos Queirós escalou assim a representação de juniores: Vítor Baía; Abel, Fernando Couto, Valido e Paulo Torres (Paulo Madeira, 61); Tozé, Filipe, Hélio e Folha; Amaral e João Pinto.

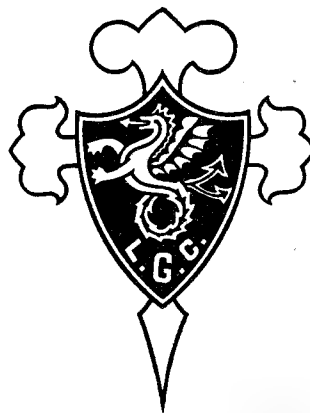
O único tento foi apontado por João Pinto, aos 21 minutos, em recarga a uma grande penalidade apontada por Valido e defendida por Rui Correia.

Por sua vez, as «esperanças» apresentaram duas equipas. Na primeira parte alinharam: Rui Correia; José Carlos, Jorge Ferreira, Festas e Dimas; Cadete, Marito, Paulito e Monteiro; Ribeiro e Quito. Na segunda metade que durou apenas 23 minutos, jogaram: Rui Correia; Zé Nuno, Rui Gregório, Bilro (junior) e Cabral; José Augusto, Xavier (junior), Chico e Rocha; Monteiro (do Sintrense) e Nelson Reis.

Cartão Jovem

O «derby» lisboeta Benfica - Sporting é o único encontro da 18.ª jornada do Campeonato da 1.ª Divisão a disputar domingo em que os portadores do «cartão jovem» não vão beneficiar de desconto.

Nos jogos Académico de Viseu - Vitória de Guimarães, Farense - Penafiel e Beira Mar - Nacional o bilhete de ingresso com desconto vai custar 300 escudos, sendo o preço nos restantes seis jogos de 350 escudos.



Lisboa Ginásio Clube comemora 70 anos

O Lisboa Ginásio Clube, instituição de (muita) utilidade pública, fundado em 4 de Novembro de 1918, está em festa, comemorando 70 anos de relevantes serviços prestados à educação física e ao desporto, levando a efeito, no próximo sábado, pelas 16 horas, uma sessão solene que terá lugar na sua sede social (Rua dos Anjos, em Lisboa).

Durante aquela sessão serão homenageados os associados que completam 25 e 50 anos de filiação, os atletas que mais se distinguiram durante a sua actividade desportiva e praticantes que mereceram especial relevo durante a última temporada.

Para anunciar os projectos em curso, a direcção reúne-se com os jornalistas, durante um almoço, a realizar no sábado pelas 12 horas e 30, na sede da popular e muito prestigiada colectividade. O «DL» agradece a gentileza do convite e lá estará com todo o prazer.

«J.C. LEAL, LIMITADA»

ARTIGO SEXTO

UM. A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre sócios, mas a favor de cônjuges, ascendentes, descendentes ou outras pessoas, carece de consentimento da sociedade. DOIS. O consentimento da sociedade é pedido por escrito, em carta dirigida à sociedade e com cópias para cada um dos sócios, com indicação do cessionário, de todas as condições da cessão e a referência ao resultado do cumprimento do disposto no artigo quinto dos presentes estatutos.

TRÊS. A deliberação de consentimento expresso da sociedade deve ser tomada por maioria absoluta, nos sessenta dias seguintes à recepção do pedido de consentimento. QUATRO. Se a sociedade recusar o consentimento aplicar-se-á o disposto no artigo duzentos e trinta e um do código das sociedades comerciais.

ARTIGO SÉTIMO

PARÁGRAFO TERCEIRO — Compete à gerência deliberar sobre a alienação ou oneração de bens imóveis, a alienação, oneração e a locação de estabelecimento, a subscrição ou aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração. PARÁGRAFO QUARTO — Os gerentes podem delegar nalgum ou nalguns deles a competência para determinados negócios ou espécie de negócio, mas mesmo nesses negócios, os governos delegados só vinculam a sociedade se a delegação lhes atribuir expressamente tal poder.

PARÁGRAFO QUINTO — A gerência pode nomear mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos. PARÁGRAFO SEXTO — Fica desde já consentido aos gerentes o exercício de actividades concorrentes com a da sociedade.

ARTIGO OITAVO

A afectação dos lucros de cada exercício, tal como resultam das contas aprovadas, e exceptuada a parte destinada à reserva legal, é deliberada pelos sócios, por maioria simples, na assembleia que aprova as contas, sem exigência de qualquer distribuição parcial.

ARTIGO NONO

UM. A amortização de quotas é permitida nos seguintes casos:

- a) por acordo dos sócios;
- b) quando a quota haja sido adquirida por pessoa estranha à sociedade;
- c) quando a quota haja sido dada em penhor, arrestada, penhorada, incluída em massa falida ou insolvente, ou por qualquer outra forma sujeita a arrematação, adjudicação ou venda judicial;
- d) quando, em virtude de partilha judicial ou extrajudicial por divórcio ou separação ju-

dicial de pessoas e bens, a quota, ou parte da mesma, não ficar a pertencer ao respectivo titular, e a parte que lhe não for adjudicada;

e) quando, por outra forma, se vier a verificar a transmissão forçada de uma quota; f) quando ao respectivo titular for imputável violação grave da suas obrigações ou quando for destituído da gerência com fundamento em justa causa decorrente da prática de facto doloso susceptível de causar prejuízo à sociedade.

DOIS. A contrapartida da amortização prevista nas alíneas b), d), e) e f), do número um antecedente será sempre, e somente, o montante correspondente ao valor nominal da quota amortizada, acrescida da respectiva parte nas reservas e nos lucros apurados e não distribuídos, reportados ao sexto mês anterior à data da amortização; ao valor assim determinado devem adicionar-se os valores resultantes da reavaliação do imobilizado, utilizando os critérios de correcção monetária aplicáveis neste domínio, e ainda os saldos credores ou deduzir-se os saldos devedores, de quaisquer contas do sócio titular da quota amortizada.

TRÊS. A amortização efectua-se por deliberação dos sócios tomada no prazo de 90 dias, contado do conhecimento por algum gerente da sociedade do facto que permite a amortização.

QUATRO. O pagamento da contrapartida é fraccionado em duas prestações iguais e sucessivas, a efectuar no prazo de seis meses e de um ano, respectivamente, após a fixação definitiva da contrapartida.

ARTIGO DÉCIMO

UM. No caso de falecimento de qualquer sócio, a sociedade pode amortizar, adquirir ou fazer adquirir a respectiva quota por sócio ou terceiro.

DOIS. As facultades conferidas pelo número antecedente devem ser exercidas nos 90 dias subsequentes ao conhecimento da morte do sócio por algum dos gerentes.

TRÊS. A determinação e ao pagamento da contrapartida devida pelo adquirente aplicam-se as correspondentes disposições legais e as cláusulas relativas à amortização, constantes dos números dois e quatro do artigo nono dos presentes estatutos.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

As assembleias gerais devem ser convocadas por qualquer dos gerentes, com antecedência mínima de quinze dias, por carta registada com aviso de recepção dirigida aos sócios para as suas residências, salvo quando a lei prescrever outras formalidades.

Está conforme.

Lisboa, vinte e um de Novembro de mil novecentos e oitenta e oito

A Ajudante,

Maria Fernanda J. Marques Damas

CERTIFICO, que é fotocópia parcial, composta de seis folhas, extraída para efeitos de publicação do documento complementar que faz parte integrante da escritura de 26 de Setembro do ano em curso, lavrada de folhas 21, verso, a folhas 24, verso, do livro de notas para escrituras diversas número 69-G, do Sexto Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário António André DINIZ PORTO, foi elevado o capital social da sociedade comercial por quotas com a denominação em EPIGRAFE, com sede em Lisboa, na Rua Forno do Tijolo, número 31-C, freguesia dos Anjos, portadora do cartão de pessoa colectiva número 500850569, matriculada na conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 29 599, de sessenta mil escudos, para DOIS MILHÕES E QUATROCENTOS MIL ESCUDOS, sendo a importância do aumento, de dois milhões trezentos e quarenta mil escudos, inteiramente realizado por incorporação de reservas livres; — Pela mesma escritura foi alterado o artigo quarto do pacto social, modificando ainda os artigos primeiro, quinto, sexto, oitavo, nono, décimo e décimo primeiro, e aditando os parágrafos terceiro, quarto, quinto e sexto ao artigo sétimo, que passam a ter a redacção constante do documento complementar.

ARTIGO TERCEIRO

A sociedade mantém a denominação «J.C. LEAL, LIMITADA», tem a sua sede na Rua Forno do Tijolo, n.º 31-C, freguesia dos Anjos, concelho de Lisboa, e continua a sua duração por tempo indeterminado.

ARTIGO QUARTO

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de DOIS MILHÕES E QUATROCENTOS MIL ESCUDOS correspondendo à soma das seguintes quotas: uma de um milhão de escudos pertencente ao sócio ROGÉRIO DOS SANTOS MOREIRA, uma de seiscentos mil escudos pertencente ao sócio ALFREDO ANTÓNIO MOREIRA, e duas de quatrocentos mil escudos, cada, pertencentes uma a cada um dos sócios ANTÓNIO AUGUSTO BARRIOS DE ALMEIDA e CARLOS DOS SANTOS DUARTE.

ARTIGO QUINTO

UM. Na cessão total ou parcial de quotas a pessoas estranhas à sociedade, esta, em primeiro lugar, e os sócios, subsequentemente, gozam do direito de opção.

DOIS. Para os efeitos do número anterior, o cedente indicará, por escrito, a pessoa do cessionário à sociedade e a cada um dos restantes sócios, que disporão de trinta dias, a partir da data da recepção daquela indicação, para o exercício do direito de opção. TRÊS. A opção será exercida pelo valor decorrente da aplicação do critério para a determinação da contrapartida de amortização previsto no número dois do artigo nove destes estatutos.

QUATRO. No caso de mais de um sócio exercer o direito de opção, este efectivar-se-á, salvo acordo entre eles, na proporção das respectivas quotas.

CML apoia desporto

A Câmara Municipal de Lisboa decidiu atribuir um subsídio de mil contos à Associação Naval de Lisboa para fomento e divulgação daquela modalidade, anunciou a edilidade em comunicado.

Segundo o comunicado, o vereador Victor Gonçalves resolveu apoiar a recuperação dos recintos polidesportivos das escolas Francisco Arruda, Marquês de Pombal e Passos Manuel, num total de 5 recintos polivalentes e 3 recintos para a prática do basquetebol.

A Câmara informa ainda que está já a decorrer a primeira fase da III Edição dos Jogos Desportivos de Lisboa, com a realização das eliminatórias por freguesias.

Os jogos compreendem as modalidades de andebol, atletismo, futebol de salão, natação, ténis de mesa, voleibol e xadrez, e a Câmara aguarda que a edição deste ano atinja os dez mil atletas não federados.

Quem será e para onde virá?

O empresário uruguaio Juan Figer afirmou ter apressado a contratação de um jogador brasileiro para um clube português da 1.ª Divisão ao saber da decisão da FPF de limitar as contratações de jogadores estrangeiros.

Em declarações publicadas no «Jornal do Brasil», Figer não adiantou nomes, dizendo apenas que se tratava de um jogador de São Paulo, actualmente a jogar no estrangeiro e que virá para Portugal ainda este mês.

«O jogador destina-se a um dos grandes do futebol português», limitou-se a dizer Juan Figer.

Emoção fatal

Fernando Ambrósio do Nascimento, adepto da Associação Desportiva da Guarda, não terá resistido à forte emoção do encontro disputado no domingo entre o seu clube e o Mortágua, e, ao sair do estádio, caiu para sempre mergulhando já à sombra dos ciprestes. As razões determinantes da morte só serão conhecidas após divulgação do relatório médico, todavia, tudo aponta para o facto de Fernando Ambrósio não ter resistido à emoção que terá sido provocada pela excitação emotiva que rodeava o encontro, com os adeptos do Guarda a mostrarem-se exaltados perante uma arbitragem que nos dizem ter sido bastante infeliz.

Tóquio: valeu a pena

O técnico Roberto Fleitas, do Nacional de Montevideo, vai receber um prémio de 40 mil dólares, cerca de 6 mil contos, pela vitória na Taça Intercontinental em Futebol, ao derrotar o PSV Eindhoven, da Holanda, campeão europeu, em encontro disputado em Tóquio.

Prémios no valor de 120 mil dólares vão ser distribuídos pelos jogadores que fizeram um acordo com a direcção do clube, pouco antes de viajarem para Tóquio, tendo ficado estipulado que iriam receber três mil dólares pela presença e mais quatro mil dólares caso vencessem a partida.

O prémio de Roberto Fleitas foi estipulado há um ano quando o técnico assumiu o comando da equipa.

JOÃO SANTOS: BENFICA NÃO SERÁ UMA 'SARL'

O presidente da direcção do Benfica, João Santos, afirmou que o seu clube não se pode transformar numa «SARL», sendo no entanto necessário «geri-lo em termos de sociedade».

João Santos, que falava no decurso de uma entrevista que concedeu ao programa radiofónico «Vigésima Quarta Hora», considerou imprescindível encontrar soluções para que o Benfica possa viver com desafogo financeiro, sem depender exclusivamente das receitas do futebol.

Neste sentido o actual presidente benfiquista e candidato a novo mandato revelou que o clube projecta construir em terrenos próprios um hotel, um externato e um imóvel para escritórios, tencionando também instalar o bingo na mesma área.

Segundo João Santos «daqui a 4 ou 5 anos» o Benfica terá uma situação financeira que o tornará menos dependente do futebol profissional, tendo também em vista a construção de uma piscina olímpica com os rendimentos provenientes dos prédios citados.

O líder do clube da Luz disse ainda que no próximo recomeço da assembleia geral da colectividade será proposta alteração no que respeita à duração do mandato da direcção, de dois para três anos, e nas suas estruturas, apontando para dois presidentes-adjuntos e cinco ou seis vice-presidentes, um para cada área específica.

João Santos anunciou que o orçamento do Benfica para o próximo ano ascende a 4,5 milhões de contos, o que o coloca «entre as cem maiores empresas portuguesas».

O dirigente benfiquista afirmou, por último, que, no caso das associações o proporem, o seu clube apoiará a candidatura de João Rodrigues ou a de Fer-

nando Martins à presidência da Federação Portuguesa de Futebol.

O «DL» está em condições de informar que os empreendimentos anunciados terão a «rubrica» dos arquitectos Croft de Moura e Tomás Taveira. Será que iremos ter uma nova versão das Amoreiras na zona de Carnide?

**Gil Vicente -
- Portimonense
realiza-se esta
noite**

Aproveitando o facto de disputar no domingo o encontro com o Fafe, o Portimonense solicitou a antecipação para hoje (21 horas) a realização do jogo com o Gil Vicente a contar para a 3.ª eliminatória da Taça de Portugal que se concluirá na quarta-feira (dia 21).

Calendário muda

A direcção da FPF autorizou as seguintes alterações relativas à próxima jornada dos «nacionais» de futebol da próxima ronda:

1.ª Divisão: Belenenses - Boavista (21), no Estádio do Restelo.

2.ª Divisão - Zona Centro: Feirense - Portalegrense (15), no Estádio Marcolino de Castro; **Zona Sul:** Sacavenense - Barreirense (15), no campo do Sacavenense; União da Madeira - Atlético (16), no Estádio dos Barreiros (Funchal); Louletano - Esperança de Lagos (15.30), no Estádio Municipal de Loulé.

3.ª Divisão - Série B: Lixa - Leça (21), no campo do Lixa.

**Brasileiro para
a Académica**

Enquanto não chega o 30 de Dezembro (data limite para a «correção» da contratação de mais estrangeiros), os clubes

vão-se «municando» com a matéria-prima brasileira. Em viagem, estará Jones Minoso, avançado do Ferroviário de Araçuaia (S. Paulo) com destino à Académica e trazido pelo empresário Delano Vieira.

**Sub-21:
convocações**

A equipa técnica da FPF convocou os seguintes 28 elementos para treino de preparação da selecção dos sub-21: Dimas, Marito e Rocha (Académica); Zé Nuno, Cabral e Chico Nelo (Fa-

malicão); Rui Correia, Cadete e Jorge Ferreira (Vitória de Setúbal); Monteiro e Paulito (Boavista); Ribeiro e Quitó (Feirense); Mário Fonseca e José Carlos Mateus (Estoril); José Augusto e António Monteiro (Leixões); João Manuel (Académico de Viseu); Rui Gregório (Belenenses); Domingos (FC Porto); Vado (Portimonense); Festas (Rio Ave); Best (Salgueiros); Monteiro (Sintrense); Fernando Pires (Braga); Rui Filipe (Espinho); Brito (Farense); Nelson Reis (Santiago do Cacém).

ELES SÃO NOTÍCIA

**"Miguel Catela, antigo militante dos GDUP'S
resvalou até ao PSD onde parece
ser hoje persona grata"**

**João Rocha - antigo presidente
do Sporting (O Sporting)**

**"Tenho conhecimento de tentativas
de suborno por parte de dirigentes
que se têm verificado ao longo dos anos"**

**Pinto de Sousa - presidente
do Conselho de Arbitragem (RTP)**

**"Não tenho visto pontos fracos
na minha equipa"
Pedro Rocha - treinador
do Sporting (O Jogo)**

ANÚNCIO

A RN EP, pretende proceder ao trespasse de um escritório, parque, garagem e cave situados em Pontes de Monfalim.

(EN 248 ao km 15 entre Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço).

As propostas deverão ser remetidas em envelope fechado até ao dia 23/12/88 endereçado a:

**RODOVIÁRIA NACIONAL, EP, CEP 10
REF.ª: Trespasse instalações Pontes de Monfalim
Av. Casal Ribeiro, 18-B, 5.º Piso
1096 LISBOA CODEX**

Quaisquer esclarecimentos serão dados na morada acima indicada.

**RODOVIÁRIA NACIONAL, EP
CONSELHO DE GERÊNCIA**

G-03/84

RN RODOVIÁRIA NACIONAL

ANÚNCIO

A RN EP, pretende proceder ao trespasse de uma loja sita na Praça da República, 1 e 1-A, Ericeira.

As propostas deverão ser remetidas em envelope fechado até ao dia 23/12/88 endereçado a:

**RODOVIÁRIA NACIONAL, EP, CEP 10
REF.ª: Trespasse Loja Ericeira
Av. Casal Ribeiro, 18-B, 5.º Piso
1096 LISBOA CODEX**

Quaisquer esclarecimentos serão dados na morada acima indicada.

**RODOVIÁRIA NACIONAL, EP
CONSELHO DE GERÊNCIA**

G-03/84

RN RODOVIÁRIA NACIONAL

Kubitschek foi preso

O antigo Presidente do Brasil, dr. Kubitschek de Oliveira, foi preso ontem à saída de um teatro, no Rio de Janeiro, onde as autoridades mandaram proceder a numerosas detenções. Entre os outros detidos figuram Oswaldo Peralva, director do "Correio da Manhã", jornal que a Polícia apreendeu, Hélio Fernandes, director da "Tribuna de Imprensa", Joel Silveira, antigo correspondente de Imprensa durante a II Guerra Mundial e o deputado do Estado da Guanabara, Salvador Mandin, que é oficial do Exército do Ar. Segundo os observadores, pronunciando-se sobre a si-

tuação militar no Brasil, face a estes acontecimentos, «os duros venceram».

Estudantes rivais lutaram em Marselha

Deram-se, ontem à noite, violentos incidentes entre grupos de estudantes rivais na Faculdade de Medicina de Marselha. Registaram-se três feridos, entre os quais um comissário da Polícia. Foi pouco depois das 21 e 30 que um grupo de estudantes contestadores vindos da Faculdade de Ciências de Marselha, na sua maioria armados com cacetes e protegidos com capacetes, penetraram no anfiteatro da Faculdade de Medicina. (...) Os estudantes não tarda-

ram a chegar a vias de facto, tendo a Polícia comparecido de imediato.

Vem aí a gripe de Hong-Kong

Os Estados Unidos estão prestes a sentir os efeitos de uma epidemia de gripe assassina, que grassará entre 10 a 35 por cento da sua população em fins de Março, segundo prevê o Centro Nacional de Doenças Infecciosas desta cidade. Surtos da gripe de Hong-Kong - conhecida também como «gripe Mao» - foram registados em 32 Estados e em Porto Rico e o número de mortos começa a aumentar.

EM PORTUGAL

	1.6 h	Min.	Max.	As 13h.
Bragança	-2	-3	0.0	P. nub.
V. Castelo	1	1	0.0	Nebulosa
Vila Real	4	4	0.0	Limpo
Porto	5	4	0.0	Limpo
Coimbra	8	8	0.0	Limpo
C. Carveiro	8	9	0.0	Limpo
C. Branco	5	5	0.0	P. nub.
Portalegre	5	5	0.0	Limpo
Lisboa	7	6	0.0	Limpo
Evora	5	5	0.0	Limpo
Beja	5	5	0.0	Limpo
Faro	7	7	0.0	Limpo
Sagres	6	5	0.0	Limpo
P. Delgada	17	16	0.0	P. nub.
Horta	17	17	0.0	Encob.
Funchal	14	13	0.0	P. nub.

Temp. max. prevista para hoje: Lisboa 14, Porto 14, Faro 16, Ponta Delgada 18, Funchal 20.

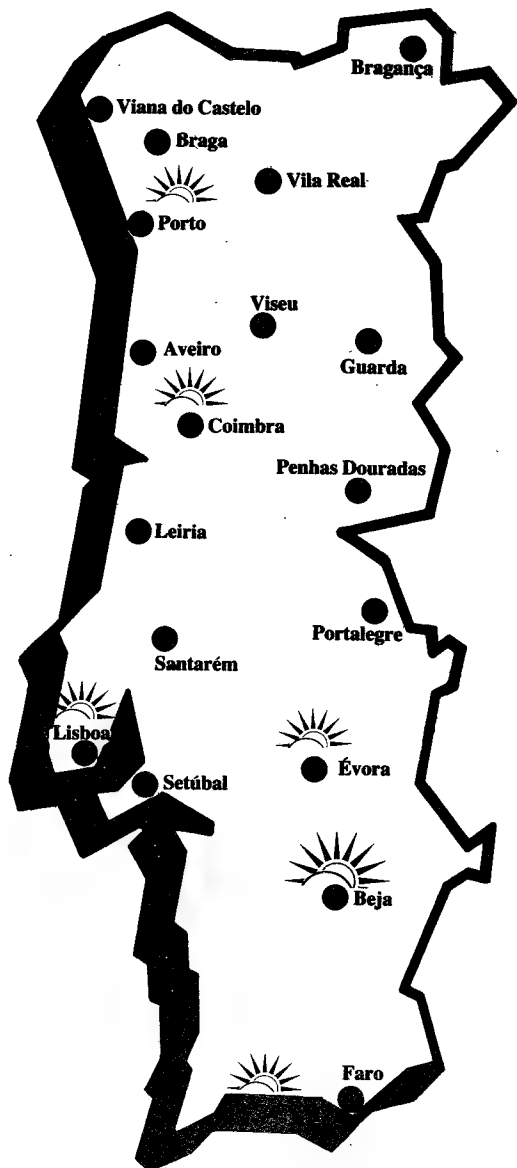
Temperatura do ar em °C • Precipitação em mm

NA EUROPA

	Min.	Max.	As 18 h.
Madrid	-3	-3	Limpo
Londres	7	7	Nebulosa
Paris	7	4	Muito nub.
Bruxelas	6	6	Muito nub.
Amsterdão	8	7	Encoberto
Genebra	-1	-1	Limpo
Roma	4	4	Limpo
Oslo	0	0	Pouco nub.
Copenhaga	3	3	Muito nub.
Estocolmo	-3	-3	Pouco nub.
Berlim	3	3	Pouco nub.
Viena	4	4	Aguac. neve
Varsóvia	2	2	Muito nub.
Atenas	8	8	Muito nub.
Moscovo	-10	-10	Muito nub.

NOMUNDO

	Min.	Max.	As 13h.
Caracas	15	23	Nublado
Joanesburgo	16	25	Nublado
Los Angeles	11	25	Nublado
Montreal	-24	-14	Nublado
Nova Deli	10	23	Limpo
Nova Iorque	-15	-7	Limpo
R. de Janeiro	20	30	Limpo
S. Francisco	9	19	Limpo
São Paulo	-	-	-
Tóquio	8	12	-



TEMPO

HOJE

No Continente:

Em todo o território: Céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco ou moderado de leste. Mar encrespado ou de pequena vaga com ondulação noroeste de um a dois metros na costa Ocidental e ondulação sueste de um metro na costa Sul.

Nos Açores:

Grupo Ocidental: Céu muito nublado, apresentando aberturas, a partir da tarde. Vento moderado de sul, por vezes forte, tornando-se fraco, a partir da tarde. Período de chuvas fracas, durante a manhã, e princípio da tarde.

Grupos Central e Oriental: Períodos de céu muito nublado. Vento moderado de sueste. Possibilidade de períodos de chuva fraca, no Grupo Central, durante a tarde.

Estado do mar: Mar de pequena vaga a cavado. Ondulação de norte de dois a três metros.

Na Madeira:

Céu com períodos de muito nublado. Vento geralmente moderado de nordeste.

Estado do mar: Costa Norte: Mar de pequena vaga. Ondulação de nordeste de dois a três metros.

Costa Sul: Mar encrespado ou de pequena vaga. Ondulação inferior a um metro.

Funchal: Céu com períodos de muito nublado. Vento geralmente fraco.

AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco ou moderado do quadrante oeste. Acentuado arrefecimento nocturno e formação de geadas.

DEPOIS

Céu geralmente limpo. Vento em geral fraco. Acentuado arrefecimento nocturno e formação de geada.

MARES

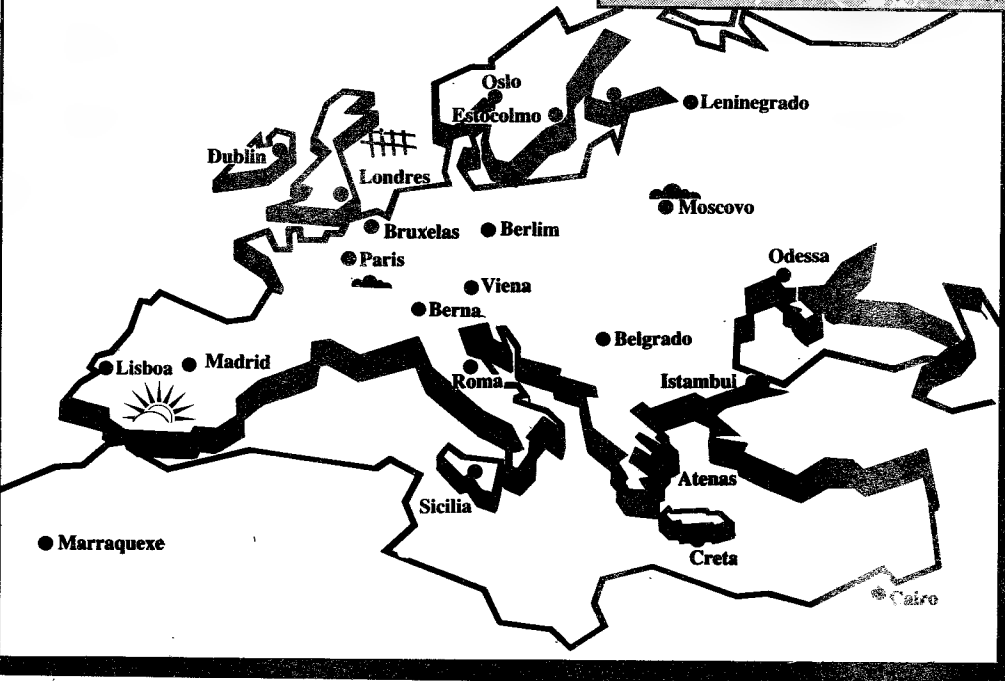
Hoje

Praia-Mar	Baixa-Mar
06.26 4.0 m	
19.03 3.6 m	12.22 1.3 m

Amanhã

7.20 3.9 m	00.37 1.5 m
20.01 3.6 m	13.23 1.4 m

Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.



EFEMÉRIDE S

1745 Violento incêndio destrói os Paços da Ribeira, em Lisboa.

1799 Morre George Washington, primeiro presidente dos EUA.

1911 O explorador norueguês Roald Amundsen torna-se o primeiro homem a atingir o Polo Sul.

1912 Louis Botha demite-se do cargo de primeiro-ministro da África do Sul.

1918 Sidónio Pais, presidente da República portuguesa, é assassinado, em Lisboa, junto da estação do Rossio.

1927 A Grã-Bretanha reconhece a independência do Iraque.

1937 O Japão estabelece um Governo fantoche chinês em Pequim.

1939 A União Soviética é expulsa da Sociedade das Nações.

1960 Vinte países assinam, em Paris, uma Convenção para formar a Comunidade Económica Atlântica.

1962 Morre o poeta português Teixeira de Pascoas.

1975 A França anuncia a intenção de auxiliar o Egipto a criar a sua própria indústria de armamento.

1978 Israel rejeita o pedido feito pelo secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, com vista à aprovação das alterações ao Tratado de Paz firmado com o Egipto.

1981 Por toda a Polónia, trabalhadores desencadeiam greves de protesto contra a imposição da Lei Marcial.

1983 Morre, em Lisboa, Sarah Afonso, pintora viúva de Almada Negreiros.

- O novo presidente da Argentina, Raul Alfonsín, ordena o julgamento de nove membros da antiga Junta Militar e sete dirigentes da guerrilha esquerdista, pelo seu papel na violência política na década de 70.

1984 Morre, em Madrid, o poeta espanhol Vicente Machel Alexandre, 87 anos, prémio Nobel da Literatura de 1977.

- O livro do presidente moçambicano Samora Machel sobre a independência do seu país é autorizado na África do Sul, ao cabo de uma proibição de sete anos.

1985 Seis negros sul africanos, um deles uma mulher, são condenados à morte por enforcamento pelo assassinio de um vereador, 15 meses atrás.

1987 O presidente da República, Mário Soares, inicia uma visita oficial de seis dias a Espanha. - Morre o escritor e artista plástico argentino Raul Damonte, 48 anos, autor, entre outros textos dramáticos, de «Eva Peron».

Festival Internacional de Filmes Realizados por Mulheres

MARGARIDA GIL: RELATO E RELAÇÃO

Luisa Alexandra Botinas

Uma relação fiel e verdadeira: pode ser o relato de algo que aconteceu ou que se quer contar, mas também se trata, aqui, dos laços fortes que unem dois seres humanos, laços de amor ou de paixão. É a ambiguidade deste conceito que é trabalhada por Margarida Gil nesta sua primeira longa-metragem, «Relação Fiel e Verdadeira», que faz parte da selecção do 1º Festival Internacional de Filmes de Mulheres que está prestes a terminar, no Instituto Franco-Português.

O filme de Margarida Gil é não só o relato que a freira Antónia Margarida de Castelo Branco faz da sua vida mas também a caracterização de uma certa vivência do Norte de Portugal e da condição feminina que subsiste ainda hoje no nosso país, passados que foram alguns anos da Revolução de

74. A opção pela rudeza das paisagens nortenhas e dos personagens e a forma como as captou neste seu filme são explicados pela realizadora: «Comecei a fazer documentários para televisão em 1975 e sempre tive um gosto especial pela reportagem e por apanhar directos e coisas que não estão pre-

vistas. No caso da 'Relação Fiel e Verdadeira' foram os decêns. Deixei-me seduzir pelas coisas que aconteceram perante mim. Neste caso, foram as paisagens nortenhas que me 'apanharam'. Penso que o acto de filmar é isso mesmo, é o desenvolvimento dessa atitude de não nos querermos impor perante o que nos rodeia. Quando fazemos um filme primeiro temos de ter em conta o que pensamos das coisas, depois a nossa relação com elas e ainda nas coisas elas mesmas. Quando olho através da câmara deixo-me influenciar pelo que vejo e tento transmitir essa afectação. É uma relação dialéctica em que acredito seriamente».

Apesar de se ter inspirado no relato arrebatador que uma freira do século XVII faz da sua vida, Margarida Gil transporta



Brás Meneses, o marido

o drama para o século XX, alguns anos depois do 25 de Abril. Esta mulher casa com um homem que a maltrata física e psicologicamente. O casamento deles é um verdadeiro inferno aos nossos olhos. Ele é um boémio que a despoja das suas riquezas materiais e espirituais. Trata-a de forma infra-humana inflingindo-lhe sevícias humilhantes, mas ela segue-o para todo o lado, como que hipnotizada por um fascínio inexplicável. Antónia mantém com Brás uma relação fiel e verdadeira onde a devoção e a dedicação que perpassa se torna doentia, mas que para ela é simplesmente algo que quer e deve aceitar. Margarida Gil conta como se sentiu afectada por aquele relato estranho: «Li o extracto da 'Relação' de Antónia num jornal, depois li o livro e foram determinados elementos da vida dela e da relação que mantinha com o marido que me provocaram uma certa curiosidade. Ao mesmo tempo, o seu relato irritou-me porque eu sabia que ela mentia e exagerava sobre o que dizia sobre o seu ma-

rido. A princípio pensei dar ao filme o mesmo nome que a freira deu ao seu manuscrito, 'Relação fiel e verdadeira que dá dos sucessos da sua vida a criatura mais ingrata ao Criador', porém achei que era um título demasiado literário, tive medo e não optei por ele».

Quando o filme foi debatido entre o público e a realizadora no decorrer deste Festival, verificou-se um sentimento generalizado de estranheza em relação à opção pela escolha do pós-25 de Abril como lugar temporal em que se desenrola a acção. Margarida Gil justifica-se: «Para mim o 25 de Abril é uma fronteira. A Revolução foi um acontecimento que me apanhou diametralmente, no que diz respeito à realidade que eu conheço, até porque venho da província. Com esta minha escolha não quis de modo nenhum escamotear o anacronismo que existe entre os dois períodos. Eu quis dizer que mesmo depois do 25 de Abril de 1974, e apesar dele, ainda persistem situações como a descrita por Antónia. Provavelmente seria mais

elegante enveredar por um tempo não situável, mas apesar do fim do fascismo ainda hoje morrem mulheres vítimas dos maus-tratos perpetrados pelos maridos. Quando estávamos nas filmagens soubemos que uma mulher grávida de cinco meses tinha sido morta à facada...».

Todavia, no filme a violência física não se sente nem se vê, embora uma tensão forte domine o ambiente. A realizadora fala do tipo de violência que existe naquela relação: «Quis fazer um filme violento onde se percebesse a violência daquela submissão estranha, uma ficção sobre o poder do Outro. Quem detém verdadeiramente o poder é a mulher, porque apesar daquela situação aberrante ela tem pelo marido um fascínio impressionante. Essa relação instável de poderes acaba abruptamente com a morte do filho de ambos, quando ele e ela o deixam morrer. É o cúmulo da abjecção».

Para encontrar actores que encarnassem os personagens da estória, Margarida Gil enfrentou algumas dificuldades. «Precisava de pessoas que tivessem as caras certas para Brás e Antónia. Precisava essencialmente de alguém que tivesse um olhar forte e duro tipicamente rural, camponês e se possível nortenho, no qual se pudesse descortinar o lado violento e desajustado das gentes do campo. Gostaria muito de ter tido a Maureen O'Hara para desempenhar o papel de Antónia, mas a Catarina tem também um olhar forte de que gostei muito», disseram.

Prosseguindo com a «relação fiel e verdadeira», verificamos que ela vacila porque cada vez se torna mais insuportável. Antónia parte para um convento e deixa o marido depois de 5 anos de vida em comum(?). Para Margarida Gil o enclausuramento significa «a desolação da sua vida». «Qualquer coisa morre nela, porque vai para um sítio onde tudo se esboroa e é desolado. Mas, há ainda uma certa esperança que se pode ler nos olhos de Antónia quando no fim nos fita fixamente», acrescenta Margarida Gil.

Segundo as críticas internacionais, a cineasta portuguesa aparece ligada à linha de Manoel de Oliveira, coisa que a realizadora contesta: «Exteriormente isso pode parecer, mas acho que não tem nada a ver, embora perceba porque digam isso».



Antónia, a mulher seviciada

Homenagem começa hoje no Porto

Agustina: 40 anos de vida literária



O jornal «Letras e Letras» e vários organismos cívicos e culturais do Porto prestam hoje homenagem à escritora Agustina Bessa-Luís, pelos seus 40 anos de actividade literária.

No âmbito desta iniciativa, que se prolonga até sábado, realizam-se três sessões no Ateneu Comercial do Porto, uma exposição bibliográfica, a edição de um catálogo, a emissão de uma colecção de postais e ainda uma escultura concebida por Irene Vilar.

A sessão inaugural ocorre hoje, às 21.30, no Ateneu Comercial do Porto, com um colóquio sobre «O sentido da Europa em Agustina», proferido pela ensaísta Maria da Glória Padrão.

Antes da intervenção de Glória Padrão, usarão também da palavra o director do «Letras e Letras», Joaquim de Matos, o director do Ateneu, Fernando de Sousa, e o presidente da Fundação António de Almeida, Fernando Aguiar Branco.

Quinta-feira serão oradores os escritores Silvina Rodrigues Lopes e Alvaro Manuel Machado e na sessão de encerramento, sexta-feira, as comunicações estarão a cargo de Oscar Lopes, o primeiro divulgador de «Sibila», e António Quadros.

Na noite de encerramento da homenagem, Irene Vilar vai fazer a apresentação pública de uma escultura e assinalar a efeméride. O terceiro momento da homenagem ocorre em Janeiro de 1989 e integrará uma exposição bibliográfica e a edição de um catálogo e de uma série de postais.

Maria Agustina Bessa-Luís nasceu a 15 de Outubro de 1922, em Vila Meã, Amarante, passou a infância na cidade do Porto onde frequentou o Colégio das Doroteias.

Parte da adolescência foi passada no Douro, onde escreveu, aos 16 anos, o primeiro romance e, pouco depois, um outro, ambos não publicados.

Depois de contrair matrimónio, Agustina fixou residência

no Porto em 1950, após ter escrito as suas duas primeiras obras conhecidas: «Mundo Fechado» e «Os Super-Homens».

Até 1980, Agustina viajou, conviveu com nomes importantes da literatura mundial, como Sartre, José Cela, André Chanson, Iwaskievicz, John Lehman, Anna Akmatova e Ellemire Zola e da comunidade literária portuguesa, nomeadamente Régio, Ferreira de Castro, Nemésio, Domingos Monteiro, Sena, Eugénio de Andrade, Forjaz Trigueiros e Sophia de Mello Breyner.

Produziu neste período 23 obras, designadamente «Sibila», que recebeu os prémios Delfim Guimarães e Eça de Queiroz, «Canção diante de uma porta fechada», galardoado com o Prémio Ricardo Malheiros, Homens e Mulheres, Prémio Nacional de Novelistica, «As Fúrias», Prémio «Ricardo Malheiros» e «Fanny Owen» e «Florbeila Espanca».

Detentora da Ordem de Santiago e Espada, concedida por Ramalho Eanes, pelos seus serviços nacionais, Agustina foi, em 1986/87, directora do «Primeiro de Janeiro».

Nos últimos oito anos, a escritora produziu 12 obras, com destaque para «Os Meninos de Ouro», Grande Prémio do Romance da Associação Portuguesa de Escritores, «A Memória de Giz», «A Corte do Norte» e «Prazer e Glória».

Esta homenagem em torno dos 40 anos da vida literária de Agustina Bessa-Luís é apoiada pela Fundação António de Almeida Ateneu Comercial do Porto Associação de Escritores da Região do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, Câmaras Municipais do Porto e Matosinhos e Governo Civil do Porto.

POLÍTICA E POLÍTICOS

CANAL DA CRÍTICA

Mário Castrim

FOI necessário que o PCP realizasse o seu XII Congresso para merecer alguma atenção do sector informativo da RTP.

Pode mesmo dizer-se que teve desta vez mais atenção do que noutras situações. Talvez se esperasse matéria de especulação mais substancial — e é de ver como, apenas num boletim de informação, a câmara apanhou várias vezes os rostos donde julgava esperar mais nortada.

Quando viu que as esperanças de «notícia» se dissipavam, o tempo de atenção baixou, o que se compreende. Diga-se que, tomando em linha os hábitos da casa, o trabalho da equipa destacada para o Palácio de Cristal apresentou um bom esforço de informação.

Ficando-me ainda por aqui: foi deficientíssima a assistência prestada pela RTP aos convidados presentes no Palácio de Cristal. Há anos esteve no Porto Mikhail Gorbachov. Foi ignorado, pura e simplesmente. Mais tarde, a RTPorceu a orelha. Esteve agora presente um alto representante da «perestroika».

A RTP não quis saber. Coitada. Não aprende com os seus próprios erros. É o máximo.

Vejam bem: Marchais vem a Portugal. Ninguém diga que não é uma importante personalidade de França. Pois, a respeito de entrevistas na televisão, nicles.

Ah, já sei, não digam mais nada: são critérios...

Ora a realização do Congresso suscitou a presença de Alvaro Cunhal na Televisão. Lá o tivemos na «Primeira Página». Foram seus adversários dois jovens repórteres.

A sério: escrevi adversários sem querer. Eu queria escrever entrevistadores e saiu aquilo. Deixo ir assim porque é, afinal de contas, a palavra que melhor se adapta às circunstâncias. E para chamar a atenção de todos os repórteres enquanto jovens.

Há que não confundir entrevista com debate. Evidentemente, as entrevistas podem assumir esse carácter, mas nesse caso impõe-se tratamento igual para todos. A diferença entre as entrevistas de Alvaro Cunhal e Miguel Cadilhe, por exemplo, é deveras chocante e não abona os critérios jornalísticos da RTP.

Os jovens entrevistadores levaram a sua agressividade longe de mais. Deram-se ao luxo de, eles próprios, emitirem opiniões e discutirem conceitos.

Assumiram-se (o moço, principalmente) como oponentes e não como entrevistados. Interrompiam por tudo e por nada. Adivinhem-se possíveis conselhos «olha que tu não deixes o gajo desbobinar...» Na ânsia de marcação chegaram a atropelar-se mutuamente — enquanto Alvaro Cunhal sorria...

Assim, não pode ser. Exige-se igual tratamento para todos os entrevistadores da Televisão. Sejam políticos ou não sejam. Por que razão tratavam João Rocha por «senhor» e agora, no «Jornal de Sábado», se trata Jorge Gonçalves por «você», sabendo-se que você é estrebalaria e que o mesmo valor em causa, ou seja, o Sporting, não varia segundo quem o representa?

É lamentável, isso é, que na informação da RTP se ande ao ritmo que é próprio da imprensa mais desqualificada. Miguel Sousa Tavares, no «Concordo ou Talvez Não», referiu a necessidade de a informação se não deixar manipular pelo Poder. Pois que o oçam lá por casa. Que meditem bem nas suas palavras. Com urgência.

II

A entrevista de Margarida Marante (ai que saudades dela na «Primeira Página...») ao ministro Roberto Carneiro prova que se pode atingir vivacidade e «polémica» sem se recorrer a facadinhas éticas. Claro que, se aquilo não fosse uma entrevista, mas um debate, Roberto Carneiro não se sairia com a mesma facilidade. Só que aquilo não era um debate, mas uma entrevista; Margarida Marante punha problemas, não os discutia.

A entrevista e a reportagem sobre o mistério do hipermercado embargado incluía-se na «Hora da Verdade», em secção intitulada À Margem.

O título não parece feliz por não representar sem ambiguidade, aquilo que os responsáveis desejaram. A expressão. Deitar à margem não significa o mesmo que notas à margem.

Deitar à margem: abandonar, desprezar. Estar à margem: estar junto de, ao lado de.

Aquela reportagem sobre o hipermercado não se adopta ao primeiro sentido, por ser o contrário dele; nem ao segundo, por merecer mais. Com um pouco mais de paciência, tínhamos ali uma Hora da Verdade.

A malta, por aqueles sítios, até se dá ao luxo de desperdiçar temas.

A emissão era dedicada aos comunistas a quem se chamava «os outros portugueses». Mal feito. Sem maldade, sinceramente acreditado. Mas está implícita uma ideia de diferença, injusta seja ela favorável ou desfavorável. Melhor que não se me-

ta o portuguesismo nestas coisas.

Foi exactamente desta opinião um militante de base do PCP, Artur Malheiro, que participava no programa. A provar que a atenção crítica à realidade é, naquela organização, pedra essencial de comportamento.

Do programa participaram ainda Ruben de Carvalho, chefe de Redacção do jornal «Avante!» e Vasco Pulido Valente, analista político.

Foi de Pulido Valente que partiu a melhor definição de uma maneira de ser: o Partido Comunista é um partido de militantes, os outros são partidos de eleitorado.

Ruben de Carvalho transformou esta sua breve aparição na TV numa verdadeira lição de arte de pensar. Mostrou como são nocivas as noções estereotipadas, as conclusões apressadas, o dogmatismo, o «pensamento feito» gerador das «frases feitas». Mostrou (e com que simplicidade!) que a Revolução de Outubro de 1917 não arrasou, como consequência imediata, a instauração de uma acabada organização racional da sociedade. A Revolução é rápida, mas o seu amadurecimento leva tempo. Ninguém poderá dizer que o poder da burguesia se estabeleceu logo a seguir ao jogo da pela.

Igualmente valiosa a sua afirmação de que o «Avante!» é, mais do que um jornal de propaganda, um jornal de informação dado que, de facto, se dirige principalmente a um público que já não necessita de ser conquistado pela propaganda.

Um dos momentos mais valiosos da emissão residiu sem dúvida na reportagem da reunião da célula comunista da EDP. Ela foi o exemplo de como um partido, como o PCP, seria menos misterioso e mais natural, se presenças como a de Ruben de Carvalho e reportagens como a da Hora da Verdade fossem mais frequentes.

III

Continuemos a falar de política, a pretexto do tema do «Concordo ou talvez não» que foi exactamente — a política.

Lénia Real moderou com exemplar... moderação. Participaram no debate Magalhães Mota, Barata Moura, Vasco Pulido Valente, Teresa Ambrósio, Pinto Ribeiro e Miguel Sousa Tavares. O debate iniciou-se na plataforma lançada por um depoimento de Luís Moita.

Procurava-se investigar sobre as relações entre a política e os valores morais. Como dizia aquele camponês num recital de poesia de Eunice Muñoz, não se percebeu nada mas a música foi muito bonita.

Não se percebeu, quer dizer, não se tirou uma conclusão. A música foi bonita, isto é, foi interessante de seguir aquele esforço para entender e dar a entender. Que a audiência aprecia, vê-se pela popularidade da rubrica.

Em tão curto espaço é impossível dar uma ideia da riqueza do debate, onde se exibiram, no fundamental, quatro posições: Teresa Ambrósio considera absolutamente relacionadas a política e a ética; Pulido Valente acha que não há relação nenhuma entre a política e os valores morais; Pinto Ribeiro (numa intervenção de muito interesse, pois recorreu a exemplos da vida política facilmente acessíveis) acha que, se o sistema em si próprio, não tiver uma construção moral, não haverá valores morais que resistam; e Barata Moura relaciona a política com valores morais, entendidos estes numa perspectiva individual, mas histórica.

E pronto. Os leitores podem meter tudo num batedor (ou shaker, se quisermos falar em português moderno) e fazer um delicioso, homogéneo coquetel. Porque tudo é isso e nada é só isso.

A confusão, como Barata Moura deixou entender, deriva de se meter a política e os políticos no mesmo saco.

À distância, podemos considerar a Revolução Francesa como essencial conquista de mais altos valores morais, o mais alto do qual consiste em organizar a sociedade de acordo com os interesses históricos dessa sociedade. Claro que, enquanto o caldeirão fervia, enquanto as forças se chocavam, muitos valores morais (individuais e colectivos) sofreram à grande.

Quem, dos meus leitores, quiser ver como uma tentativa de organização racional da sociedade pode conduzir a momentâneos irracionaisismos, pois leia o romance Os Deuses têm Sede, de Anatole France. Até poderá encontrar aí caminhos para entender fenómenos como o do estalinismo.

Por outro lado, e isso viu-se pelos telefonemas recebidos, alastra um certo repúdio pela política perante as falsidades dos políticos: estes prometem, prometeram, e vai-se ver não fizeram nada, ou fizeram o contrário...

São estes cidadãos responsáveis, como quer Pulido Valente? Também acho que não devem ser absolvidos, mas a responsabilidade é colectiva — e lá onde não existe uma informação de qualidade, evidentemente as pessoas são levadas a pensar mal. Aliás, como Pulido Valente não deixou de assinalar, o governo de Cavaco aboliu a discussão política na RTP, ele fomenta e utiliza a maior força motriz do êxito de certos políticos — e certas políticas: a ignorância dos outros.

PS — Que pena não poder falar hoje de algumas coisas boas: os tempos modernos (aqueles instantes de poesia com Mário Viegas, viram?) o elogio da leitura (com Manuel da Fonseca e João de Melo...) e outros. Fica para a outra vez.

Em tempo: que me desculpe Mafalda Veiga a quem teime em chamar Fátima. Isto acontece sendo eu seu admirador. Olha se não fosse? — MC

GRUPO TEATRO HOJE TEATRO DA GRAÇA/VOZ DO OPERÁRIO

«... um espectáculo inteligente servido por interpretações excelentes».

VALENTIM LEMOS — «Diário Notícias»

ÚLTIMAS
REPRESENTAÇÕES
ATÉ DIA 18

TENNESSEE WILLIAMS

Vieux Carré

3.º MÊS

Subs. SEC

Horário: de terça a sábado às 21.00 h

Domingo só às 16.00 h

MARCAÇÃO pelos Telef.: 87 56 26 — 87 58 00

"RECOMEÇAR", NOME DE DISCO: O SEGUNDO DO BRASILEIRO KÁKÁ

Chama-se Amílcar Batista da Cruz, nasceu no Rio de Janeiro, filho de pai português - de Leiria. Licenciado em Química, tem 27 anos e gosta sobretudo de cantar, de tocar seu violão, de compor suas músicas, de fazer seus poemas. "Recomeçar" é o título do segundo single de "Káká Brasil", nome por que é conhecido aqui por terras lusas, onde reside já lá vão mais de dois anos. "Recomeçar", pretexto para uma conversa com o compositor e intérprete brasileiro.



O chamado "bichinho da música" já vem de trás, dos tempos da adolescência em Maciô, no Nordeste brasileiro, onde foi vizinho de Djavan. No Rio, enquanto estudante, o violão como companheiro inseparável, pôde apurar o gosto pela música. Começou a compor, a escrever as letras... mas a "coisa" por lá continuava preta.

Um dia - infelizmente o motivo foi a morte de seu pai - teve que vir a Portugal tratar de inevitáveis problemas familiares, mas evidentemente que trouxe o violão na bagagem. Passados uns dias, já estava a actuar num pub leiriense. E pronto... logo decidiu não voltar ao Brasil. Durante três meses ficou-se por Leiria, onde actuou em bares e trabalhou também em rádios locais. A seguir o salto para Lisboa, onde consegue atrair as atenções de vários empresários. Os convites

sucedem-se e passa a actuar por todo o país. Káká fala com entusiasmo das suas apresentações em casas o "Anos 60" e o "Xafarix" do seu amigo Luís Represas, onde actuará de novo ainda este mês.

Tudo isto, bem entendido, é o próprio Amílcar (Káká) que nos conta de viva voz. Ele fala-nos também do seu primeiro disco, igualmente um single intitulado "Doce Companhia", que apesar de ter produção independente (distribuição Vidisco) e da promoção ter sido feita pelo próprio, se pode considerar sucesso.

Recomeçar: e depois?

E depois deste "Recomeçar", que projectos mais em mira?

«Para já - diz-nos Káká - entre mim e a Vidisco foi já assinado um contrato por três anos,

que contempla a gravação de um LP, em princípio para o verão do próximo ano; em Fevereiro, tenho previstos alguns shows em Los Angeles e Toronto e, em Março, uma saltada ao Brasil, onde espero ficar cerca

de um mês».

Para terminar, Amílcar Batista da Cruz fala-nos do disco de Káká Brasil: «Bem, o single tem dois temas de minha autoria (letra e música), "Recomeçar" e "Menina dos meus So-

nhos". Com produção, arranjos e teclas de Filipe Larsen, João Maló nas guitarras (ambos músicos que já trabalharam com Rui Veloso), Renato Junior que ajudou também nos teclados e trabalhou com Mafalda Veiga e Rão Kyao e ainda Henry de Sousa, que já gravou com Paco Bandeira.

Vale a pena trabalhar aqui em Portugal? - foi mesmo a última questão que pusémos a Káká. «Para mim, que me interessa sobretudo conseguir produzir trabalhos de qualidade, que aprecio os bons músicos e compositores tanto brasileiros como portugueses, o que posso dizer é que não estou arrependido pela opção que tomei. Sei que estão chegando por aí cada vez mais brasileiros desconhecidos a oferecerem-se por menos de metade do que me pagam, mas isso não me tem afectado. Compreendo-os, em parte, porque conheço as dificuldades do país em que nasci. Mas estou determinado a seguir em frente com os meus projectos. Se por acaso não der certo, a verdade é que ainda tenho o meu curso de Química - que dá para pegar um emprego, se bem que a música - assim continuo a acreditar - é o meu destino.

R B

Melina Mercouri convidada a visitar Portugal

O presidente da Fundação Gulbenkian, Azeredo Perdigão, convidou ontem a ministra da Cultura e Ciência da Grécia a visitar Portugal por ocasião da realização do próximo festival de cultura, que decorrerá em Lisboa.

Azeredo Perdigão, Maria de Jesus Barroso e Lucas Pires foram algumas das personalidades que ontem conversaram com Melina Mercouri, para quem a «cultura é a saúde da alma e da qualidade de um país».

Este conceito de cultura de Melina Mercouri, que ocupa a pasta da Educação e Ciência da Grécia desde 1981, é também corroborado por Mário Soares, de quem «é amiga de longa data».

«Tenho em comum com Mário Soares o mesmo fanatismo pela cultura» - disse Melina Mercouri, que manifestou grande admiração pelo Presidente da República Portuguesa que conheceu no exílio.

Para a ministra da Cultura da Grécia, que esteve várias vezes em Portugal, a últimas das quais em 1986, para assistir à cerimónia de investidura de Mário Soares, é necessário «salvar a cultura e os nossos artistas, senão a Grécia morre, apagando-se o seu rosto mais significativo».

No encontro que teve com a delegação portuguesa, Melina Mercouri defendeu a aproximação das relações culturais com Portugal e também com os outros países europeus, designadamente com os países de Leste.

JOALHARIA ANGOLANA, LIMITADA

Sede: Lisboa, R. dos Fanqueiros, n.º 59
Capital Social: Quinhentos mil escudos.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 24 400, a folhas 102 do L.º C-64.

DÉCIMO SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA; A CARGO DA NOTÁRIA LIC. LIDIA RODRIGUES MAIA DEVESSA.

Certifico, narrativamente para efeitos de publicação, que por escritura de 16 de Novembro corrente, lavrada de folhas 47 a 48v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 194-D, deste Cartório, foi elevado o capital social da sociedade comercial por quotas com a denominação em epígrafe, CENTO E VINTE MIL ESCUDOS, para QUINHENTOS MIL ESCUDOS, sendo o aumento de trezentos e oitenta mil escudos, integralmente subscrito e realizado em dinheiro por ambos os sócios, sendo duzentos e vinte e oito mil escudos pelo sócio, Américo Fontoura e cento e cinquenta e dois mil escudos, pelo sócio Armindo Marcelino Rodrigo; que em consequência deste aumento de capital, foi substituída a redacção do artigo terceiro do contrato de sociedade, pela seguinte:

TERCEIRO

— O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos valores que constituem o activo, é de quinhentos mil escudos e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de trezentos mil escudos pertencente ao sócio Américo Fontoura; e outra do valor nominal de duzentos mil escudos, pertencente ao sócio Armindo Marcelino Rodrigo.

Está conforme. — Lisboa e Décimo Segundo Cartório Notarial, aos vinte e um de Novembro de mil novecentos e oitenta e oito.

O 3.º Ajudante

Maria do Carmo Ramalho Branco Dias dos Santos

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GUARDA

ANÚNCIO

Faz-se saber que na Execução Sumária n.º 123/88, da 3.ª secção, do Tribunal Judicial desta comarca, movida pela exequente Cerâmica Duarte da Mota, Lda., com sede em Travasso-Pombal, contra ANTONIO JORGE CARDOSO, casado, comerciante, residente em parte incerta do Brasil, com última residência conhecida em Casas do Soeiro-Celorico da Beira e outros, é este réu citado para no prazo de cinco dias, que começa a correr depois de finda a dilação de trinta dias, contada da data da segunda e última publicação do anúncio, deduzir oposição, pagar à exequente ou nomear bens à penhora, sob pena de se considerar devolvido à exequente o direito de nomeação de bens à penhora.

Guarda, 88/11/30

O Juiz de Direito,

José Aureliano Barreto do Carmo

A escriturária,

Ana Margarida Costa A. Paz

«DL» 14/12/88 — 2.ª Pub.



A BARRACA

Apresenta no RITZ CLUB

Rua da Glória, 57
Reservas: Telf. 32 51 40

O BAILE DE HÉLDER COSTA

a partir da ideia de J.C. Penchenat e do filme de Ettore Scola

HORÁRIO:
de terça a a dom. às 21.30
As segundas não há espectáculo

DEFENDA-SE DE LOTAÇÕES ESGOTADAS. COMPRE BILHETES COM ANTECEDÊNCIA

8.º MÊS

Desconto de 50 % para jovens às terças e quartas-feiras

Por exigência do público regresso do grande êxito teatral da temporada antes da partida para o FESTIVAL DE CATIZ



Associação de Municípios para a Área Sociocultural

Amadora • Loures • Sobral Monte Agraço • V. Franca de Xira

O Príncipe Perfeito

António Borges Coelho

COM

Raquel Maria • Rui Mendes

Canto e Castro • João Lagarto • José Eduardo

José Gomes • Cremilda Gil • Luís Alberto

Argentina Rocha • Waldemar Sousa • Luísa Cruz

Rosa André • Rui Peixoto • José Martins

Mário Barradas • Amadeu Neves • Augusto Portela

Avelino Neto • Carlos Costa • Fernando Candeias

Fernando Gentil • F. Pedro Oliveira • Inês Pestana

João Carlos Vaz • Mendes da Silva • Rosa Alexandra

Rosário Carichas • Rui Resende

MÚSICA

António Victorino de Almeida

CENÁRIOS

Acácio Carvalho

COREOGRAFIA

Wanda Ribeiro da Silva

FIGURINOS

Manuela Bronze

ENCENAÇÃO

José Martins

José Peixoto

um espectáculo nos RECREIOS DA AMADORA

do

CENTRO DRAMÁTICO INTERMUNICIPAL ALMEIDA GARRETT



R. Santos Matos, 2
(Junto à Estação da C.P.)
Telef.: 493 01 19
de 3.ª a Sábado às 21.30
Domingos às 16 Horas
ATÉ 22 DE JANEIRO

À LUZ DOS PROJECTORES

Carlos Porto

ORQUÍDEAS À LUZ DA LUA, de Carlos Fuentes.
Tradução / Dramaturgia / Encenação / Figurinos: Xosé Blanco Gil. Cenografia: Ferreira d'Almeida.
Interpretação: **Fernanda Montemor, Alina Vaz e Francisco Soromenho.** Teatro Ibérico. Estreia: 18-11-88 (10-12-88).

O título, de um tango célebre, «Orquídeas ao Luar», transformado em «Orquídeas à Luz da Lua» — porquê? Talvez porque de facto neste espectáculo não há luz mas apenas luz de projectores. Razão insuficiente, desmentida pela má qualidade da tradução, triplamente traidora: da nossa língua, da linguagem teatral, provavelmente da literatura de Carlos Fuentes.

Começa-se por aqui porque vai sendo tempo de os responsáveis pelos espectáculos de teatro em Portugal, terem consciência (alguns têm-na) da absoluta necessidade do seu trabalho começar por aí, pelos cuidados com a tradução, no caso dos textos estrangeiros.

Carlos Fuentes é um grande escritor mexicano mas esta peça não é um grande texto dramático. Longe disso. É certo que o ponto de partida é um bom achado. Trata-se não de um encontro entre dois mitos do cinema latino-americano (Dolores del Rio e Maria Félix) mas da história de duas irmãs que resolvem assumir a personalidade das duas estrelas de quem são fãs, isto no dia em que morre um outro grande mito, Orson Welles, que aparece aqui por ter sido, diz-se, o grande amor da vida de Dolores del Rio.

O sinal da loucuras das duas irmãs (pelo menos é o que a mãe pensa delas segundo dizem) é dado no espectáculo por duas «chaises-Longues», uma de

cada lado do palco (cada uma tem o seu espaço), lugar da confissão psicanalítica.

Bom ponto de partida como desmontagem da mitificação do artista através da alienação dos seus fãs foi desaproveitado pelo dramaturgo como se este não soubesse muito bem o que fazer com ele. Acaba por ser mais rico o retrato de Maria Félix que surge como uma personagem operática, que o aparecimento de Alina Vaz no início exprime muito bem, enquanto Dolores del Rio se apaga, ou brilha menos, num percurso mais próximo

do do naturalismo.

Neste confronto entre duas estrelas (no qual tudo é evidentemente fingido), cada uma delas surge com as suas idiossincrasias, as suas obsessões, os seus fantasmas: o filho de Maria Félix e os seus amores múltiplos, a revolução e o amor de Orson Welles em Dolores del Rio, o corpo da primeira e a inteligência da outra, a glória, a decadência, etc.

Como que a confirmar a sua incapacidade em dominar o material de que dispunha, Carlos Fuentes faz surgir na segunda

parte da peça uma personagem bastante inverosímil que começa por aparecer como fã de Dolores del Rio, descobre Maria Félix, revela ser um jornalista especializado na elaboração de notícias cronológicas das grandes vedetas, acabando por denunciar a principal razão da sua presença: chantagiar Dolores del Rio por causa de um filme pornográfico que Maria Félix fizera na juventude. Atitude que não se entende pelo facto de o jornalista desconhecer a existência de Maria Félix. Dolores del Rio aceita a chantagem, aceita casar com o seu admirador (que detesta e que acaba por matar), o que leva Maria Félix ao suicídio (há leves sugestões de relações lésbicas entre as duas), numa cena, também ela de ópera.

Tudo isto é bastante confuso e pouco convincente e ainda por cima prejudicado por um texto sem nervo, pouco inventivo, sem intensidade dramática.

Visto numa noite de sábado na companhia de 15 espectadores, se tanto, este espectáculo do Teatro Ibérico põe de novo o problema da escolha de texto, tendo em conta os múltiplos condicionamentos de que sofre o nosso teatro. Não se desconhece que existem em língua castelhana, incluindo na América Latina, numerosos textos mais indicados para o público português, por isso não se entende a escolha desta peça.

Peça que vive quase só da capacidade dos seus intérpretes em tornarem plausíveis as suas personagens. Ponhamos de parte o caso de Francisco Soromenho

que está fora de um espectáculo profissional de tal maneira o seu trabalho é de mau amador. Felizmente não se passa o mesmo com Alina Vaz e Fernanda Montemor que são duas verdadeiras profissionais e têm a sorte de não serem licenciadas em Estudos Teatrais (?). Alina Vaz nem sempre consegue dominar a tendência para um tom declamatório numa personagem que o é por definição mas precisava de outro estilo de declamação. Por isso se a actriz tem um bom trabalho de composição e de gesto, o seu trabalho com a voz pareceu-ma com frequência deficiente, incapaz de exprimir as matizes do texto. Compondo muito

bem a figura e com a bonita voz de que dispõe, Fernanda Montemor consegue tornar a sua personagem mais convincente. Talvez haja por parte da actriz um excesso de apagamento que prejudica o desenho mítico da personagem. Mas, na linha escolhida, trata-se de um belo trabalho, aliás o que de melhor acontece no palco do Teatro Ibérico.

Sem esquecer outros elementos como o cenário que sinaliza o mundo de fingimento que as personagens habitam, os figurinos, a luz e a sonoplastia, adequadas, embora em termos de escolha musical, algumas cenas pedissem um envolvimento mais forte, mais eloquente e artificializante.

O aspecto mais positivo deste espectáculo consiste no facto da encenação não ter sacrificado o trabalho dos intérpretes, o que acontece com frequência no Teatro Ibérico.



Alina Vaz e Fernanda Montemor (foto de ensaio)

O cantor virá a Portugal fazer de Vasco da Gama

Comissão dos Descobrimentos "descobre" Plácido Domingo

Exposições, colóquios e ciclos musicais, que culminam com a apresentação em Lisboa da ópera «L'Africaine», onde o cantor lírico Plácido Domingo interpretará a figura de Vasco da Gama, foi anunciada pela Comissão dos Descobrimentos.

Dois elementos da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CN), Vasco Graça Moura e Mega Ferreira, revelaram em conferência de imprensa o leque de actividades que a Comissão se propõe realizar nos próximos anos e as que já estão em curso.

Na conferência de imprensa foram ainda entregues os prémios do concurso de jornalismo sobre os Descobrimentos, cabendo o primeiro lugar ao trabalho «E se mais Mundos Houvera lá Chagara», do jornalista Manuel Dias.

As acções concretas da CN, segundo Mega Ferreira, começam já com a implantação de um Pavilhão dos Descobrimentos na FIL, durante a Feira das In-

dústrias da Cultura, onde serão exibidos diariamente os primeiros diaporamas criados no âmbito das comemorações.

Também a muito breve prazo vai ter lugar um ciclo de música da época dos Descobrimentos, em diversos locais do País.

Paralelamente, decorre um concurso sobre a criação de novo logotipo que, uma vez aprovado, será promovido por figuras conhecidas do grande público, disse ainda Mega Ferreira.

Este elemento da CN revelou também que, no caso de Plácido Domingo vir cantar a Portugal (e há já avanços nesse sentido), se irá tentar levar o espectáculo às principais capitais da Europa.

«No próximo ano — disse —, Rui Veloso e Carlos Tê vão pre-

parar um ciclo de 20 canções alusivas aos Descobrimentos, com a consequente edição de um álbum duplo e de um vídeo».

Mega Ferreira referiu-se ainda à realização de vários programas para Televisão destacando dois deles, em fase avançada de produção: «O Caminho das Índias» e «A Viagem das Plantas», este último uma série documental sobre «as principais plantas que mudaram a face do mundo».

O comissário-geral da CN, Vasco Graça Moura, referiu-se a outras iniciativas, de âmbito mais vasto, tendo afirmado que o papel da Comissão é essencialmente de coordenar e impulsionar, no sentido de tornar as comemorações um acontecimento cada vez mais importante.

Foi já desencadeada, revelou, uma política de concessão de bolsas de investigação sobre os Descobrimentos, para além de estarem em curso conversações para, em conjunto com o Ministério da Educação francês, dinamizar nas escolas daquele país o

ensino sobre os Descobrimentos portugueses.

A divulgação da literatura portuguesa sobre os Descobrimentos e assinatura de protocolos com outros países com vista a um melhor conhecimento dessa época foram outras das acções preconizadas por Vasco Graça Moura.

Este acentuou que «Portugal não tem complexos em relação a Espanha» e que «não vai ser absolutamente nada esmagado em termos de comemorações», havendo colaboração e não rivalidade entre os dois países.

«Temos um programa a desencadear que nos permite contar com a colaboração de uma série de países, não só europeus, e da parte da Espanha há todo o interesse na colaboração», acrescentou Vasco Graça Moura.

Referindo-se à existência de críticas em relação ao funcionamento da CN, Vasco Graça Moura afirmou que elas se deveram «a uma difícil situação da Comissão, entre Maio e Setembro, altura em que lhe faltava uma entidade responsável» e

acrescentou que os problemas estão resolvidos e o interesse das pessoas é cada vez maior.

O programa das comemorações, que se prolonga para os próximos anos e que se propõe mobilizar a «comunidade e a consciência nacional portuguesas, aquém e além-fronteiras» tem como «ponto alto» deste ano, a viagem de Bartolomeu Dias.

Para além disso vai comemorar-se os 500 anos sobre a expedição de Rui de Sousa ao Congo, em 1991, estando Portugal presente, no ano seguinte, na Exposição Universal de Sevilha.

Em 1993 comemora-se os 450 anos da chegada dos portugueses ao Japão e em 1994 os 600 sobre o nascimento do Infante D. Henrique, para além de 500 anos sobre a celebração do Tratado de Tordesilhas. Nesse ano, Lisboa será a capital europeia da cultura.

A viagem de Vasco da Gama, com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, comemora-se em 1997 e 1998 e, no ano 2000 encerram-se as co-

memorações relembrando a viagem de Pedro Álvares Cabral (descobridor do Brasil) e o 5.º centenário do nascimento de D. João de Castro.

Em todas estas comemorações conta-se com o apoio e participação de países de África, Ásia e Américas, pretendendo a CN englobar as grandes áreas da investigação, edição e «marketing», para além das comemorações propriamente ditas.

Outra iniciativa da CN é a criação de um Museu dos Descobrimentos Portugueses, composto por uma unidade sediada em Sagres e outra em Lisboa.

Das comemorações constam ainda aspectos relativos às áreas da educação, explorando as potencialidades da Escola como foco de dinamização social e cultural.

Outras áreas ainda são consideradas: do teatro à arquitectura, do cinema à comunicação social, das artes plásticas ao património e à música, tendo sempre em vista despertar o máximo de interesse possível quanto ao valor e significado dos Descobrimentos Portugueses.

Mécia de Sena em Macau

Venho a Macau trazendo dentro de mim o relicário de uma viagem que nunca chegamos a realizar, diz Mécia de Sena frente ao Rio das Pérolas, recordando 30 anos de vida com Jorge de Sena.

A viúva do poeta, prosador e investigador está em Macau, a convite do Instituto Cultural do Território, para assistir ao lançamento de uma edição bilingue, em português e chinês, do conto «O Físico Prodigioso» e a inauguração de uma exposição bibliográfica sobre Jorge de Sena.

É a primeira vez que Mécia de Sena vem ao Oriente e o seu relicário é o que chama de um «amor partilhado com Jorge de Sena que sempre sonhou com a rota da ilha de Moçambique, Goa e Macau, que Camões peregrinou à procura da sua verdade».

«Jorge de Sena tinha as suas dúvidas, como toda a gente, de que Luís de Camões tivesse ou não passado por Macau. De qualquer maneira, Camões andou pelos mares da China, tal como pisou a ilha de Moçambique e Goa. Fazermos essa viagem era uma questão de paixão».

Não viemos. Cheguei agora, trazendo um relicário», afirmou Mécia de Sena, comovida.

Macau, a evocação de Camões, da sua gruta em Macau, desperta por isso na companhia de Jorge de Sena, que, segundo diz, «sempre se considerou, no mínimo, como um amigo pessoal do poeta doutro século», sentimentos contraditórios.

«Portugal deixou por esse mundo restos, restos e ruínas que muitas vezes nem se procuram preservar, mas aqui, em Macau, o que choca é a fragilidade, quase a ausência de raízes culturais portuguesas», refere Mécia de Sena à Lusá.

Ainda assim, ela própria afirma ter encontrado uma «certa grandiosidade inesperada nos edifícios de traça colonial, alguns recantos velhos da cidade, que transmitem uma atmosfera de recato e sossego».

Agora, aos 68 anos de idade, esta é também a oportunidade para Mécia de Sena tentar concretizar um anseio «quase inexplicável» de visitar Cantão.

«Sempre que nos mudámos de casa e país, o Jorge de Sena nunca se separou de dois tamboretos de loiça. Eram os tamboretos de Cantão que alguém oferecera a seu pai, comandante da Marinha Mercante, quando ele fazia a carreira do Oriente.»

Mécia de Sena conhece de cor a poesia que diz que «o amor tem todos os sentidos/para quanto o rodeia e está com ele/onde ele estiver» mas, ainda agora, não sabe explicar como é que «aqueles tamboretos de uma vida inteira podem atrair assim uma pessoa para Cantão».

MEMÓRIA DE ESTREMOZ RURAL NO MUSEU DA ALFAIA AGRÍCOLA

PATRIMÓNIO

Rodrigues da Silva

ESTREMOZ, conhecida pelos seus barros, pode (e deve) sê-la também agora por um museu raro em Portugal, País rural: o Museu da Alfaia Agrícola. Agora, porque este museu é de constituição recente. Ganhou forma há menos de dois anos, a partir de duas pequenas mostras de artesanato do concelho, realizadas em Janeiro e em Abril de 1987. De então para cá, a ideia ganhou forma e o entusiasmo camarário e particular, a ponto do museu ser hoje uma realidade já, com declaração de interesse cultural e tudo.

Tudo é um modo de dizer, porque se a declaração de interesse cultural, rubricada em Setembro último por Teresa Gouveia, garante ao museu deduções fiscais, não lhe proporciona maneira de, do pé para a mão, editar um catálogo que custa o dinheiro que não há.

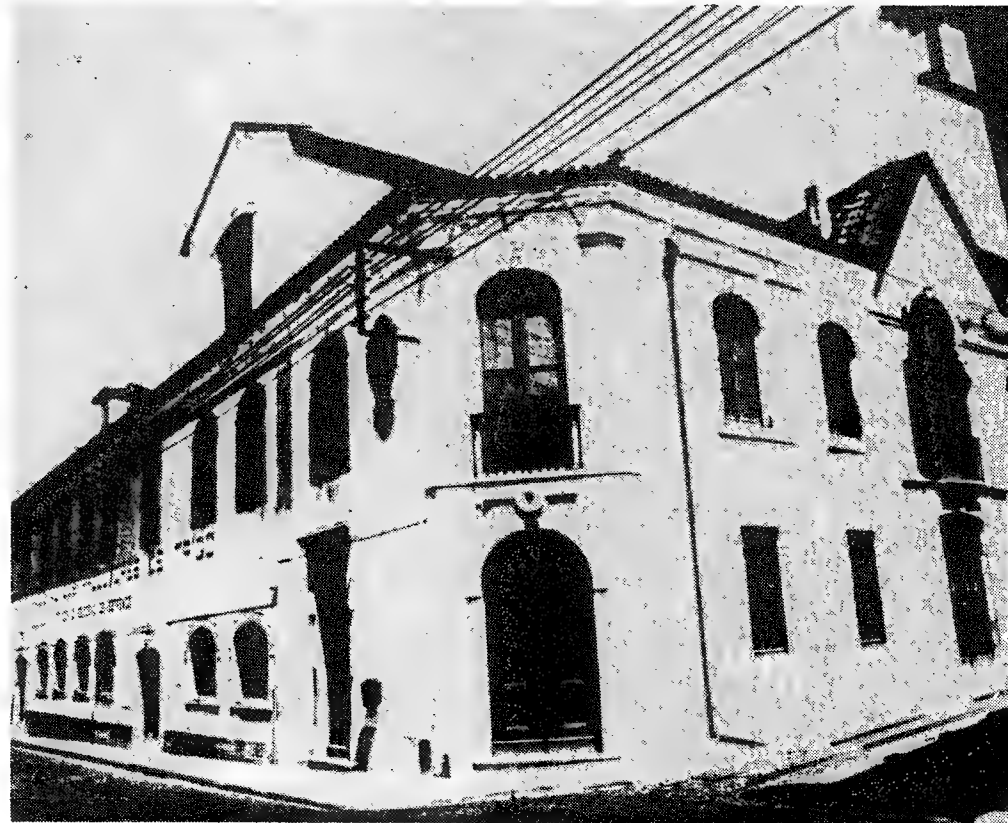
Aparentemente, é só o que lhe falta, para regalo, compreensão e memória dos visitantes. Porque, quanto ao resto, o Museu da Alfaia Agrícola de Estremoz tem pelo menos o suficiente para, no seu género, ser o maior do País.

São 4 mil as peças ali reunidas, todas, é bem de ver, directamente relacionadas com os trabalhos e os dias do campo alentejano. Da primeira máquina ceifeira, mais do que cente-

quena carroça que servia para ser puxada por... um carneiro.

Sobressaem as gigantescas máquinas agrícolas que entraram em funcionamento ainda no século passado e assim iniciaram a substituição do trabalho braçal da ceifa, dobragem de fardos e outras tarefas só substancialmente por conhecedores.

Os leigos, esses limitam-se a admirar estes instrumentos de uma primeira era industrial que no museu ganham estranhas formas, por vezes quase abstractas. O guia, no entanto, explica e o guia, desta vez, não é apenas uma memória mecânica. É um homem que sabe, não porque fixou o que lhe ensinaram, mas porque aprendeu ele próprio por ter visto e muitas vezes traba-



lhado com o que o visitante citadino não percebe para que alguma vez serviu.

Ele, o guia, sabe e perante o olhar incrédulo do visitante tira as peças do lugar e nas suas mãos elas voltam a ganhar os contornos reais que tiveram numa outra vida passada.

Assim, com as três canas penduradas numa velha foice. «Para que eram as canas?» «Ora, para que eram, para se meter nos dedos da mão esquerda que apanhava o trigo e não deixar que a foice os cortasse.» Toda uma sabedoria milenária aqui conservada em três minúsculas e ocas canas, capazes, só por si, de reescrever a História.

Uma história que se reescreve aqui, também, com a memória da nossa língua reencontrada. Com o desuso de certas funções e utensílios, foram outras tantas expressões, outros tantos vocábulos, que desapareceram: quem sabe hoje o que é ou foi, exactamente, um «ganhão», um

«perunzeiro», um «valadeiro», a «rilheiração», o «lançarote», o «mantieiro»?

Sabemos ainda quem foram os «ratinhos», os migrantes beirões que, pelas ceifas, desciam até ao Alentejo, à procura do muito trabalho e da parca comida. O guia sabe, diz entre dentes, «era das seis da manhã até o sol se pôr...» e como ele, se põe tarde nesse estio da campina alentejana.

Olhamos um tanto incrédulos para tudo isto. Vimos da cidade, pertencemos a outra era e a bem dizer a outra civilização. Um velho com sua navalha, todavia, quis deixar para a posteridade como era a vida «no seu tempo», no tempo da sua «criação».

E são, em miniatura de madeira talhada, com infinito jeito e muita paciência, verdadeiras maquetas, um tempo subitamente devolvido através da imagem. Tudo, absolutamente tudo, da casa grande do senhor ao buraco do porquero, da serra de cortar

lenha à lamparina com que se iluminavam as noites. Um espanto de fidelidade, um prodígio de memória, umas mãos que sabe-se lá o que teriam dado noutro tempo, noutro lugar. Um museu dentro do museu.

As vezes o guia não sabe, ou só sabe de ouvir dizer, no seu tempo já não era assim. Exemplo: A bateadeira de madeira, estranha forma geométrica ou peça escultórica, ao lado da qual, noutros tempos, se passaram vidas inteiras de mulheres que, à força de manivela, iam dando voltas ao leite.

Há de tudo: dos adereços de bovinos e muareis à faca e ao barro da matança do porco; do vestido e do lenço de mulher ao fogão da cozinha, à mesa da ceia, ao prato da pouca ou da muita comida.

Talvez mais da muita. Todas estas peças foram cedidas por lavradores, estavam ao abandono, em ruína próxima. É pouco provável que o trabalhador braçal, operário agrícola, tenha para este museu contribuído com alguns despojos.

A não ser o seu essencial: a vida. Porque, se este Museu da Alfaia Agrícola de Estremoz espanta pela importância do seu espólio, o outro espólio, esse, tem que se imaginar.

É o trabalho dos que, ao contrário destas peças salvadas, não ficaram para a História. E, no entanto, foi com esse trabalho que a História se fez.

Assim como quem diz que nenhuma máquina daquelas andou sozinha, assim apetece adivinhar que corpos, que rostos, que mãos estiveram um dia ao lado destas máquinas, destes instrumentos todos, destas 4 mil peças de museu: para elas viverem, por elas morrerem, com elas fizeram brotar o seu — nosso — pão de cada dia...

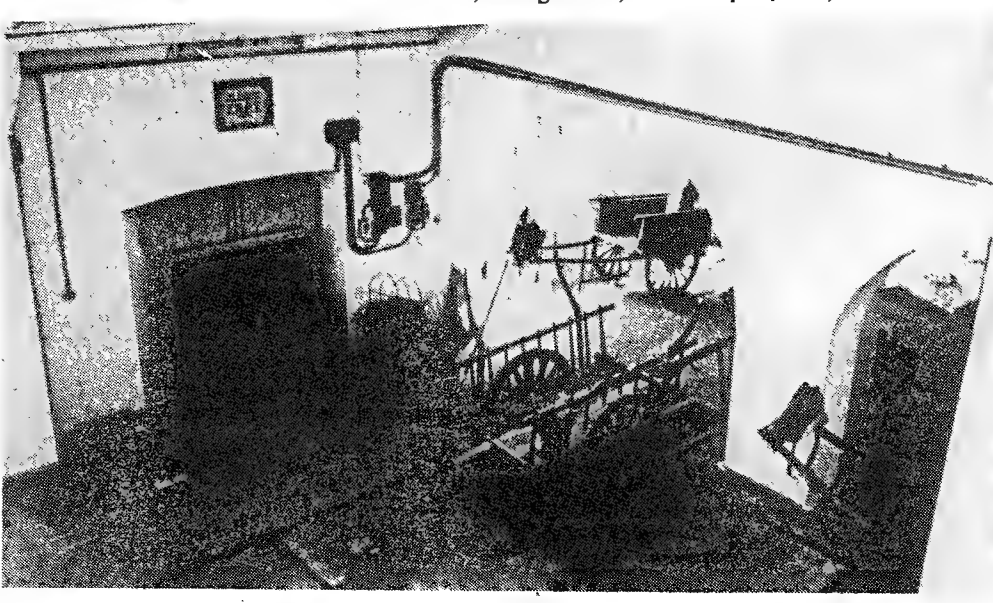


nária, aos talheres que se usavam na casa rural de Estremoz, ainda há uns trinta ou quarenta anos há ali de tudo um pouco.

O edifício onde está instalado é, logo em si, uma peça de museu, já que, antes de pertencer à EPAC e à ex-Federação Nacional dos Produtores de Trigo, tinha sido uma moagem, a primeira moagem eléctrica que Estremoz conheceu, vai para um século.

Como a História atrai a História, o edifício está situado num dos limites urbanos de Estremoz, junto à muralha setecentista, no início da estrada que liga a cidade a Régua.

Lá dentro, em espaços amplos e relativamente bem conservados, reúnem-se as peças, no rés-do-chão as grandes máquinas, carros de trabalho e lazer da tradição local, e mesmo uma pe-



Alfas Triplex

— T. 806496

Alfa 1

WILLOW, NA TERRA DA MAGIA

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Alfa 2

A PRIMEIRA DENTADA

(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Alfa 3

FUGA À MEIA NOITE

(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Alfa 4

O PASSAGEIRO DA LUA

(maiores 6 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 h

Alfa Club

MARCELINO PÃO E VINHO

(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Amoreiras

Amoreiras 1

WILLOW NA TERRA DA MAGIA

(maiores 12 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 24.00 h

Amoreiras 2

O PASSAGEIRO DA LUA

(maiores 6 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 24.00 h

Amoreiras 3

UM PRÍNCIPE EM NOVA IORQUE

(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Amoreiras 4

ALGEMAS DE CRISTAL

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Amoreiras 5

FUGA À MEIA-NOITE

(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 h

Amoreiras 6

ENTRE O INFERNO E O CÉU

(maiores 16 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 24.00 h

Amoreiras 7

A HORA DOS HERÓIS

(maiores 12 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 24.00 h

Amoreiras 8

OS CANIBAIS

(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Amoreiras 9

O SEGREDO DE MILAGRO

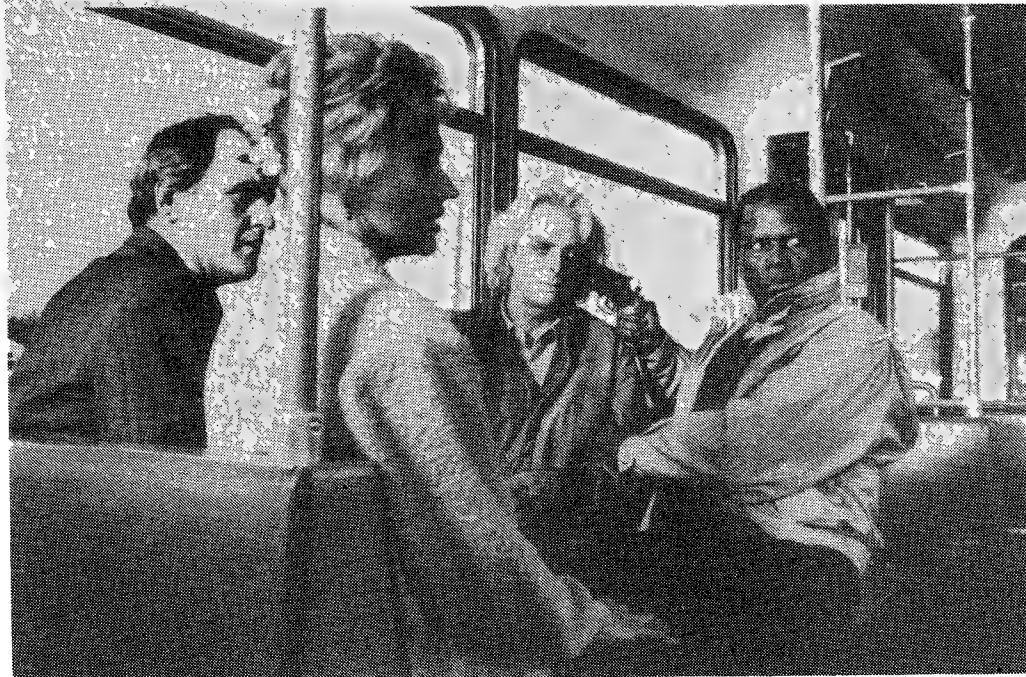
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Amoreiras 10

PRETO NO BRANCO

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.30, 21.30 e 00.15 h

Pub.



"O Pequeno Nikita" — quando ele adormeceu era um típico rapaz americano. Ao acordar era filho de espões russos. — em exibição nos Cinemas: Terminal, 7.ª Arte e Babilónia Amadora

Apolo 70

ALGEMAS DE CRISTAL

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Ávila

— T. 539930

PAPUÇA E DENTUÇA

(maiores 6 anos)
15.00, 17.00, 19.00, 21.45 e 23.45 h

Berna

— T. 776098

WILLOW, NA TERRA DA MAGIA

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Capitólio

— T. 372358

UM CHEIRO A SEXO

(interdito men. 18 anos)
15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00 h

Cinebolso

SEXO EM MIAMI

(maiores 18 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
Pornográfico

BURLONAS SEXUAIS

(maiores 18 anos)
23.30 h

Cine Camões

T. 324194

PHANTOM

(O NINJA BRANCO)
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Cine 222

— T. 533253

SALSA

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
FOGO CONTRA FOGO

24.00 h

Cinemateca Portuguesa

A exhibir no Porto até 19/12/88

Cine Portela

— T. 9434773

Estúdio Anusha

MANUEQUIM

(maiores 6 anos)
14.45, 17.00 e 21.30 h

Estúdio Sheza

BOM DIA VIETNAM

(maiores 16 anos)
15.00, 17.15 e 21.15 h

City Cine

— T. 549999

UM GENTLEMAN

EM NOVA IORQUE
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Condes

— T. 322523

CORPOS ESCALDANTES

(maiores 16 anos)
14.00, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Eden

— T. 320768

VIOLÊNCIA NOS MARES

DA CHINA
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Estúdio

— T. 555134

LACA

(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Estúdio ACS

— T. 887255

FRENÉTICO

(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Fonte Nova

— T. 7145109

SALA

(maiores 12 anos)
14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 h

AS PROFISSIONAIS DO SONHO

(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Sala 2

A FÚRIA DA HONRA

(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.15 e 21.45 h

Sala 3

GELO E FOGO

(maiores 6 anos)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.15 h

Forum Picoas

— T. 541037

ASSIM NASCE UMA ESTRELA

(maiores 12 anos)

Gemini

— T. 734009

O PASSAGEIRO DA LUA

(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Hollywood

— T. 802859

CORPOS ESCALDANTES

(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Sala 2

ARMADILHA DE VÊNUS

(maiores 16 anos)
14.15, 16.30, 18.45, 21.30 e 23.45 h

Império

— T. 555134

A FÚRIA DA HONRA

(maiores 16 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

King Triplex

SALSA

(maiores 12 anos)
14.30, 17.00, 19.30, e 21.45 h

Sala 2

ARMADILHA FATAL

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.15 h

Sala 3

BARFLY - AMOR MARGINAL

(maiores 16 anos)
14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 h

Las Vegas

— T. 631162

Sala 1

A MULHER DO PRÓXIMO

(maiores 12 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Sala 2

CORPOS ESCALDANTES

(maiores 16 anos)
15.30, 18.45 e 21.45 h

Londres

— T. 801313

A MULHER DO PRÓXIMO

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Mundial

— T. 538743

WILLOW, NA TERRA DA MAGIA

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Sala 2

A ÚLTIMA TENTAÇÃO DE CRISTO

(maiores 16 anos)
15.15, 18.15 e 21.30 h

Sala 3

O PASSAGEIRO DA LUA

(maiores 6 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45 e 21.45 h

Nimas

— T. 574362

ENTRE O INFERNO E O CÉU

(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 h

Odeon

— T. 326283

CHASE - O PERSEGUIDO

(maiores 16 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Olimpia

T. 325309

NEGÓCIOS DO VÍCIO

Pornográfico
A partir das 14 horas
Sessões contínuas
(maiores 18 anos)

Pathe

— T. 821933

XANGAI

(maiores 12 anos)
15.00, 17.00, 19.00 e 21.00 h

Politeama

T. 326305

A FÚRIA DA HONRA

(maiores 16 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Quarteto

T. 771378

Sala 1

A MULHER DO CHEFE DA ESTAÇÃO

(maiores 16 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

FORA DOS LIMITES

(maiores 16 anos)
23.45 h

Sala 2

MILHO VERMELHO

(maiores 16 anos)
15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h

A BAMBÁ

(maiores 12 anos)
23.30 h

Sala 3

BIRD

(maiores 12 anos)
15.00, 18.30 e 21.30 h

HUMILHAÇÃO

(maiores 18 anos)
24.00 h

Sala 4

A LEI DO DESEJO

(maiores 18 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

FINALMENTE DOMINGO

(maiores 12 anos)
23.30 h

S. Jorge

T. 579144

Sala 1

WILLOW NA TERRA DA MAGIA

(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Sala 2

FUGA À MEIA-NOITE

(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.10 e 21.45 h

Sala 3

A MULHER DO PRÓXIMO

(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 h

7.ª Arte

— T. 730715

— T. 730715

BOM-DIA VIETNAM

(maiores 12 anos)
15.00, 17.00, 19.00, 21.30 e 23.45 h</

PAUL MATHIEU NO ESCORIAL

Entre as 12 e as 24 horas de hoje e de amanhã, ainda pode apreciar, na Galeria de Arte do Restaurante Escorial (R. das Portas de Santo Antão, 47), uma exposição de pintura da autoria de Paul Mathieu. Pintor autodidacta nascido em Bruxelas em 1953, este artista permaneceu longos anos em Itália e vive em Portugal há nove. Desde 1975, Paul Mathieu realizou diversas exposições e executou variados trabalhos (design, ilustração, esculturas e pinturas para lugares públicos). Entre as exposições, destaque para

as que realizou na Galeria do Hotel Meliá em Palma de Maiorca, na Galeria Al Sole em Suzzara (Itália), Hotel Palácio do Estoril, Colectiva no Casino Estoril, Junta de Turismo da Ericeira, Museu Regional de Sintra, Palácio dos Coruchheus, Europa Clube-Overijse em Bruxelas. Esta é a terceira exposição de Paul Mathieu no Restaurante Escorial. O artista, que utiliza várias técnicas para realizar as suas paisagens - que são uma mistura de realidade e imaginação - está representado no Museu Regional de Sintra e no Museu da Cidade de Lisboa.



EXPOSIÇÕES

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA: até Março de 89, a exposição temporária "Imagens do Tempo", escultura portuguesa do século XIII ao XVIII.

MUSEU NACIONAL DO TRAJE: até 28 de Fevereiro de 89, Tapeçarias de Vieira da Silva.

MUSEU NACIONAL DO TRAJE: até 30 de Dezembro, uma exposição de Maria José Oliveira de "Ourivesaria Têxtil" intitulada "Pano para Mangas". E ainda as exposições: "tapeçarias de Vieira da Silva" até 28 de fevereiro de 89; exposição evocativa do marquês de Angeja, "Tapeçaria de Cidália de Brito, "Travessia sobre a Época de Fernando Pessoa", traje de 1888 a 1935, até 31 de Dezembro de 1989; "Traje de Ópera - Guarda Roupas de Tomás Alcaide" até 30 de Dezembro de 1988.

BIBLIOTECA NACIONAL: até meados de Fevereiro, a exposição "Fernando Pessoa no seu Tempo", com o lançamento das obras "Fotobibliografia de Fernando Pessoa" e o número especial da "Revista da Biblioteca Nacional" dedicado a Pessoa.

MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS: exposição evocativa de Fernando Pessoa "O Ganges passa também pela Rua dos Douradores".

FUNDAÇÃO GULBENKIAN: a exposição do pintor e diplomata brasileiro Sérgio Telles: óleos, desenhos e litografias.

GALERIA ARCADEA (Parque do Estoril): até 11 de Janeiro, todos os dias das 11 às 13 e das 14 às 19, a

exposição "Colectivo Ilustre"- Ilustração/ Desenho/BD.

GALERIA MIRON (R. do Mirante, 14 r/c à Feira da Ladrão): até 9 de Janeiro, pintura de Lança Semedo, de segunda a sábado das 15 às 20.

LOJA DE DESENHO (R. da Academia das Ciências, 2B): até 7 de Janeiro, de terça a sábado das 15 às 19,30, a exposição "Figuras" com trabalhos de Ana Jota, Areal, Arpar Szenes, Gaetan, Miguel Branco e Xana.

LIBRIS (Largo Trindade Coelho, 4): até 29 de Dezembro, pintura de Pedro Freitas.

FIL: até 22 de Dezembro, integrada na Feira das Indústrias da Cultura, uma colectiva de fotografia promovida pela Associação Portuguesa de Arte Fotográfica.

SNBA (R. Barata Salgueiro, 36): a exposição "Revelações em Papel: Desenhos da América", que inclui 35 desenhos da autoria de 20 artistas norte-americanos vivos.

FIL: até 19 de Novembro, a II Exposição/Venda integrada no programa de incentivos ao emprego/ conservação do Património Cultural

INSTITUTO FRANCO-PORTUGUÊS: até 30 de Dezembro, "O Carro Eléctrico - Personagem de Lisboa", fotografias de Jean-Claude Remy.

GALERIA ARCADEA (Parque do Estoril): até 11 de Janeiro, exposição de Nova Joalharia.

COOPERATIVA ALVES REDOL (Vila Franca de Xira): até 18 de Dezembro, uma colectiva de escultura, gravura e pintura.

GALERIA DE CON-STANÇA: Exposição Outono 88-Inverno 89, com obras de Bual, Isabelino, M. Adelaide Lima Cruz, Mário Cesariny, Paulo Ossião, Relógio e Rico Sequeira.

CASA DE BOCAGE (Setúbal): até 31 de Dezembro, pintura e azulejo de José Arôcha.

BOHEMIA (C.ª Marquês de Abrantes, 38-A): até 31 de Dezembro, pintura de Fernando Silva.

QUADRADO AZUL (R. de Costa Cabral, 777): pintura de Matilde Marçal.

GALERIA ESPIRAL (R. Cândido dos Reis, 90-Oeiras): até 30 de Dezembro, colectiva de desenho, pintura, escultura e gravura de Luís Ralha, João Vaz de Carvalho, Alípio Pinto e Ilda Reis.

GALERIA EMI-VALENTIM DE CARVALHO (R. da Cruz dos Poiais, 111): exposição do 4º aniversário da galeria, "Pintura Anos 60/70/80", de Álvaro Lapa, Ângelo de Sousa, António Sena, Joaquim Bravo e Jorge Martins.

GALERIA ALMADA NEGREIROS (Av. da República, 16): a exposição iconográfica "Fernando Pessoa - O Impossível - Possível Retrato" com trabalhos de Almada Negreiros, Júlio Pomar, Costa Pinheiro, Mário Botas, Artur Bual, Pedro Chorão, José João Brito, Rico Sequeira, Miguel Yeco, Laura Cesana e Alfredo Margarido.

GALERIA DE ARTE DO CASINO ESTORIL: até 2 de Janeiro, o IX Salão de Outono.

GALERIA DIFERENÇA (R. S. Filipe Nery, 42): até 8 de Janeiro, desenhos de Pedro Proença. de terça a sexta das

15 às 20, sábados e domingos das 16 às 19.

GALERIA 12 A (Costa do castelo, 12-A): até 23 de Dezembro, a exposição de Sofia Pinto Coelho "Bastidores de um Filme em Lisboa de Samuel Fuller".

GALERIA ROMA E PAVIA (R. D. Manuel II, 346-B-Porto): até 3 de Janeiro, de segunda a sábado das 14,30 às 20, a exposição "Uma Geometria do Desejo" de Fernando Marques de Oliveira.

GALERIA ALGARVE (Páteo da Aldeia, Areias de S. João-Albufeira): pintura de José Paulo Ferro.

GALERIA S. BENTO (R. do Machadinho, i-ao Quelhas): até 3 de Janeiro, pintura de Manuel Gantes, de terça a sábado das 11 às 13 e das 15 às 20, segundas das 15 às 20.

ATELIER TROUFA REAL (R. da Horta Seca, 11-2º-Dt.): até 18 de Dezembro, escultura de Francisco Rocha.

SOCIEDADE DE LÍNGUA PORTUGUESA (R. de S. José, 41): até 31 de Dezembro, "Três Mulheres" apresentam trabalhos de artesanato: M. Jesus, João e Ana.

GALERIA S. FRANCISCO (R. Ivens, 40): até 30 de Dezembro, a exposição de moderna joalharia, da autoria de Alberto Gordilho.

GALERIA ANTÓNIO CLARA (Av. da República, 16): até 16 de Dezembro, exposição de fotografias de Orlando Batista, que também lança o seu álbum "Imagens" com poemas de M. Luisa Polleri.

GULBENKIAN (galeria de exposições temporárias): "A Arte eo Sagrado", colecção de João Marino.

MUSEU DE SETÚBAL: até 11 de Dezembro: a exposição

de poesia visual "Outra Escrita Novo Suporte".

GALERIA DO MONTE (Santarém): até 31 de Dezembro, a colectiva de Natal.

QUADRADO AZUL (R. de Costa Cabral-Porto): pintura de Guilherme Camarinha, diariamente das 10 às 12 e das 15 às 22.

PALMA-GALERIA DE ARTE (C.ª de Palma de Baixo, 6): até 14 de Dezembro, todos os dias das 14 às 20, aquarelas de Caldeira Martins.

GALERIA DN (R. Ant. Maria Cardoso, 41): a NOBAR-grupo Editorial, Lda. em colaboração com a Galeria Nasoni apresenta a exposição antológica de Domingos Pinho.

GALERIA HOLLY (Largo da Trindade, 17): até 31 de Dezembro, uma exposição de obra gravada de vários artistas, entre os quais Arpad, Bissiere, c. Boumester, Bryen, A. Calder, Charchoune, S. Delaunay, Evandro Jardim, Göets, Hartung, Lansky, Leonor Fini, Magnelli, Malangatana, A. Masson, H. Michaux, Papazoff, Piza, Priner, Renina Katz, Vasarely, Vieira da Silva, J. Villon.. Patente, também, a colectiva permanente de Pintura.

A MEIAS BAR - Galeria de Arte (Viseu): até 31 de Dezembro, desenho e pintura de Francisco José Simões e José Noel Perdigão.

ESPAÇO POLIGRUPO/RENECENÇA (R. Ivens, 14): de segunda a sexta das 9 às 20, sábados das 9 às 14, pintura de Manuela Frade.

GALERIA FONTE NOVA (Est. de Benfica, 503): em colaboração com a Galeria Nasoni do Porto, uma

exposição colectiva de pintura e escultura para inauguração da temporada.

SNBA (R. Barata Salgueiro, 36): todos os dias das 14 às 20, excepto segundas-feiras, exposição de pintura de Mila Reis.

AP-GALERIA DE ARTE E EXPOSIÇÕES (Amoreiras, Torre 1, piso 2, sala 10): para inauguração desta galeria, pintura de Dourdil, Pedro Chorão, Cruz Filipe e Eduardo Nery, patente até finais de Dezembro, nos dias úteis das 10 às 19.

MULTIFACE (C. C. Gemini na R. Sousa Lopes, loja 65): a colectiva de Outono, com pintura de Ana Silva, João Paulo Faria Blanc, Maria José Botelho de Brito, Paulo Robalo, Ricardo Jorge Silva Lopes, Rogério Silva e Zé Carlos Moraes.

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA: uma exposição de Joalharia de Kukas, que tem por base o emblema da Casa de Saboia.

MUSEU REGIONAL DE SINTRA: uma exposição intitulada "Francisco Valença - Vida e Obra". De segunda a sexta das 9,30 às 12 e das 14 às 18, sábados e domingos 14 às 18.

SALÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL (Vila Franca de Xira): a exposição "Artejovem", uma colectiva de pintura e desenho com trabalhos de M. J. Rosales, Paulo J. e Sónia Matos.

GALERIA GRAVURA (Tv. do Sequeiro, 4): de segunda a sexta das 10,30 às 13,30 e das 15 às 19, a exposição de Luísa Nogueira.

FUNDAÇÃO GULBENKIAN: exposição de fotografias de Dudu Tesca e António de Bacelar Carreiras "A Natureza Amazónica e o Índio Xingú".



Farmácias

MÉDICO

DE

URGÊNCIA

76 61 71
76 61 78
76 61 79

Farmácias

Lisboa — PERMANENTE
— **BAIRRO ALTO:** Pinha-
randa, R. da Rosa, 94-96 (T.
321534); **BOA-HORA - AJU-
DA:** Boa-Hora, R. dos Quar-
téis, 27 (T. 637777); **CAM-
PO DE OURIQUE:** Porfírio,
R. Francisco Metras, 59-B (T.
6633); **CHELAS - COLE-
GIO VALSASSINA:** Santos
Silva, Bloco III, lote 226, loja
22, zona n.º 2, Chelas (T.
851265); **CHILE:** Bastos, R.
Moraes Soares, 91-D (T.
844350); **CONDE REDON-
DO:** Salus, R. Luciano Corde-
iro, 73 (T. 542239); **ENCAR-
NAÇÃO:** Ascenso, P. do Nor-
te, 11-A (T. 311216); **LU-
MIAR - QUINTA DAS**
MOURAS: Matos Viegas,
Av. Rainha D. Amélia, 34-B
(T. 794174); **FRENTE A FEI-
RA POPULAR - AVENIDA**
DA REPÚBLICA: Alcântara,
Av. da República, 74-A (T.
771379); **PRACA DE LON-
DRES:** Imperial, Av. Guerra
Junqueiro, 30-B (T. 886860);
**SÃO DOMINGOS DE BEN-
FICA:** Sousa, E. de Benfica,
429 (T. 780027); **SÃO**
SEBASTIÃO: São Sebastião,
L. Sebastião da Pedrei-
ra, 548642; **CARNA-
XIL:** Amaral, Pt. Antó-
nio Bot, 11-A (T. 4104556);
ODIVELAS: Joleni, R. Dr.
Alexandre Braga, 3-B (T.
9810812); **PONTINHA:** Cruz
Correia, E. de Santo Elói,
41-A (T. 992453).

**REFORÇO — ALCÂNTA-
RA:** Nogueira, R. de Alcân-
ta, 5-A-B (T. 637563); **ALVA-
LADE - AVENIDA DO BRA-
SIL:** Marbel, Av. de Roma,
131-A (T. 776235); **ANJOS -
CHILE:** Castro, Av. Almiran-
te Reis, 76-A (T. 821973);
BENFICA - BAIRRO DAS
PEDRALVAS: Gouveia, R.
Augusto Costa (Costinha), lote
4, loja, Dt.ª (T. 707500); **CAM-
INHOS DE FERRO:** Vila-
lobos Santos, R. da Cruz de
Santa Apolónia, 90-92 (T.
947019); **CASTELO:** Bastos
Andrade, C. de Santo André,
107 (T. 860450); **LAPA:** Ne-
ves, R. da Bela Vista à Lapa,
37 (T. 661251); **PICHELEI-
RA:** Marluiz, C. da Picheleira,
140-B-C e R. Prof. Mira Fer-
nandes, MAF (T. 880703);
REGO: G. Silva, R. Francisco
Tomás da Costa, 3-A-C (T.
771873); **ROMA - TEATRO**
MARIA MATOS: São João
de Deus, R. Pedro Ivo, 1-A-B
(T. 885140); **SALDANHA:**
Cardeira, Av. Duque de Ávi-
la, 32-C (T. 543495); **BRAN-
DOA - AMADORA:** Correia,
Urbanização Alfores, célula
G, lote 137, loja B, poente (T.
990122); **BURACA - AMA-
DORA:** Vaz Martins, Pt. Fer-
nando Pessoa, loja E, 36-B (T.
970680); **OLIVAL BASTO:**
Nova, R. dos Açores, 11-A (T.
9810305); **PRIOR VELHO:**
Matos, T. das Prioras (T.
2519939).

**Outra Banda — ALMA-
DA:** Castro Rodrigues, R. Ca-
pitão Leitão, 21-A (T.
2750076). Permanente; **COVA**
DA PIEDADE: Cerqueira, L.
5 de Outubro, 18 (T.
2750254). Permanente; **MON-
TE DE CAPARICA:** Nova,
R. dos Trabalhadores Rurais,
82 (T. 2954436). Até às 19 ho-
ras; **COSTA DE CAPARICA:**
Carlos, Av. do Mar, 34-A (T.
2401060). Até às 19 horas;
FEIJÓ: Tovar Chaves, R. Dr.
António Elvas, 104-D (T.
2296119). Até às 22 horas; **SE-
SIMBRA:** Leão, Av. da Liber-
dade, 13 (T. 2233471). Até às
19 horas; **LAVRADIO:** J.
Consolado, Av. Joaquim J.
Fernandes, 17-C (T. 2043126).
Até às 19 horas; **BARREIRO:**
Higiénica, R. D. Manuel I,
178 (T. 2073017). Permanente;
BAIXA DA BANHEIRA:
Teixeira, B. de Mocimboque,
84-B (T. 2040946). Até às 19
horas; **CORROIOS:** Univer-
so, E. Nacional, 10 (T.
2290084). Até às 19 horas;
AMORA: Matos Lopes, R.
1.º de Maio, lote 401 (T.
2216355). Permanente; **AR-**

RENTELA: Lusitana, P.
Cândido dos Reis, 30 (T.
2210007). Até às 22 horas;
MONTEJO: Diogo, R. Almi-
rante Reis, 50 (T. 2310032).
Até às 22 horas; **MOITA:**
Parque, Av. Dr. Egas Moniz,
24 (T. 2392294). Até às 19 ho-
ras; **ALHOS VEDROS:** Gus-
mão, R. Cândido dos Reis, 30
(T. 240020). Até às 19 horas;
ALCOCHETE: Gameiro, L.
António dos Santos Jorge, 15
(T. 2340100). Até às 19 horas;
SETUBAL: Fuzeta, Av. da
Bela Vista, BIE, 1-C (T.
72747). Permanente; **Saão,**
Av. da Portela, 55 (T.
2270988). Permanente; **Nor-**
mal do Sul, P. do Bocage, 137
(T. 22216). Até às 22 horas.

**Linha de Cascais — AL-
GES:** Miramar, R. Ernesto
Silva, 83 (T. 2212048). Perma-
nente; **LINDA-A-VELHA:**
Melo Almeida, R. D. Diogo
Couto, lote 182 (T. 4191697).
Permanente; **TIRES:** Guima-
rães, L. Duarte, lote A, r/c
(T. 2441616). Até às 22 horas;
ALCABIDE: Carvalho,
B. Padre P. Correia, 4 (T.
2690363). Até às 22 horas;
PORTO SALVO: Ferreira
Bastos, R. D. Firmino Rebelo
(T. 2421015). Até às 22 horas;
MALEIRA DA SERRA:
Luz, E. Nacional (T.
2850635). Até às 22 horas;
PAÇO DE ARCOS: Godi-
nho, Av. Patrão Lopes, 4 (T.
2432039). Permanente; **OEL-
RAS:** Ribeiro, R. Dr. Flávio
Resende, 9-A, Quinta do Mar-
quês (T. 2466066). Permanen-
te; **CARCAVELOS:** Central,
R. 5 de Outubro, 25 (T.
2470037). Permanente; **SÃO**
DOMINGOS DE RANA: Go-
dinho da Silveira, R. Afonso
de Albuquerque, lote B, loja 2
(T. 2470361). Até às 22 horas;
PARADE: Brandão, Av. da
República, 77-C (T. 2471054).
Permanente; **SASSOIEIROS:**
Amaral Semblano, Quinta das
Encostas (T. 2471312). Até às
22 horas; **BIRRE:** Imani, lote
7-B, Hera (T. 2852121); **MA-
DORNA:** Madeira, R. A (T.
2476326). Até às 22 horas;
AMOREIRA: Abrantes, Vi-
venda Maria Carlos Anjos (T.
2682313). Até às 22 horas; **ES-
TORIL:** Marques dos Santos,
R. Ferreira J.A., 15 (T.
260116). Até às 22 horas;
CASCAIS: Marginal, Av.
Marginal (T. 280078). Perma-
nente.

**Linha de Sintra — AMA-
DORA:** Dias & Brito, Av.
Marquês de Pombal, 45-A (T.
4940118). Permanente; **Carm-
ele,** R. Elias Garcia, lote 28
(T. 4933303). Até às 22 horas;
DAMAIA: D. João V, Av.
Gurgel do Amaral, 2-A (T.
970461). Até às 22 horas;
QUELUZ: Simões Lopes, Av.
Elias Garcia, 51 (T. 950123).
Permanente; **Albergaria,** Que-
luz de Baixo. Até às 22 horas;
CAMARATE: Flores, Av.
das Forças Armadas, Vivenda
Mor, Catujal (T. 2510850).
Até às 19 horas; **CACÉM:** Sil-
va Duarte, R. Elias Garcia,
167 (T. 9248120). Permanente;
MEM MARTINS: Químia,
E. de Mem Martins, 285 (T.
9210012). Permanente; **MER-
CÉS:** Claro Russo, R. Abade
Faria, 2-A (T. 9215275). Até
às 22 horas; **RIO DE MOU-
RO:** Riomouro, Av. Oscar
Monteiro Torres, 6 (T.
9260194). Até às 22 horas;
SINTRA: Marrazes, L. Afonso
de Albuquerque, 24 (T.
9230058). Permanente; **CO-
LARES:** Abreja (T.
9290088); **SÃO PEDRO DE**
SINTRA: Valentim (T.
9230456). Permanente.

Outras Farmácias —
MOSCAVIDE: Santa Bár-
bra, R. Francisco M. Beato,
75-A (T. 2518918). Até às 22
horas; **SACAVEM:** Louren-
ço, Av. Almirante Reis, 31 (T.
2519151). Permanente; **LOU-
RES:** Saraiva, Av. da Repú-
blica, 86 (T. 9830027). Até às
22 horas.

Maria Matos
Av. Miguel Contreiras — Tel. 89 70 07
De 3.ª a sexta, às 21.30; sábados, às 20.30 e 23.00;
domingos e feriados às 16.00 e 21.30

«ENFIM SÓS!», de Carlos Cruz, Mário Zambujal e José Duarte. Intérpretes: Eugénio Salvador, Henrique Viana, Luísa Barbosa, Natalina José, Henrique Santos, Maria Vieira, Dulce, Fernando Luís, Vítor de Sousa e Amélia Videira.

Comuna
P. de Espanha — Tel. 726 08 18
Sala Nova
De terça a sábado, às 21.30; domingos, às 17.00

«ÉDIPUS REI», de Sófocles. Tradução: Agostinho da Silva. Encenação e cenários: João Mota. Fi-
gurinos: Carlos Paulo. Música: Eduardo Paes Ma-
meide. Produção: Acarte — Comuna.

Variedades
Parque Mayer. (Tel. 326037)
De 3.ª a domingo, às 20.30 e 22.45; domingos e fe-
riados, matinee às 16.00

A PROVA DOS NOVOS, de Henrique Santana,
Francisco Nicholson, Augusto Fraga e Nuno Naza-
ré Fernandes.

Casa da Comédia
R. São Francisco de Borja, 24, às Janelas Verdes
— Tel. 69 72 99
De 3.ª a sábado, às 21.45; sábados e domingos, às
18.00

«PEQUENO REBANHO NÃO DESESPERE-
RES», de Christian Giudicelli. Encenação: António
Feio. Intérpretes: Fernanda Borsatti e Susana Pra-
do.
5.ª, sábado e domingo, às 16.00

«PIERROT E ARLEQUIM», de Almada Ne-
greiros. Pelo Grupo de Teatro da Casa da Comédia.
Encenação: Filipe la Féria.

1.º Acto
R. Eduardo A. Pedroso, 16-A, Algés — Tel.
211 50 33

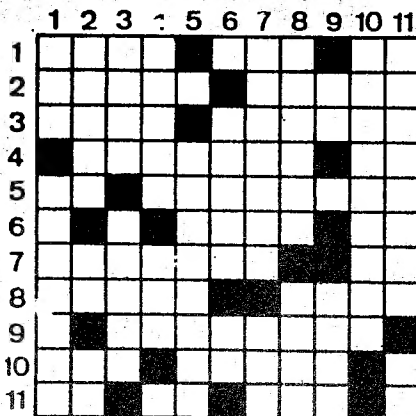
De terça a sábado, às 21.00; domingos, às 17.00
«ANFITRIÕES», de Augusto Abelaira. Pelo
Grupo Persona — Teatro de Comédia. Encena-
ção: Guilherme Filipe. Cenários: Rui Marcelino.
Intérpretes: Custódia Gallego, Isabel Leitão, Maria
Almeida, Miguel Meneses, Carlos Borges, Guilher-
me Filipe e Jorge Alonso.

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 17 516

HORIZONTAIS:

- 1 Aquele que. Gosta muito de. Antes de Cristo.
- 2 Marido de Betsabé, oficial hebreu, David, que lhe desejava a mulher, mandou-o para um posto perigoso onde foi morto. Mimo.
- 3 Pequeno barco de recreio. Finalmente.
- 4 Esposa de Santo Adriano, morto em Bizâncio. Solitário.
- 5 Cobalto (s.q). Fracas.
- 6 Rezas. Duas consoantes desi-
guais.
- 7 Ceifaras. Hólmio (s.q).
- 8 Atraítoar. Grande desordem.
- 9 Estremecer.
- 10 Distrito da ex-Índia Portugue-
sa. Desfrutar.
- 11 Carta de jogar. Pronome pes-
soal. Guarnição de asas.



VERTICAIS:

- 1 Letra grega. Pune.
- 2 Nome de planeta. Espera res-
posta. Ósmio (s.q).
- 3 Rio de Portugal. Patrona da
ilha de Malta.
- 4 Colchão (ant). Oásis.
- 5 Enfada.
- 6 Içara. Moderato.
- 7 Indígenas vátuas das proxim-
idades do lago Niassa, em Mo-
çambique. Ave pernalta.
- 8 Aguçais. Acreditas.
- 9 Prefixo de privação. Ilha do
Pequeno Belt.
- 10 Peças de roupa para resguar-
dar do frio.
- 11 Pessoas agigantadas. Boro
(s.q).

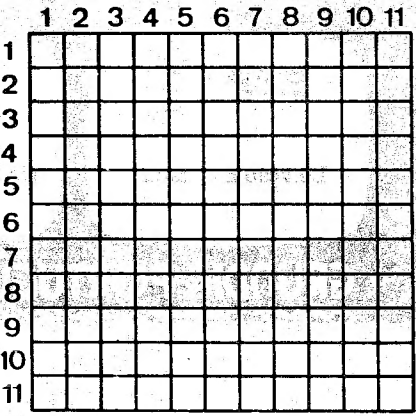
RESOLVEU...

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 16 330

HORIZONTAIS:

- 1 Assinala. Estacionas.
- 2 Limpar metais. Animal da
classe dos acarídeos.
- 3 Partida. Um dos dois ossos
que formam a cana do nariz.
- 4 Senhor. Gorgulho tropical.
Miriare.
- 5 Colina na Suécia. Apellido.
- 6 Abreviatura que se usa em
música. Nome de um peixe do
Brasil.
- 7 Região montanhosa da Ásia
Central (Rússia e Afeganis-
tão). Lavra.
- 8 Átomos. Executa. Bismuto
(s.q. e inv).
- 9 Nome de flores. Ofício divi-
no.
- 10 Dé marradas. Revolucionário
francês que foi assassinado no
banho por Carlota Corday.
- 11 Brisa. Artigo definido. Rio de
França.



VERTICAIS:

- 1 Cidade de Itália. Cidade de
Itália.
- 2 Ave trepadora. Levar à toa.
- 3 Monarca. Ruído. Senhor.
- 4 Pronome indefinido. Gaita.
- 5 Jarro (planta). Rocas.
- 6 Zombas.
- 7 As velas de um navio. Seguia.
Dois mil e um em romano.
- 8 Fedor. Rias sem ruído.
- 9 Chefe etíope. Falda. Senhora.
- 10 Lavram. Aconselhar.
- 11 Relativo ao Sol. Derribe.

Teatro da Graça

R. de São Vicente, 11 — Tel. 87 56 26
De terça a sábado, às 21.00; domingo, às 16.00

«VIEUX CARRÉ», de Tennessee Williams. Pelo
Teatro Hoje. Encenação: Carlos Fernando. Intér-
pretes: Carlos Fernando, Elisa Lisboa, Fernanda
Coimbra, Isabel de Castro, entre outros.

Coliseu

De 3.ª a domingo às 16 e 21.30.

Circo do Natal

Companhia Internacional. Leões, tigres, trigões, re-
vista canina. Trapezista, quadrante aéreo, ciclistas,
perchistas, táxi louco, equilibristas e palhaços.

Circo Chen

P. de Touros Campo Pequeno

Às 21.30. A maior e mais espectacular Companhia
Circense. Atração: O rinoceronte gigante.

Amadora — C.D.I. Almeida Garrett

R. Santos Matos, 2 — Tel. 493 01 19

De 3.ª a sábado, às 21.30; domingo, às 16.00

«O PRÍNCIPE PERFEITO», de António Borges
Coelho. Encenação: José Martins e José Peixoto.
Música: António Victorino d'Almeida. Cenários:
Acácio de Carvalho. Figurinos: Manuela Bronze.
Coreografia: Wanda Ribeiro da Silva.

TIL — Teatro Infantil

R. Leão de Oliveira, 1 — Tel. 63 99 74

Sábados, domingos e feriados

«A NUVEM QUE NÃO QUERIA CHOVER»

Teatro Iberico

R. de Xabregas, 54 — Tel. 38 25 31

De terça a sábado, às 21.30; domingos e feriados,
às 17.00

«ORQUÍDEAS À LUZ DA LUA», de Carlos
Fuentes. Encenação: Blanco Xil. Com: Fernanda
Montemor, Alina Vaz e Francisco Soromenho.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 17 515

HORIZONTAIS:

- 1 A. FORTUNA. É.
- 2 Reinar. Usso.
- 3 Preciosas.
- 4 Maviosas.
- 5 Na. Aar. Sei.
- 6 Obrar. Sim.
- 7 Aos. Pieira.
- 8 Crimeia. Na.
- 9 EC. Ba.
- 10 Garrote. Vir.
- 11 Ária. Almada.

VERTICAIS:

- 1 Arpino. CEGA.
- 2 ER. Abacar.
- 3 Fiem. Rói. Ri.
- 4 Onça. Asmara.
- 5 Raivar.
- 6 Tróia. Pista.
- 7 Soraia. El.
- 8 Nuas.
- 9 Assassina.
- 10 Seira. Id.
- 11 Eos. Imã. Ara.

PROVERBIO: A fortuna é cega.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 16 329

HORIZONTAIS:

- 1 Ba. Abre. Uma.
- 2 Ama. Airó. As.
- 3 Giraram. Ena!
- 4 Aa. Sr.
- 5 Doaras. Ai.
- 6 Será. Sá.
- 7 Pás. Ga.
- 8 Simulários.
- 9 AC. Morar. Ar.
- 10 Bateras. Ari.
- 11 Ares. Eras.

VERTICAIS:

- 1 Bagodá. Sabá.
- 2 Ami. Picar.
- 3 Arearam. Te.
- 4 Sumes.
- 5 Barras. Rol.
- 6 Ria. Segaras.
- 7 Erma. Raras.
- 8 Aba. Ir.
- 9 Aa. AR.
- 10 Mansas. Sara.
- 11 Asariam. Ris.

Rádio

Antena Um

17.00: Sete mares; 19.00: Informação e música; 20.00: No estúdio e no estúdio; 20.15: Musical; 20.30: A voz de Roma e musical; 21.00: Música portuguesa; 21.30: Imaginário. Noticiários de hora a hora.

Rede Nacional-FM2 Estéreo

17.00: Tempo de bailado; 18.30: Música de câmara; 18.40: Música antiga; 19.00: Integrais; 19.35: O piano, obras e intérpretes; 20.40: Armin Thalheim interpreta Bach; 21.00: Concerto sinfónico; 23.00: Eurorádio; 01.00: Concerto nocturno; 02.00: Música na madrugada em disco compacto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média
(283, 290 e 397 m)

14.00: Musical; 17.00: Média alta; 20.00: Peça que a gente passa; 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Religiosos; 22.30: 24.ª hora; 01.00: As noites da Comercial; 03.00: Serviço nocturno. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: Casa da música; 16.00: Rock em stock; 18.00: Círculo em FM; 19.00: Espaço Lubritex; 20.00: Espaço Infor-gal; 21.00: O sabor da música; 22.00: As mil e uma noites; 23.00: Em órbita; 00.00: Hora Akai; 01.00: Som da frente; 03.00: Serviço nocturno. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Canal 1-Rede Nacional de OM e FM

15.00: Banda da amizade; 18.00: Bola branca; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: A viagem continua; 20.00: Boa nova; 20.30: Conversa de amigos; 21.00: Sequência; 22.30: Bola branca; 23.30: Suplemento especial da BBC; 23.55: Meditando.

RFM-Canal 2-Rede Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula três; 19.00: Atlântida; 20.00: Serra de estrelas; 22.00: Oceano Pacífico.

Voz do Alentejo

15.00: Boa tarde, Alentejo; 18.00: Bola branca; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: Alentejo em notícia; 19.20: Grande bazar.

Voz do Alto Tâmega

15.00: Da veiga à serra; 18.00: Bola branca; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: Fontes termais.

Voz de Lisboa

15.00: Voz de Lisboa; 18.00: Bola branca; 18.30: Voz de Lisboa; 20.00: Diálogo; 20.30: Transmissão do terço; 21.00: Voz de Lisboa.

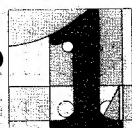
Voz do Minho

16.00: Linha do Minho; 18.00: Bola branca; 19.00: Jornal da região; 19.30: Largo do Coreto.

Voz do Porto

15.00: Passeio alegre; 18.00: Bola branca; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: Grande Porto... informação.

RTP



17.30 - Brinca Brincando

«Piã», «Hey Bumboo», «Tim Tim» e «Vento nos Salgueiros»

18.25 - Tempos Modernos

19.30 - Telejornal

20.00 - Bolsa Dia a Dia

20.07 - O Tempo

20.09 - Boletim Agrário do

Ministério da Agricultura

20.12 - Vamos Jogar no Totobola

20.30 - Passerelle

52ª Episódio

21.15 - Lotação Esgotada

«Os Pássaros»: Melanie Daniels e Mitch Brenner têm um encontro casual numa loja de animais em São Francisco. Melanie espera que Mitch saia para tratar ela própria da entrega da encomenda que o trouxera à loja, um casal de periquitos. Dirige-se então a Bodega Bay, lugar onde Mitch vive com a mãe. Ao atravessar a baía no caminho que a leva a casa de Mitch, Melanie é atacada por uma gaivota. É apenas o primeiro sinal de uma revolta dos pássaros que vai ameaçar seriamente aquela pequena comunidade.

Um filme de Alfred Hitchcock, com Tippi Hedren, Rod Taylor, Suzanne Pleshette e Jessica Tandy, entre outros.

23.40 - 24 Horas

00.15 - Remate

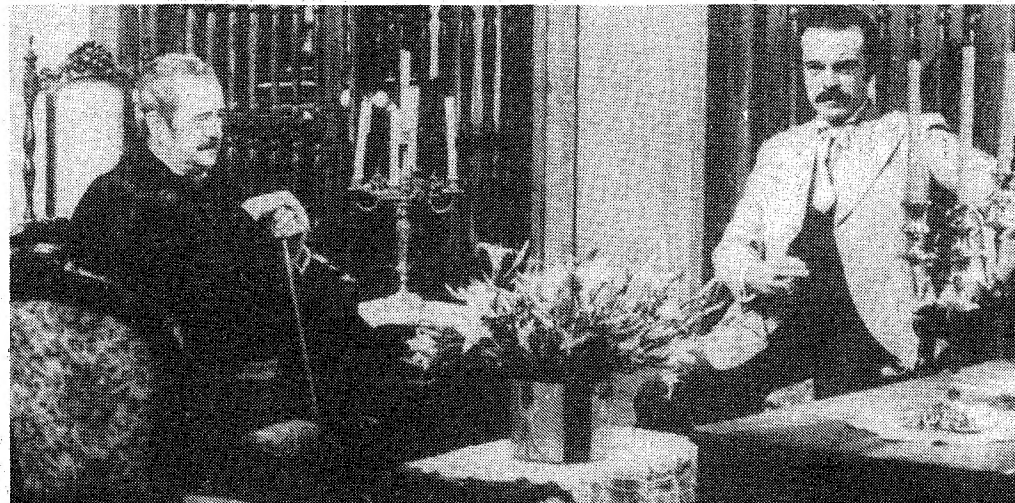


16.55 - Helena

116ª Episódio

17.20 - É Tudo Comédia

17.30 - Trinta Minutos Com...



No 2º canal às 21.55, o 6º episódio da série «O Primo Basílio»

18.00 - A Rota da Seda

Neste episódio percorremos a chamada Rota das Estepes, na República Socialista Soviética de Kazakh; visitamos o campo onde se desenrolou a batalha de Talas que foi palco, no século VIII, do confronto entre duas culturas - a dinastia Tang chinesa e os Árabes - confronto esse que alteraria o curso da História.

18.55 - Music Box

«Hit Machine»

19.50 - No Limiar da Realidade

5ª Episódio

21.00 - Jornal das Nove

21.30 - Maude

37ª Episódio

21.55 - O Primo Basílio

6ª Episódio



«Os Pássaros» em Lotação Esgotada, no 1º canal às 21.15

AMANHÃ

RTP-1

09.01 - Bom Dia

10.00 - Às Dez

12.20 - Brega e Chique

13.00 - Jornal da Tarde

13.27 - Bolsa Dia a Dia

13.30 - Ilha da Fantasia

14.15 - O Regresso do Antílope

15.00 - Eric Clapton & Friends

16.00 - A Última Fronteira

16.30 - Ponto por Ponto

17.30 - Brinca Brincando

18.25 - Tempos Modernos

19.30 - Telejornal

20.00 - Bolsa Dia a Dia

20.07 - O Tempo

20.10 - Boletim Agrário do Ministério da Agricultura

20.20 - Passerelle

21.05 - Queenie

22.55 - 24 Horas

23.30 - Remate

RTP-2

15.01 - Filhos e Filhas

15.25 - Casa de Irene

16.25 - Quem Sai aos Seus...

16.55 - Helena

17.30 - Trinta Minutos Com...

18.00 - A Malta de Bronx

19.00 - Music Box

19.55 - No Limiar da Realidade

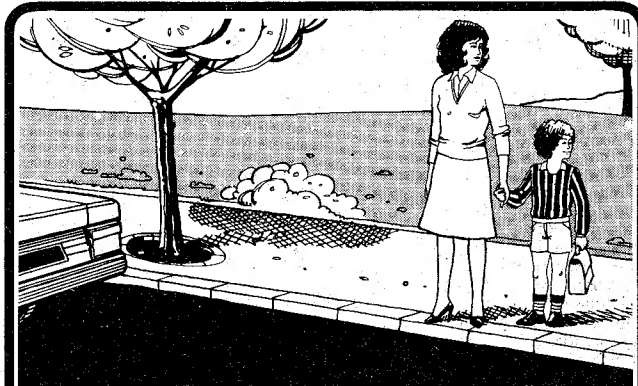
21.00 - Jornal das Nove

21.30 - Maude

21.55 - Sinais do Tempo

22.55 - Hitchcock Apresenta...

O «Diário de Lisboa» não se responsabiliza por alterações que a RTP introduza nesta programação e sobre as quais o jornal não seja informado em tempo devido.



AOS PAIS



«Ensine o seu filho a parar sempre na beira do passeio antes de atravessar a rua»

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

GRUNDIG seleccionou para si...

RTP

1

Lotação Esgotada

RTP

2

No Limiar da Realidade

GRUNDIG-PORTUGUESA

comércio de artigos electrónicos, Lda.

Rua Bento Jesus Caraça, 17

Cruz Quebrada — 1495 LISBOA

Telef. 419 75 70



«Passerelle»



PORTE
PAGO

Fundador **Joaquim Manso**

Propriedade, Composição e Impressão: RENASCENÇA GRÁFICA, SA
Administração, Redacção, Publicidade e Serviços Técnicos: RUA LUZ SORIANO, 44 — 1200 LISBOA
TELEFONES: 32 11 54/5 — 32 02 71/2/3 — Publicidade: 36 87 40
Serviço da noite (depois das 21): Porteiro 32 11 54 Redacção: 32 02 71/2/3
Endereço Telegráfico: DIBOA — Telex 12 363 LISBOA PORTUGAL
Distribuição: INTERPRESS, Rua do Norte, 115-1.º — 1200 LISBOA
TELEFONES 32 21 00 — 32 22 04 — 32 07 84
Preço do «DL» nos Açores e Madeira: 65\$00

Director **A. Ruella Ramos**

Director adjunto **Fernando Piteira Santos**

DEPÓSITO LEGAL: 1426/82

ÚLTIMA HORA

O Departamento de Estado norte-americano e a OLP mantiveram contactos, indirectos e confidenciais, antes do discurso que Yasser Arafat proferiu ontem, em Genebra, perante a Assembleia Geral da ONU. A notícia acaba de ser divulgada pelas cadeias de televisão norte-americanas CNN e ABC. Segundo elas, o contacto foi feito através da Suécia e visou levar Arafat a fazer alterações no seu discurso, por forma a satisfazer as exigências de Washington com vista ao início do diálogo com a OLP. Arafat terá alterado o discurso, mas não de forma suficientemente profunda para satisfazer as pretensões americanas.

O QUE EU QUERO SABER É QUEM É QUE NOS INSCREVEU NESTE CAMPO...



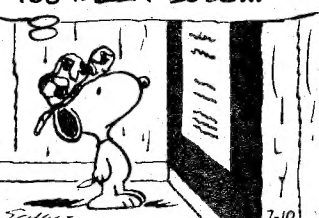
EU!



PENSEI QUE ESTE TREINO DE SOBREVIVÊNCIA NOS PODIA SER ÚTIL...



"TREINO DE BAIONETA... UMA HORA"... ACHO QUE NÃO VOU FAZER ESSE...



RTP e RDP construirão novas sedes centrais na Estrada da Luz

Continuação da pág. 1

Esta instalação conjunta permitirá obter uma grande economia de meios e melhorar a qualidade dos serviços prestados porque vai concentrar num único local um conjunto de serviços dispersos por 12 edifícios, no caso da RDP, e proporcionar a instalação de serviços operacionais, no caso da RTP, uma vez que os seus actuais estúdios no Lumiar já não comportam as necessidades de utilização e ao mesmo tempo, a urbanização envolvente não ser consentânea com a sua manutenção no local.

A instalação conjunta dos serviços destas duas empresas públicas foi em tempos conotada com a ideia da construção de um «Palácio das Comunicações», mas tal não parece ser ao que se passa na realidade.

O secretário geral da administração da RDP, Júlio César, disse ao «DL» que o terreno em questão está incluído nos planos de urbanização da CML desde 1981. «Em princípio o terreno estava reservado para as instalações dos serviços da Radiodifusão Portuguesa, mas dada a manifesta necessidade de instalações dos estúdios por parte da RTP esta empresa propôs-nos a utilização conjunta do terreno. Para a RDP este facto resultou em algumas alterações profundas, porque tínhamos uma área só para nós, mas não nos sentimos prejudicados. A proximidade vai ser vantajosa já que poderemos partilhar serviços em comum», afirmou-nos aquele responsável.

A.M.A. Auto Monumental do Aveiro

CONCESSIONÁRIOS



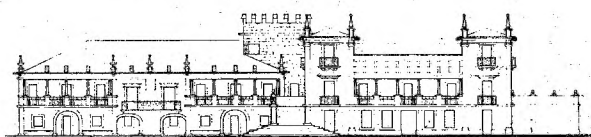
AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telef. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

NOVIDADE - HORIZONTE

CARLOS DE AZEVEDO SOLARES PORTUGUESES

Reedição de uma obra fundamental para a compreensão da história da arquitectura civil em Portugal.
Profusamente ilustrada com fotos do autor e desenhos de Salgado Dias.
Edição com encadernação de luxo



Pedidos a:
LIVROS HORIZONTE
Rua das Chagas, n.º 17, 1.º Dto., 1200 LISBOA
Tel. 36 69 17 - 36 85 05

Distribuição:
DIGLIVRO - Lisboa Tel. 99 22 00/01/02
MOVILIVRO - Porto Tel. 57 89 37/57 85 94

D/E/C/A/R/A/S/



MIKHAIL GORBACHEV: depois de Publicações Europa-América e das Edições «Avante», são agora as Edições Referendo que lançam no mercado livreiro português um volume com escritos seus. O livro tem o título sugestivo «O Que eu Realmente Quero» e é prefaciado pelo dr. Bruno Kreisky, ex-chanceler da Áustria, que escreveu: «Saúdo a publicação deste livro. Contém ele partes essenciais, reproduzidas textualmente a partir de discursos, declarações e entrevistas... Deste modo, o observador interessado pelos acontecimentos políticos mundiais poderá ter uma imagem correcta das modificações que se produziram a nível pessoal. Tenho para mim que isto é de extrema importância.» E mais adiante, diz Bruno Kreisky: «Nos seus discursos e declarações - e eu li-os com toda a atenção -, Mikhail Gorbachev fez afirmações sobre a situação interna que, na sua franqueza, me pareceram não só incomuns, mas também tornaram bem claro quanto ele considera precisarem de reforma muitas coisas na União Soviética». A matéria do volume está ordenada em três partes: I - Armamento - Desarmamento, à luz da «nova maneira de pensar»; II - A «Reestruturação», na sociedade e na economia; III - Política Externa e Relações Internacionais. O volume insere uma breve nota biográfica do político soviético e um índice remissivo que permite verificar a origem dos textos publicados.

Os patrões europeus optimistas

A cimeira do patronato europeu organizada ontem em Paris pelo patronato francês (CNPF) terminou com a assinatura duma declaração comum das empresas da Europa em 10 pontos, que foi em seguida entregue ao presidente Mitterrand. Os patrões comprometeram-se a tudo fazer para realizar o grande mercado europeu de 1993. Ambiente: optimista.

O patronato português encontrava-se representado por Pedro Ferraz da Costa, presidente da Confederação da Indústria portuguesa, e por Omar Karim, vice-presidente da Associação Industrial portuguesa. Foi Ferraz da Costa quem co-assinou a declaração comum. «Encorajemos a criação da Europa das empresas». Foi com essa palavra de ordem que François Parigot, presidente do conselho nacional do patronato francês (CNPF), acolheu ontem no Palácio dos Congressos, não unicamente os patrões dos patrões europeus, mas também chefes de empresas de toda a Europa, com uma grande predominância francesa, num total dumas 4 mil pessoas. Na perspectiva desta reunião, o CNPF tinha feito realizar uma sondagem de opinião sobre o tema «os chefes de empresa e a Europa», pela qual se ficou a saber que a opinião generalizada é a de que será a Bélgica e a Alemanha Federal quem mais irá beneficiar com a criação do Mercado Único, com 43% das opiniões expressas, a que se segue a Espanha (...) com 29%, e somente depois aparece a Itália com 5%. Portugal só recebeu 3% dos votos...

A pergunta de «na óptica da criação dum mercado único europeu, qual será a estratégia da sua empresa?, a alternativa mais favorecida (53%) diz respeito à associação ou à cooperação com empresas europeias».